



UNIOESTE  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

**O MST E A QUESTÃO AMBIENTAL:  
UMA CULTURA POLÍTICA EM MOVIMENTO**

**MARCELO HANSEN SCHLACHTA**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
2008**

**MARCELO HANSEN SCHLACHTA**

**O MST E A QUESTÃO AMBIENTAL:  
UMA CULTURA POLÍTICA EM MOVIMENTO**

**Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História, na linha de Pesquisa  
Trabalho e Movimentos Sociais,  
para obtenção do título de  
Mestre em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Davi Félix  
Schreiner.**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S338m Schlachta, Marcelo Hansen  
O MST e a questão ambiental: uma cultura política em movimento. /Marcelo Hansen Schlachta. – Marechal Cândido Rondon, 2008.  
177 p.

Orientador : Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008

1. Sem-terra. 2. Assentamentos. 3. Multiplicidade de antagonismos. 4. Vida cotidiana. 5. Agroecologia. 6. Agricultura orgânica 7.História do Paraná. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 333.31098162

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Helena Soterio Bejio CRB-9ª/965

*Aos que amo sempre mais: avó, mãe e irmão.  
Pela incondicionalidade do seu amor, carinho e presença.*

## **AGRADECIMENTOS**

Acredito que este trabalho seja fruto de uma construção coletiva, realizada graças a participação, apoio e incentivo de várias pessoas, que de certa forma deixaram um pouco de si à medida que também levaram um pouco de mim, ao longo dessa jornada de crescimento e busca.

Agradeço ao Prof. Dr. Davi Félix Schreiner, por quem alimento profunda admiração, pela orientação competente e profissional, pela dedicação e clareza de idéias.

Agradeço ao professor e amigo Nilceu Deitos, pela atenção e disponibilidade sempre dispensada com a simplicidade e a gratuidade que lhes são inconfundíveis.

Aos professores e amigos Robson Laverdi e Geni Rosa Duarte, pelo apoio nas dimensões intelectual e humana, sempre dando suporte e motivando a busca de novos horizontes. De modo especial ao professor Robson Laverdi, pelas intervenções fecundas e contribuições que contribuíram para engrandecer ainda mais este trabalho durante a banca de defesa.

Ao Prof. Dr. João Klug, pelas considerações e discussões levantadas, que foram de grande valia acadêmica durante a banca de qualificação e defesa do trabalho. Apontamentos que resultaram em significativas contribuições para a melhora do trabalho. Também ao Prof. Dr. Rinaldo José Varussa, pela disponibilidade em participar da qualificação e pelas contribuições assinaladas.

Pela contribuição significativa dos amigos e colegas de turma, pelos momentos partilhados juntos durante esses dois anos, pelas ricas e fecundas oportunidades de discussões feitas em sala de aula.

A todos os professores do Programa de Mestrado em História, que muito mais que o saber, conseguiram socializar a amizade e a competência, sendo possível identificar no decorrer do trabalho alguns traços de cada um.

Dedico especial agradecimento a todos e todas integrantes do MST, de maneira mais direta aos trabalhadores do Assentamento Antônio Companheiro Tavares, que conseguiram, antes de um pesquisador, com seus exemplos de vida e

testemunhos de luta, desenvolver um ser humano mais sensível às necessidades por estes vividas e com maior compreensão da dimensão assumida pela sua luta.

Aos amigos Nuno, Nessa e Samuel, Deise e (Élder) Richard Cross, Nando e Dani, Kalil e os PK`s, Ediney e Soraya, seus nomes estarão para sempre gravados em meu coração. Aos amigos de infância, que, hoje, entre uma cerveja e outra, um jogo de futebol e muitas risadas, tem o dom de tornar mais alegre a minha vida.

A minha namorada Georgia, companheira de muitos sorrisos e desabaços. Mulher por quem alimento profunda admiração, respeito e amor. Menina que me faz sonhar com um maravilhoso futuro a dois.

Finalmente a todos os familiares, amigos, colegas de trabalho, participantes do Curso de Formação Cristã e todos aqueles que deixaram suas pegadas em minha vida. Pessoas que, de uma maneira ou de outra, sempre se fizeram presentes, ajudando-me a construir-se enquanto homem.

## RESUMO

Este estudo trata de uma leitura contemporânea das experiências tecidas no interior do processo de formação do MST, analisando como a agroecologia passa a ser pensada enquanto uma prática política de enfrentamento coletivo, oferecendo uma contraposição aos transgênicos, bem como ao agronegócio. Concomitantemente, procuramos evidenciar como a agroecologia engendra um modelo de organização social e da produção nos assentamentos, primando pelo respeito ao meio-ambiente e tendo por objetivo a geração de renda aos trabalhadores rurais. Estas questões centrais serão abordadas a partir da diversidade de experiências vividas pelos sujeitos que lutam pela terra e pela Reforma Agrária. Para a pesquisa optou-se pela escolha do Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu, que possui 79 famílias assentadas na área e é tido pelo MST enquanto referência em Agroecologia. A partir das contradições evidenciadas nos processos de organização das diferentes formas de trabalho e cultivo, bem como do modo que foram vividas pelos assentados, no fazer-se das experiências da vida cotidiana, analisamos como, no processo de luta pela terra e pela reforma agrária, se engendrou uma cultura política de movimento que se volta para práticas de proteção e recuperação do meio-ambiente, a partir das referências culturais do modo de vida dos trabalhadores sem-terra, tecidas em suas experiências de vida e nas relações com outros sujeitos sociais e entidades, no *fazer-se* do MST. Assim, a pesquisa tem por principal enfoque a experiência social dos trabalhadores rurais, problematizando como essa experiência se processa no conjunto das relações, como se constitui no processo vivido pelos sujeitos históricos e suas ações, que imprimem sentidos e movimentos à organização do seu próprio trabalho e também em relação ao próprio MST.

**Palavras-Chave:** sem-terra, reforma agrária, assentamentos, vida cotidiana, agroecologia, agricultura orgânica, multiplicidade de antagonismos.

## **ABSTRACT**

This study concerns a contemporary reading of experiences carved within the Landless Workers' Movement (LWM) formation process analyzing how agroecology is thought, while a political practice of collective confrontation, suggesting a contraposition to transgenic food as well as to the agri-business. Concomitantly, it is highlighted how the agroecology engenders a production and social organizational modal in the Landless' campsites upholding respect to the environment with the objective of generating income for the rural workers. These central issues will be approached from diverse experience lived by the individuals that struggle for the land and Agricultural Reform. For this research the Antônio Companheiro Tavares campsite, located in the city of São Miguel do Iguaçu and comprised of 79 families, was chosen. This site is held as reference in agroecology by the LWM. From contradictions evidenced in the organization processes of different forms of work and farming, as well as the way they were lived by the members utilizing daily life experiences, we analyzed how, in the process of struggling for land and agriculture reform, a movement political culture aimed to protected practices and environmental recuperation was engendered based on the cultural references of the way of life of landless workers embroidered in their life experiences and in their relation with other social entities when outlining the LWM. Thus, the research focus mainly on the social experience of the rural workers questioning how this experience processes itself in the set of relations, how it is established in the lively process by the historical subjects and their functions that engraft feelings and movement to organizing their own work and in relation to the LWM itself.

**KEYWORDS:** The Landless, Agricultural Reform, Campsite, Daily Life, Agroecology, Organic Agriculture, Antagonism Plurality.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola  
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural  
CCA – Cooperativa Central do Assentados  
CCPS – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.  
COARA – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária  
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENERA – Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária  
FAEP – Federação da Agricultura do Paraná  
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis  
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil  
ITEPA – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná  
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra  
MJT – Movimento Justiça e Terra  
ONG – Organização Não Governamental  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados  
UDR – União Democrático Ruralista  
TFP – Tradição, Família e Propriedade

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 01 - O MST E A AGROECOLOGIA: PRÁTICAS POLÍTICO-CULTURAIS NO FAZER-SE DA LUTA PELA TERRA.....</b>	<b>26</b>
1. UM OLHAR PARA O PRESENTE .....	26
2. BREVE HISTÓRICO DAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO NO OESTE/SUDOESTE DO PARANÁ.....	40
3. TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DO MST: O SURGIMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	52
3.1. PLURALIDADE DE SUJEITOS, INSTITUIÇÕES E EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS.....	60
<b>CAPÍTULO 02 - ASSENTAMENTO ANTÔNIO COMPANHEIRO TAVARES: PROPOSTA POLÍTICO-AMBIENTAL E MODOS DE VIDA CAMPONÊS.....</b>	<b>78</b>
1. O ASSENTAMENTO .....	78
2. UM PROJETO PARA O ASSENTAMENTO MODELO .....	93
3. CONTRADIÇÕES INTERNAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA .....	99
<b>CAPÍTULO 03 - O MST, OS ASSENTADOS E A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA. 121</b>	<b>121</b>
1. A EDUCAÇÃO E A AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ...	121
2. TECENDO A PRÁTICA: A AÇÃO EDUCACIONAL E AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO.....	143
3. ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E DE PROJEÇÕES PESSOAIS.....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

Manhã ensolarada de dezembro de 2006 no Assentamento Fazenda Vitória, no município de Lindoeste – Oeste do Paraná. A temperatura se aproximava dos quarenta graus. Após algumas andanças, conhecendo a localidade, retornamos à casa de seu Querino e sua família. A casa bastante simples, com algumas reformas recém-terminadas, porém motivo de orgulho para o trabalhador. A mesa do almoço já estava posta. Tudo revestido de um ar de grande simplicidade, mas que, traduzia uma série de questões até então incompreensíveis para meu universo urbano.

Mais uma família chega para o almoço: seu Leopoldo, esposa, filho e a neta. A acolhida é calorosa e receptiva, apesar do despreparo. Rapidamente D. Célia, esposa de seu Querino, trata de colocar mais pratos à mesa, acrescentar mais água ao feijão e fritar alguns ovos. O cheiro da comida desafiava o paladar, aumentando ainda mais o apetite. Uma refeição comum: arroz, feijão, batatas, abóbora, milho, salada de tomate, alface e cebola, acompanhando um suco de laranjas.

O arroz e feijão foram cultivados no próprio lote da família, assim como a batata, o milho e a abóbora. Tudo temperado sob medida por D. Célia. A carne era de um boi carneado semanas antes na propriedade de outro vizinho, que mandara alguns quilos para a família Oliveira. A banha de porco havia sido feita pelo próprio Querino. A salada, retirada da horta a poucos metros dali, ainda cheirava a frescor. O suco era de laranjas, colhidas da árvore praticamente junto à casa. A mesa farta, acompanhada de conversas demoradas e risos prazerosos. Um

universo novo e que começava a descortinar uma possibilidade de pesquisa até então impensada para mim.

Logo nas primeiras visitas aos assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra na região Oeste do Paraná, vários conflitos internos e inquietações vieram à tona. Tensões entre as discussões pontuadas no universo teórico e a empiria começavam a aflorar. Questões construídas ao longo da elaboração do Projeto de Mestrado e no decorrer do cumprimento dos créditos das disciplinas do Programa, para as quais eu já de antemão trazia um arcabouço de respostas bem lapidadas e com certo grau de densidade teórica começavam a desmoronar.

O contato com a movimentação nada homogênea que as realidades analisadas estabeleciam em sua existência real desconstruíam qualquer nexos previamente estabelecido. Como se a realidade insistisse em não se enquadrar em modelo histórico formatado de modo praticamente perfeito para aquela investigação. E, assim, se passaram semanas de noites mal dormidas e incertezas que pairavam na minha cabeça por várias horas do dia.

Inicialmente, a proposta deste trabalho era investigar a diversidade de experiências vividas pelos sujeitos que lutam pela Reforma Agrária, bem como sobre a orientação exercida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>1</sup> e seus discursos que têm por objeto os camponeses. Tal estudo centrava seu foco em uma análise do campo simbólico, a partir dos documentos da CPT, visualizando-os enquanto produtores de representações.

Assim, a CPT, por meio da ação direta de seus agentes de pastoral, da atuação de sacerdotes e de missionários, por meio da elaboração de cartilhas, cadernos de formação e de roteiros de reuniões, confeccionados muitas vezes com a participação dos próprios sem-terra, tem organizado a luta, e, não raras vezes, estimulado os trabalhadores a enfrentarem o Estado na busca de direitos.

Entretanto, diante do cenário que aos poucos ia sendo descortinado a cada nova visita aos assentamentos da região, uma nova problemática começava a ser construída tendo por referência as refeições, as demoradas conversas, a observação das rotinas de trabalho, as relações de vizinhança, entre outros. Como os assentados construíam suas estratégias de cultivo e consumo? Estariam as

---

<sup>1</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, em plena ditadura militar, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista".(in: cptnac.com.br).

mesmas relacionadas a diretrizes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MST? Como e em que medida a organização social e da produção do assentamento incorpora e se elabora frente à produção orgânica? Estas e outras perguntas se fizeram presentes em minha rotina de pesquisador por semanas, até surgir a percepção do caráter de maior amplitude que assumiam as ocupações de grandes multinacionais do ramo de organismos geneticamente modificados (OGM), como a Syngenta e a Monsanto e a contraposição coletiva desencadeada pelo MST.

A luta pela terra sempre se revelou um rico objeto de estudo, principalmente quando analisada sob o prisma das relações e expectativas tecidas pelos múltiplos sujeitos que se encontram sob a insígnia de sem-terra. Desde as motivações que levam indivíduos a ingressarem nas fileiras do MST, passando pelo período de acampamento, chegando até a fase de conquista da terra, na forma do assentamento, explicita-se no vivido uma série de antagonismos engendrados no interior do Movimento.

Desse modo, esta análise debruça-se sobre como, no interior do processo de formação do MST, a agroecologia é pensada enquanto prática política de enfrentamento coletivo, contrapondo-se ao agronegócio e aos transgênicos. E, ao mesmo tempo, como a agroecologia é articulada como forma de organizar a produção agropecuária nos assentamentos, primando pelo respeito ao meio-ambiente e objetivando agregar renda ao trabalhador rural. Estas questões centrais serão abordadas a partir da diversidade de experiências vividas pelos sujeitos que lutam pela terra e pela Reforma Agrária.

Neste sentido, este trabalho centra-se na análise do Assentamento Companheiro Antônio Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu, que, para o MST, trata-se de uma referência em agroecologia para a região em diversos aspectos. O Assentamento foi criado no ano de 1998, após a ocupação da antiga fazenda Mitacoré, pertencente ao Grupo Bamerindus, em 1997. Desde 2000, foi constituído na antiga sede da fazenda o ITEPA – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária –, que visa a desenvolver a pesquisa voltada para a produção agroecológica no interior do MST, bem como atuar na formação dos integrantes do Movimento. Atualmente o assentamento conta com 79 famílias, sendo que aproximadamente 30 delas optam pelo sistema de produção agroecológica em seus lotes, estando o restante desenvolvendo sua produção no modelo convencional.

Todavia, para uma compreensão mais ampla da formação do MST e de suas práticas agroecológicas, faremos a utilização de falas de assentados de outras localidades na região, bem como de realidades vividas em outros assentamentos, como forma de visualizar o processo de modo mais amplo e não enquanto uma realidade estanque.

Em outros termos, a proposta deste trabalho é investigar como, no processo de luta pela terra e pela reforma agrária, se engendrou uma cultura política de movimento<sup>2</sup> que se volta para práticas de proteção e recuperação do meio-ambiente, a partir das referências culturais do modo de vida dos trabalhadores sem-terra, tecidas em suas experiências de vida e nas relações com outros sujeitos sociais e entidades, no *fazer-se*<sup>3</sup> do MST.

Assim, a pesquisa tem por principal enfoque a experiência social dos trabalhadores rurais, problematizando como essa experiência se processa no conjunto das relações, como se constitui no processo vivido pelos sujeitos históricos e suas ações, que imprimem sentidos e movimentos à organização do seu próprio trabalho e também em relação ao próprio MST. Destarte, faz-se necessário uma análise pormenorizada das práticas, formas de organização, representações, que se reproduzem no cotidiano dos camponeses. Desse modo, pretende-se não perder de vista o sentido político do trabalhador, bem como o processo de constituição e compreensão do seu trabalho e do *fazer-se* do próprio Movimento social, haja vista que o trabalhador rural não só apresenta consciência de seu trabalho como vivencia diversas de relações, que denotam dinâmicas.

Deste modo, desenvolvemos esta pesquisa a partir dos documentos confeccionados pelo próprio MST, como livros, cartilhas, cadernos de formação,

---

<sup>2</sup> Estas questões são analisadas a partir do prisma utilizado por E. P. Thompson, em *A formação da classe operária inglesa*. Como o olhar sobre o MST propõe-se a visualizá-lo como espaço de um processo de formação do sem-terra. Assim, procuramos abarcar uma série de continuidades, descontinuidades e re-significações dos elementos engendrados na luta pela terra, percebendo que as mesmas se fazem em um movimento complexo e dialético, no qual o MST aparece como agente e produto deste processo. Nesse sentido, Roseli Caldart (*Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola. Petrópolis, RJ. Vozes: 2000. p. 24.*) observa que a ocupação de terra não é uma forma de luta criada pelo MST. Ela é tão antiga quanto a existência de camponeses sem-terra na história. Em todas as épocas e em diversos lugares, ela foi escolhida como símbolo e ação da rebelião e dos levantes de trabalhadores do campo. Mas, os processos de opção por esta forma de luta, e os jeitos como ela é feita, certamente são característicos e constituem uma parte rica da história de cada grupo que deles faz uso.

<sup>3</sup> A noção de *fazer-se* aqui desenvolvida tem por referencial a obra *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson. Nessa obra, as “classes” são apresentadas a partir de uma realidade complexa e heterogênea, que contempla uma multiplicidade de antagonismos presentes em sua constituição histórica, não devendo, portanto, ser compreendida enquanto modelo, mas enquanto processo, possibilitando a visibilidade de uma não homogeneidade interna e, assim, da emergência de contradições no interior da mesma.

panfletos, revistas e outros, promovendo o seu confronto com a historiografia sobre a luta pela terra e Reforma Agrária disponível. Também foram mapeados e utilizados nas discussões o conteúdo de jornais e sites de Internet que referenciam notícias acerca das questões aqui trabalhadas. Como forma de adentrar nas dinâmicas próprias do fazer-se do Assentamento e da luta pela Reforma Agrária, foram realizadas 24 entrevistas orais com assentados.

Vários são os trabalhos que têm suas análises voltadas para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), abordando-o sob diferentes perspectivas e contemplando diversas dimensões da luta pela terra. Entretanto, vários referenciais, observados em tais estudos, acabam por desenvolver uma visão homogeneizadora do MST, enquanto uma categoria estanque, bem como a luta organizada na unilateralidade eixo “*sem-terra X latifúndio*”. Nesse sentido, a luta de classes acaba por ser vista presa a uma série de amarrações teórico-metodológicas, através das quais os trabalhadores rurais sem-terra são encarados singularmente enquanto classe homogênea e inseridos dentro de um propósito revolucionário que, muitas vezes, não faz parte de sua constituição moral, social, cultural e política, sem observar a diversidade dos sujeitos e uma série de contradições internas da luta pela terra e no interior do próprio MST<sup>4</sup>.

Grande parte das análises acadêmicas sobre os problemas agrários no Brasil e o campesinato focam suas problemáticas em questões como a atuação do Estado e suas políticas agrícolas, a violência no campo, os conflitos e lutas sociais, a estruturação e organização social da produção nos assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, os mediadores políticos da luta pela terra, entre outros. Ademais, grande parte das vezes, a questão camponesa fica a margem quando não excluída pela historiografia nacional, como bem retratado pelo sociólogo José de Souza Martins:

Esta exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa maioria do povo, como também dos intelectuais, exceção feita a este ou aquele que por razões profissionais se vê obrigado a saber de certas coisas.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Um dos estudos que apresentam uma visão homogeneizante da luta pela terra, a caráter de exemplificação é: MANÇANO, Bernardo Fernandes. *Espacialização e territorialização da luta pela terra. A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - no Estado de São Paulo*. São Paulo: USP, 1994.

<sup>5</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 25-26.

Dessa forma, as manifestações camponesas foram por muito tempo tomadas de modo raso ou marginal, até mesmo no tocante à sua capacidade de projeção histórica acerca da luta contra o capitalismo. Entretanto, *“o camponês continua sobrevivendo, continua afrontando a lógica de expansão do capital. Continua também desafiando as construções teóricas para a interpretação de suas lutas, para a compreensão de suas relações sociais, de suas representações e de suas práticas políticas”*<sup>6</sup>. Nesse sentido, as manifestações cotidianas camponesas e do MST devem ser analisadas enquanto produtoras de representações, as quais, de maneira real e simbólica – mas não por isso menos real –, promovem uma reação às políticas capitalistas no meio rural.

Ao atentarmos para emergência das questões ligadas ao universo agrário, percebemos tratar-se de um assunto que se faz ainda bastante recente na historiografia brasileira. Nas palavras de José de Souza Martins, muitas vezes, lançam-se olhares permeados de um certo *“colonialismo teórico de origem socialista”*, onde as relações, as contradições e os conflitos do meio rural, além de estarem simplificada e relacionadas apenas ao nível do econômico e do político, ocupam um papel secundário e, muitas vezes, sem importância histórica, uma vez que *“são tidas como lutas de resistência ao desenvolvimento do capitalismo, ao progresso da sociedade, diferentes das lutas operárias, que deverão levar à superação do capitalismo e à construção do socialismo”*.<sup>7</sup>

Richard Hoggart<sup>8</sup> trabalha sob um horizonte que desconstrói tal visão um tanto limitadora ao debruçar seus estudos sobre as transformações e modificações culturais no interior da classe trabalhadora, tais como a linguagem, os costumes, as formas de relacionamento, entre outras questões – sendo estas perpassadas por uma série de outras relações. O autor atenta para a exaltação romântica do papel das classes operárias, por vezes, analisadas a partir de um estatuto de pureza e nostalgia em relação a um passado que não pode ser revivido. Há que se mencionar, ainda, que o autor aborda a visão idílica e nostálgica que alguns historiadores nutrem em relação ao seu objeto. Para Hoggart, a classe atual não é outra classe em relação ao passado, mas sim a mesma classe reformulada em

---

<sup>6</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de Terras: Manifestações camponesas contemporâneas em Goiás Velho*. São Paulo: USP, 1998. (TESE).

<sup>7</sup> MARTINS, José de Souza. *A chegada do estrangeiro*. São Paulo: Hucitech, 1993. p. 110.

<sup>8</sup> HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

um nível diferenciado, uma vez que o sujeito se reelabora a partir de determinadas relações.

Estes confrontamentos teóricos até aqui esboçados foram de grande valia, uma vez que possibilitaram lançar olhares mais criteriosos para os rearranjos e as reformulações das práticas dentro do MST, engendradas nas relações e diálogos, em várias situações políticas, econômicas e culturais. Verificaram-se também outros tipos de mecanismos que circundam a problemática investigada, como tensões, disparidades e divergências forjadas no interior do próprio Movimento, revelando as possibilidades de transformações da pauta de ações, práticas e reivindicações.

Em outros termos, no fazer-se das classes sociais se processam múltiplas transformações que não seguem uma lógica histórica nem se igualam a leis objetivas, como nos ensina E. P. Thompson:

(...) a 'história' não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca de causas suficientes, pois as "leis" (ou, como prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências, de modos que invalidariam qualquer regra nas ciências experimentais<sup>9</sup>.

Os debates realizados com os colegas do Programa, o contato com o resultado das diversas pesquisas e seu cotejamento com a literatura teórica no transcorrer das disciplinas possibilitaram a crítica de perspectivas teóricas construídas de modo limitador. Observamos que, no interior do processo de produção historiográfica, houve um deslocamento de um modelo explicativo que tinha por principal enfoque variantes de natureza estrutural, para uma vertente que prima por trabalhar com os sujeitos históricos, suas experiências sociais, seus modos de viver, de interpretar o mundo, a partir da multiplicidade de elementos que perpassam as mais variadas direções e sentidos do seu fazer-se.

Segundo Roger Chartier, ao seguirmos por uma premissa estruturalista das relações, o popular pode ser facilmente cooptado e controlado, pois se restringe a manifestações que resumem ou caracterizam determinado povo, grupo, classe, cidade, e outros, sem muitas vezes explicitar o modo como uma comunidade se vê. O autor ressalta que ao retirar o popular, na tentativa de

---

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. "O termo ausente: experiência". In: A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 48.

“resgatá-lo” e preservá-lo, acaba-se por extrair o popular do seu nicho, do ambiente no qual este estabelece uma teia de relações. Proceder de tal maneira faz com que o historiador opere de fora, promovendo um recorte, o que o faz perder a gama de significações que ele assume dentro da diversidade de relações tecidas no seu ambiente original, desconsiderando seu movimento histórico, suas possibilidades de trocas e mudanças, criando idéias e sentimentos de pureza em relação a dada cultura, isolando-a e desqualificando quem vivencia outras situações concretas<sup>10</sup>.

O cotejamento das idéias acima, com as formulações densas do pesquisador Nestor Garcia Canclini<sup>11</sup>, que, ao trabalhar com a idéia da hibridização cultural, demonstra o modo como diferentes aspectos culturais se fazem enquanto suscetíveis a infiltrações de elementos de várias outras formas culturais, bem como no diálogo mantido com outras esferas do social, desconstruem esse mito de pureza e nostalgia em torno das origens e da autenticidade, uma vez que o processo de hibridização se faz presente de modo constante nas mais variadas práticas socialmente constituídas, sendo estas perpassadas por diversas esferas da vida social.

Partindo dessa perspectiva, a cultura não é um modo a-político, também não é o exótico do fazer da classe, é parte integrante do próprio processo, a própria constituição histórica, o próprio vivido. A cultura, vista dessa forma, é então compreendida enquanto um campo de produção de sentidos, vivida materialmente, produzida num embate, permeada de vários valores externos e internos, padrões de pertencimento, redes simbólicas, estruturas religiosas e de sentimentos que podem destoar do mundo do capital, sendo necessário para compreendê-la adentrar na dinâmica produzida pelo próprio conhecimento da classe<sup>12</sup>.

Nesse sentido, a opção pela agroecologia pode implicar na retomada de uma série de valores tidos como próprios do modo de vida camponês, principalmente no tocante à organização social da produção, à divisão do trabalho, à economia familiar, aos métodos de cultivo do solo, bem como a uma série de práticas que comumente foram e ainda são utilizadas por famílias de pequenos agricultores. Nesse sentido, o sociólogo José de Souza Martins assevera que:

---

<sup>10</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Editora Bertrand Brasil, 1990.

<sup>11</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

<sup>12</sup> Cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Essas populações, convém dizer, para encerrar, não agem no sentido de voltar ao passado, não procuram conhecer para rejeitar a História. Porque o que estão fazendo, a rigor, não existia no passado (...). Não se trata de uma volta ao passado. Trata-se de inventar e re-inventar a sociedade. A pesquisa do movimento social como expressão dessa relação de tensão revela como o conjunto da sociedade está transfigurado, transformado, recriado, revolucionado por todos esses grupos<sup>13</sup>.

Procurando analisar a agroecologia na esteira dessa dimensão, percebemos que ela se apresenta como uma proposta recente e ao mesmo tempo antiga na História da humanidade. As propostas agroecológicas versam sobre um plantio livre de elementos químicos como venenos, herbicidas e outros produtos sintéticos, bem como o uso de sementes transgênicas, incorporados na agricultura a partir dos últimos trinta anos. Vários posicionamentos que defendem a agroecologia também se manifestam contra o uso de maquinário agrícola pesado (tratores, colheitadeiras e outros), haja vista que os mesmos danificam o solo. Ao mesmo tempo, propõem uma agricultura orgânica e de domínio completo pelo trabalhador rural, promovendo um resgate de práticas de cultivo familiares e valorizando o trabalho familiar e produção para o auto-consumo.

Esta lógica se configura em caminho inverso à proposta do agronegócio que rege a economia agrícola nacional em tempos atuais. Nesse sentido, Ivani Guterres assinala um importante fator:

A ideologia dominante durante toda a história do Brasil é de que a grande propriedade da terra é a forma mais eficiente para responder aos desafios de um modelo de desenvolvimento rural que satisfaça às expectativas dos interesses econômicos nacionais e estrangeiros dominantes.<sup>14</sup>

Embora seja escassa a existência de bibliografia historiográfica sobre a agroecologia, vários materiais de ONG's (Organizações Não Governamentais) que se aproximam do MST nessa causa produzem materiais e divulgam suas idéias principalmente na internet. Vários sites que delineiam propostas agroecológicas ou versam sobre o tema, foram por nós mapeados, como forma de melhor compreender as proposições acerca da agroecologia. Segundo a ONG Ambiente Brasil, que atua na pesquisa e difusão de experimentos na agroecologia,

---

<sup>13</sup> MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. Op. cit. p. 42.

<sup>14</sup> GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante*. Contribuições de Enio Guterres. São Paulo; Expressão Popular, 2006. p. 86.

O conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, onde se proteje a vida toda e toda a vida, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. A rigor, pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável. Os modelos de agricultura sustentável são os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações, ao conhecimento científico atual para que, em conjunto, técnicos e agricultores possam fazer uma agricultura com padrões ecológicos (respeito à natureza), econômicos (eficiência produtiva), sociais (eficiência distributiva) e com sustentabilidade a longo prazo.<sup>15</sup>

Embora a ONG procure sistematizar o termo agroecologia como um conceito, as dimensões relacionadas entre si, apresentadas no próprio excerto, apontam para valores, relações e práticas sociais, relações com a natureza, produção de conhecimentos, em suma, um novo modo de viver e produzir. Assim, entendemos ser mais adequado referir-se à agroecologia como uma noção e não um conceito. O conceito trata-se de uma totalidade fechada em si mesma. A noção indica movimento, o fazer-se dos sujeitos, das práticas, das relações – da história.

Outros autores também indicam referências importantes sobre a questão agroecológica, como, Ivani Guterres. Segundo ele,

A abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança está a filosofia de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais que devem se materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a filosofia-base.<sup>16</sup>

Outras publicações acenam para o significado e a função da agroecologia. Verifica-se na cartilha confeccionada pela ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, em parceria com o MMA – Ministério do Meio Ambiente –, “*A Agroecologia como Alternativa*”, que a noção que se desenvolve sobre os possíveis da agroecologia abrange uma perspectiva mais ampla, que seja economicamente mais viável ao camponês, com redução de custos aos pequenos produtores, uma

---

<sup>15</sup> Cf. o site da ONG <http://www.ambientebrasil.com.br>

<sup>16</sup> GUTERRES, Ivani. *Agroecologia...* op. cit. p. 87.

vez que os mesmos se vêem livres do uso de venenos, da dependência da compra de sementes e outros fatores que oneram a produção. Para os autores, a finalidade da agroecologia centra-se na “*libertação da dependência dos agricultores familiares das mãos das transnacionais produtoras de venenos e adubos químicos prontamente solúveis*”<sup>17</sup>.

Os assessores e entidades que apóiam o MST na luta pela terra, como a CPT, também apontam alguns elementos que denotam como encaram a questão do meio ambiente. O Pe. Inácio Neutzling, assessor da CPT, a partir de referenciais político-religiosos, procura delinear o papel do cristão numa sociedade com graves problemas ambientais e na qual a natureza adquiriu caráter de especulação financeira. Para ele,

O Movimento ambientalista, ecológico nesse sentido é vanguardista porque ele denuncia e chama a atenção de que é impossível seguir acumulando destruindo o meio ambiente que coloca em risco a sobrevivência. Pode-se combater a pobreza também denunciando os resultados da super-exploração. (...) A sociedade capitalista neoliberal é uma sociedade post-cristianismo. Não tem nada a ver com os princípios do cristianismo. Os cristãos não podem e não devem ser apenas bombeiros do capital. Nós precisamos nos perguntar para as organizações dos pobres, como devemos lutar para combater a pobreza e a desigualdade, e não apenas querer ensinar...<sup>18</sup>

Os referenciais político-religiosos da CPT são observados largamente ao longo de toda a trajetória do MST e, não raras vezes, apresentam a Terra como “Mãe Terra”, “Fonte de Vida” ou “Dom de Deus”. Neste excerto, a preocupação está centrada em canalizar os esforços ambientais na promoção da justiça e da igualdade, condenando a pobreza e a desigualdade resultante do mau uso da terra.

Outro aspecto no qual se ancora o MST para a defesa das práticas agroecológicas é que as mesmas implicam em valores, entre os quais a autonomia do homem do campo e a soberania alimentar, possibilitando relações que se voltam para uma maior justiça social. Para Ademar Bogo, membro da Coordenação Nacional do MST e autor de vários livros e canções do Movimento, durante a V Semana de Agroecologia, realizada em Cascavel – PR, em julho de 2006:

---

<sup>17</sup> ANCA/MMA. *A agroecologia como alternativa*. Brasília, 2006. p. 12.

<sup>18</sup> NEUTZLING, Pe. Inácio. *As mudanças no mundo e os desafios civilizatórios*. In: Biodiversidade. Organização Popular. *Agroecologia. 5ª Jornada de Agroecologia: Construindo o Projeto Popular e Soberano para Agricultura. MST/Via Campesina*. P. 10.

Autonomia significa não depender de ninguém para fazer o que queremos. Os movimentos do campo precisam saber que em si está a solução, e é através de seu próprio esforço que virá a emancipação.

Esta autonomia precisa se dar através de militantes próprios, finanças próprias e idéias próprias.(...)

Quem não é capaz de andar com as próprias pernas, não pode apostar corrida contra ninguém. O vigor da luta está na capacidade de independência que cada movimento tem das forças externas à classe. A solidariedade quando se torna mendicância deixa de ser solidariedade e é rebaixada pela caridade. A luta de classes embora precise de todas as energias, jamais será vitoriosa com mendicância e caridade.<sup>19</sup>

Neste sentido, a agroecologia é vista como prática política que possibilita solidariedade, autonomia, soberania alimentar e fortalece a luta pela reforma agrária. Todavia, a defesa dela enquanto prática política do MST, para a permanência do assentado no campo e para a continuidade da luta pela reforma agrária, parece ser mais recente. Nesta direção, percebe-se que a segunda metade da década de 1990, assinala para uma certa mudança de postura do Movimento em relação as suas políticas para os assentamentos, como verifica-se no trecho que segue:

Achava-se que a reforma agrária era unicamente a distribuição de terras e a destruição dos latifúndios. Portanto, se cada camponês organizado no MST conseguisse ter acesso à terra, poderia assim, resolver o problema de sua família, do futuro de seus filhos e contribuir com uma sociedade mais democrática.

O objetivo de acabar com o latifúndio em nossa sociedade e distribuir a terra, a todos que quiserem nela trabalhar, é ainda um objetivo central e de uma importância fundamental. No entanto, a complexidade do problema agrário brasileiro, o avanço do capitalismo no campo, o processo de urbanização de nossa sociedade, a modernização das tecnologias, a dependência de nossa economia do capital estrangeiro, e a abertura do mercado e sua subordinação a interesses externos, trouxeram um grau de complexidade muito maior.<sup>20</sup>

Durante a sua trajetória de formação, novos elementos passam a ser apreendidos pelo MST, situando-o numa esfera mais ampla da luta, levando o Movimento a promover um rearranjo de suas práticas. Nesse sentido, são elencados pelo MST vários pontos que abarcam uma nova visão de reforma agrária, entre os quais destacamos:

---

<sup>19</sup> BOGO, Ademar. *A luta pelo poder*. Palestra proferida em Cascavel no Paraná, na IV semana de Agroecologia promovida pela Via Campesina, em 9 de julho de 2006. in: Biodiversidade... op. cit. p. 56.

<sup>20</sup> MST. *Caderno de formação nº 25*. Preparação dos encontros estaduais e 9º encontro nacional MST. São Paulo, 1997. p. 34.

- Garantia de trabalho para todos os trabalhadores rurais, com distribuição de renda mais justa;
- Produção de alimentação barata, farta e de qualidade para toda a população, garantindo *segurança alimentar* para toda a sociedade brasileira; (...)
- *Preservação e recuperação de recursos naturais, como solo, águas e florestas;*(...)
- Subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
- Garantia de que a produção agropecuária esteja voltada para a *segurança alimentar* e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;(…)
- Apoio à *produção familiar e cooperativada*, com preços justos, crédito acessível e seguro agrícola;<sup>21</sup> (itálico meu).

As características básicas do programa de reforma agrária pretendido pelo MST, abarcam várias proposições relacionadas à agroecologia. Verifica-se no excerto acima, do ano de 1997, que os termos *agroecologia*, *agricultura* e *produção orgânica*, que atualmente embasam as pautas do MST, ainda não aparecem diretamente. Entretanto, as proposições para o programa de reforma agrária contemplam indiretamente objetivos comuns aos da agroecologia ou os expressam por meio de sinônimos, como a preservação do solo, águas, florestas e outros.

Nesta direção, pode-se afirmar que a proposta agroecológica para sistemas de produção agropecuária opera uma contraposição imediata ao agronegócio. Este contraponto se dá em função da condenação da concentração de terras, no uso extensivo das mesmas no monocultivo, além da dependência em produtos químicos, que degradam o solo e tendem a oferecer riscos ao meio ambiente e a saúde humana. Outro aspecto que é combatido pela agroecologia contempla aspectos sociais, uma vez que a mesma se coloca contra a exploração do trabalhador rural e a produção voltada prioritariamente para o mercado, e não para o consumo próprio.

Dessa forma, podemos encarar as práticas agroecológicas defendidas pelo MST, como bandeira de luta contra o capitalismo fundiário e seus derivados. Tal caracterização se faz possível uma vez que as práticas defendidas por este modelo podem também ser encaradas como práticas de resistência da agricultura familiar diante do vasto processo de exclusão do homem do campo e homogeneização das paisagens rurais. Nesse sentido, postulamos que a agroecologia não deve ser encarada enquanto um mecanismo social ou uma ciência portadora de determinada neutralidade, já que as práticas difundidas pela mesma

---

<sup>21</sup> Idem. p. 34-35.

implicam vários posicionamentos políticos, sendo estes contrários à lógica do agronegócio. Ao nosso ver, a agroecologia se tece enquanto um sistema produtivo, econômico, social, político e cultural, que prima pela defesa de demandas populares, principalmente dos camponeses e pequenos agricultores.

No sentido acima exposto, as pesquisas e ações agroecológicas se voltam não para o desenvolvimento quantitativo da produção ou para sua rentabilidade, mas para a sustentabilidade. Assim, a agroecologia objetiva o desenvolvimento de alternativas que garantam soluções sustentáveis aos problemas enfrentados no campo e na cidade, por intermédio de ações ecologicamente corretas e socialmente justas.

As novas proposições, ações e elementos discursivos introduzidos pelo MST, acerca da cooperação e da agroecologia nos assentamentos, se configuram a partir de múltiplos referenciais – políticos, ideológicos, culturais, teológicos e econômico-sociais. Estas referências se tecem, entre outras dimensões, a partir dos modos de vida camponeses, das influências do pensamento religioso e do pensamento marxista-leninista<sup>22</sup>, do enfrentamento político com o grande capital, das leis de amparo e proteção do meio-ambiente, bem como da emergência de preocupações ambientais. Neste sentido, objetivamos verificar a historicidade desses elementos no fazer-se da luta pela terra no MST, bem como até que ponto estes elementos são colocados em prática, dentro dos assentamentos de famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Assim, no primeiro capítulo apresentamos analiticamente as diferentes dimensões relacionadas à questão central da pesquisa, que são trabalhadas no segundo e terceiro capítulos, a partir das falas e experiências dos assentados.

Na esteira desta dimensão, no capítulo inicial procuramos demonstrar como se configura, numa relação presente-passado, a construção dos elementos que hoje dão substrato as ações do MST no que tange às propostas da agroecologia. Para compreender como foram construídos historicamente os discursos e as práticas agroecológicas dentro do Movimento, entendendo a história enquanto um processo permanente e dialético, fez-se necessário uma retomada das configurações

---

22 Sobre a influência do marxismo-leninismo no MST ver: BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência: A organização social e da produção em assentamentos rurais na região Oeste do Paraná*. São Paulo: PUC, 2000. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

sociais no campo no Paraná. Nesse sentido, o fazer-se da questão agrária se configura a partir de uma pluralidade de experiências históricas que vão paulatinamente desenhando sua práxis.

Outro ponto a ser explicitado é como, na trajetória de formação do MST, foram sendo pensadas as formas de organização social e da produção dentro dos assentamentos. Esta questão se faz importante, uma vez que a crítica analítica dos documentos do MST nos conduzem à verificação de uma mudança de perspectiva no tocante à organização dos assentamentos, evidenciando, quando não a substituição do modelo cooperativista pela agroecologia e agricultura familiar, a coexistência dos mesmos. Nesta direção, procuramos perceber como na região Oeste do Paraná, os sujeitos vêm se posicionando e interpretando a partir de seus referenciais as estratégias políticas do MST, contribuindo assim para a formação da práxis do Movimento em relação a essas questões.

O capítulo segundo tem por objetivo central compreender como se originou a idéia de transformar o assentamento rural Antônio Companheiro Tavares em fazenda modelo na produção agroecológica. Para tanto, se fez necessário a investigação de como se deu o processo de conquista e formação da área. Nesse sentido, após o levantamento bibliográfico sobre o assunto e seu cotejamento com outras obras que problematizam a questão agrária no Brasil, procurou-se analisar como os assentados interpretam as propostas do MST, bem como em que momentos suas ações são portadoras de saberes agroecológicos agregados ao longo de suas trajetórias de vida.

No terceiro capítulo, as práticas tecidas no interior da MST serão problematizadas enquanto ações políticas de enfrentamento e de resistência no campo. Neste capítulo, procuraremos analisar como na articulação da agroecologia à educação, a organização da terra e do trabalho se tece. Para tanto, discutiremos como se constrói a questão da educação, para o MST, dentro do assentamento, investigando quais as alternativas e possibilidades descortinadas a partir da produção agroecológica no tocante à agregação de valor à produção e à melhoria das condições de vida dos assentados.

## **O MST e a agroecologia: práticas político-culturais<sup>23</sup> no fazer-se da luta pela terra.**

### **1. Um Olhar para o Presente.**

No dia 14 de março de 2006, a Via Campesina e o MST ocuparam um campo experimental da multinacional suíça Syngenta<sup>24</sup>, localizado às margens da Rodovia Governador José Richa, no município de Santa Tereza do Oeste. A ocupação se deu após a multinacional descumprir a Lei Federal 10.814/05, em seu artigo 11, que proíbe o plantio e os experimentos com Organismos Geneticamente Modificados em zonas de amortecimento de Unidades de Conservação, áreas indígenas ou na proximidade de mananciais. A Multinacional realizava ilegalmente experimentos com milho e soja transgênica, a menos de 6 km do Parque Nacional do Iguaçu, área de preservação ambiental e considerado Patrimônio da

---

<sup>23</sup> O termo “Cultura” aqui empregado tem por referencial a problematização de THOMPSON, E. P., em *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. SP, Cia. das Letras, 1998. Para este autor, trata-se a “cultura” de um termo descritivo vago, que não deve procurar ser compreendido no sentido de uma noção holística ou ultraconsensual. “Cultura” é um termo emaranhado, que assim como “sociedade”, “economia”, “política”, e outros, são moeda comum. Sendo necessária uma análise criteriosa dos seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume, o desenvolvimento dos costumes sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. Sobre a acepção do conceito de Cultura, aqui utilizado, ver também WILLIAMS, RAYMOND. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro. Zahar, 1979, Na obra, o autor pontua que o conteúdo múltiplo do conceito de Cultura deve ser concebido enquanto um movimento histórico não definido, porém historicamente constituído, sendo perpassado por diversas relações e fatores, até mesmo pela reelaboração e diálogo com outros conceitos como sociedade, economia e civilização.

<sup>24</sup> Conforme o website da empresa: A Syngenta Seeds é uma das líderes mundiais na área de agribusiness, comprometida com a agricultura sustentável através de inovação em pesquisa e tecnologia. A companhia é uma das líderes em proteção de cultivos e ocupa a terceira posição no ranking do mercado de sementes de alto valor agregado. As vendas em 2006 foram de aproximadamente US\$ 8,1 bilhões. A empresa emprega cerca de 19,5 mil pessoas em mais de 90 países. A Syngenta está listada nas Bolsas de Valores da Suíça (SYNN) e de Nova York (SYT). (in: syngenta.com.br)

Humanidade. Uma vez que a empresa descumpriu esta lei brasileira, foi multada pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis -, no valor de 1 milhão de reais<sup>25</sup>, vindo a não saldar sua dívida com o governo brasileiro.

Apenas alguns dias após a expedição da multa pela seção paranaense do IBAMA, mais de 100 famílias do MST e da Via Campesina adentraram na área onde a empresa suíça realizava experimentos com transgênicos e lá montaram acampamento.

A partir da ocupação da área da multinacional, uma verdadeira batalha passou a ser travada não apenas na esfera judicial, devido à própria intervenção do Governador do Paraná, Roberto Requião, que desapropriou a área, destinando-a à Reforma Agrária<sup>26</sup>, como também no que concerne a construção da legitimidade das ações dos grupos envolvidos frente à sociedade. A mídia regional, vinculada a grupos dominantes do setor do agronegócio, passou a fazer campanhas ostensivas contra a ocupação da área e contra o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra<sup>27</sup>.

O jornal O Paraná, do dia 15 de março de 2006, estampou sua posição política em relação ao fato em sua primeira página, através de uma fotografia de aproximadamente meia página e uma nota de abertura com o título “MST inaugura ‘2006 vermelho’ no Paraná”. As matérias completas sobre as ocupações ocorridas no Paraná nas semanas que se seguiram encontram-se, respectivamente, no caderno Cidades, e assim descrevem a ação:

---

<sup>25</sup> Conforme o Auto de Infração nº 247141, o impetrante foi autuado em razão da seguinte conduta infracional: “*Produzir organismos geneticamente modificados em local expressamente proibido em lei - (zona de amortecimento de unidade de conservação) no presente caso, o Parque Nacional do Iguaçu*”, de acordo com o termo de embargo de nº 037779 e em área correspondente a 12,00 hectares.

<sup>26</sup> Através do Decreto nº 7.487, de novembro de 2006, o Governo do Paraná desapropriou o campo experimental da Syngenta. O Decreto está fundamentado nos artigos 23 e 225 que versam sobre a responsabilidade do Estado na preservação do meio-ambiente.

<sup>27</sup> Deve-se atentar para o fato que esta questão não está pacificada, uma vez que a Justiça emitiu a Reintegração de Posse a Syngenta, bem como multou o então Governador do Paraná, Roberto Requião, em 2 mil reais por dia de atraso na desocupação, de acordo com a sentença estabelecida pelo Juiz Fabrício Priotto Mussi, da 1.ª Vara Cível da Comarca de Cascavel. Segundo o Jornal Gazeta do Povo, de 18/07/2007, em seu caderno Paraná: “*As famílias que participavam da ocupação, iniciada no dia 14 de março de 2006, estão agora em uma área vizinha, pertencente ao Assentamento Olga Benário. Um dos líderes dos sem-terra, Celso Ribeiro Barbosa, disse que não desistiram de transformar a área em um centro agroecológico*”. Percebe-se, portanto, que a luta pela transformação da área da fazenda em um Centro de Pesquisas pela Via Campesina não se encerra aí, como se pode verificar no próprio site do Jornal Gazeta do Povo, em notícia do dia 10/07/2007: “*Mesmo com a desocupação de forma espontânea, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirma que a luta pela fazenda da Syngenta não terminou. Os camponeses vão aguardar o julgamento dos recursos do governo estadual, no Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça, contra a anulação do decreto de desapropriação e a reintegração de posse da área*”.

Aproximadamente mil agricultores ligados à Via Campesina<sup>28</sup> *invadiram* ontem o campo experimental de sementes da multinacional Syngenta Seeds(...)

*Com carros, caminhonetes, motocicletas e caminhões, eles avançaram* por volta das 11 horas sobre o campo experimental da empresa, *sem encontrar resistência por parte dos funcionários*. Com a ação, *os funcionários foram obrigados* a ir embora para casa. Apenas uma equipe de pesquisadores permaneceu no local, para resguardar os laboratórios da empresa. A maioria dos *invasores* pertence ao MST(...)<sup>29</sup>. (itálico meu)

A construção textual e os termos empregados, a exemplo do que outros pesquisadores já bem delinearam<sup>30</sup>, objetivam desconstruir a ação dos trabalhadores rurais, retratando-os a partir de representações pejorativas, como “invasores”, enquanto pessoas que “obrigaram os funcionários”, utilizando-se para isso todo um aparato de veículos com carros, caminhões, motocicletas, além, é claro de uma grandiosa quantidade de pessoas, impossibilitando qualquer reação por parte dos funcionários da empresa, ou, num plano mais amplo, de qualquer pessoa que tenha sua propriedade “invadida”.

A questão colocada não reside apenas na impossibilidade de reação, pois, de fato, ela pode ter ocorrido. Deve-se também ponderar a idéia da usurpação do direito à terra, visto como absoluto pelo articulista, bem como o direito ao trabalho em um cenário nacional onde o desemprego assola grande parte da população. Nestes termos, o texto referido transmite a idéia não apenas da invasão, mas também da expulsão do local de trabalho de pessoas que tinham na empresa sua fonte de renda para ganhar a vida. O jornal visa, também, a construir a idéia de usurpação de um espaço que possibilitava a sobrevivência de trabalhadores da localidade, procurando, assim, conseguir maior sensibilização do público leitor diante da questão do emprego.

A desqualificação da ação do MST, enquanto ilegal, é o objetivo de muitos meios de comunicação. Pretendem com isso propor à população opiniões e

---

<sup>28</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um, movimento autônomo, pluralista, mas com ligações políticas e econômicas. É formado por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada. Está organizada em oito regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central e América do Sul. Originou-se em Abril de 1992, quando vários dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos-UNAG).

<sup>29</sup> Jornal O Paraná, quarta-feira, 15 de março de 2006. p. 9.

<sup>30</sup> Cf. SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso da veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

representações sociais da luta pela terra como ilegítima, como retrata o professor Hélio Garcia Duarte:

Ultimamente, a questão das ocupações de terra e dos assentamentos de reforma agrária tem estado presente, com muita frequência, nos noticiários da imprensa nacional. No entanto, geralmente é dada maior ênfase ao caráter de “invasão” de propriedade ou tem-se destacada a atuação dos órgãos governamentais na execução da “reforma agrária”. Pouco se tem informado sobre as raízes dessa questão e sobre a organização dos movimentos sociais no campo”<sup>31</sup>.

Nos meses que seguiram à ocupação do campo experimental da Syngenta, os membros da Sociedade Rural também se municiaram, cercando-se de medidas voltadas não apenas para proteção de seus latifúndios, como também por várias vezes fecharam as rodovias e trevos de acesso às principais cidades do Oeste do Paraná, reivindicando maiores recursos para a produção de soja e o agronegócio por parte do Governo Federal. Ao mesmo tempo, mobilizar-se contra a Reforma Agrária, procurando lançar junto à opinião pública um clima de descontentamento relacionado ao impasse e aos transtornos gerados pelo fechamento dos acessos.

As manifestações dos membros da Sociedade Rural, por vezes, também conduziram a enfrentamentos com os integrantes do MST. Durante a 1ª Jornada de Educação na Reforma Agrária, realizada em novembro de 2006, no Centro de Convenções de Cascavel, constava, dentre as atividades previstas para o encerramento do evento, uma passeata dos agricultores até a antiga área experimental da Syngenta, então sob domínio do MST<sup>32</sup>.

Membros da Sociedade Rural do Oeste, em número aproximado de 150 integrantes, bloquearam a passagem dos sem-terra pela BR 277, que dá acesso à rodovia Tancredo Neves, onde se localiza a Syngenta. Embora tenham, metros antes da barreira montada, trocado de pista numa estratégia evasiva para evitar o enfrentamento, os insultos e ofensas desferidos levaram até trocas de socos e pontapés entre latifundiários e participantes do MST<sup>33</sup>, episódio assim retratado pelo jornal O Globo, e noticiado no site de notícias do ministério do planejamento:

---

<sup>31</sup> DUARTE, Hélio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras*: op. cit.

<sup>32</sup> Cf. Folder da Programação da 1ª Jornada de Educação na Reforma Agrária. “*Todas e todos sem terra estudando*”. Cascavel, 26 a 30 de novembro de 2006.

<sup>33</sup> Sobre o fato, vários jornais da região, a mídia impressa como a televisiva reportaram os acontecimentos enfatizando as colocações do Presidente da Sociedade Rural Alessandro Meneghel. O posicionamento conservador e tendencioso foi uma constante, uma vez que boa parte destes veículos de comunicação apresentam estreitas relações econômicas com grupos dominantes da região, haja vista que seus anunciantes e patrocinadores são, em grande parte, cooperativas e empresas do ramo atacadista e vinculada a grandes produtores rurais.

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e produtores rurais do Paraná entraram em choque ontem, na BR-277, na região de Cascavel, no oeste do Estado, quando cerca de três mil sem-terra foram surpreendidos pelo bloqueio da rodovia por tratores e caminhões, organizado por 150 ruralistas da Sociedade Rural Oeste (SRO). Os sem-terra desceram dos 22 ônibus em que viajavam e seguiram a pé para furar o bloqueio.

O tráfego parou por pelo menos duas horas. Com pedaços de madeira e pedras na mão, os dois grupos se enfrentaram a socos e pontapés, deixando sete feridos entre os sem-terra. O confronto, que teve início às 15h, só foi controlado no fim da tarde, quando o trânsito foi liberado e a Polícia Militar conseguiu dispersar o grupo.(...)

- Bloqueamos as estradas em protesto, porque dizem que vão invadir mais fazendas e não vamos permitir - desafiou o presidente da SRO, Alessandro Meneghel. Segundo ele, o Paraná não tem terras para reforma agrária e as propriedades desapropriadas viraram "favelas rurais".

- Esses que se dizem movimentos sociais fazem sigla para tomar dinheiro do governo federal. O governo destinou mais de R\$60 bilhões para movimentos que nada produziram, enquanto nós, proprietários, geramos 43% do PIB e damos alimentos para a população - reclamou.

Meneghel não descartou o uso da força nos protestos.

- Daqui para a frente, não vamos aceitar mais nada. Se o governo não cumprir a reintegração de posse, ela será feita através dos produtores, usando até a força, se não deixarem as propriedades.<sup>34</sup>

Há que se observar que a ocupação da Syngenta, para além da desapropriação de uma área a ser destinada ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem-terra, cumprindo assim a sua função social, assume um caráter de grande importância simbólica do ponto de vista de seu conteúdo político. Isto se deve ao fato do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) pautar-se, atualmente, por uma prática política voltada para a Questão Ambiental, que valoriza a produção orgânica e a não utilização de venenos, herbicidas, sementes transgênicas, entre outros.

Para além de uma defesa do Meio Ambiente, o MST, ao propor cultivos agroecológicos, objetiva oferecer um caminho alternativo à dinâmica assumida pelo capitalismo no meio rural, uma vez que este se estrutura de modo a inviabilizar a Reforma Agrária. Na esteira deste pensamento, a ocupação da área utilizada por uma grande multinacional do ramo de herbicidas e sementes, portanto um expoente do capitalismo, consiste também num ato de grande representatividade política, uma vez que oferece resistência ao sistema, por meio da prática do desmantelamento de uma de suas filiais, cuja área e infra-estrutura onde está

---

<sup>34</sup> Jornal O Globo. Quinta-feira, 30 de novembro de 2006. Notícia divulgada no site da Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Planejamento. In: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=323449>

instalada, a partir de então, passou a ser trabalhada para cumprir uma finalidade social. Outro objetivo do Movimento seria criar no local um centro de estudos e pesquisas em sementes crioulas<sup>35</sup>, como fica explicitado na fala do Coordenador Regional do MST, Celso Ribeiro Barbosa:

Ocupando ela junto com outros movimentos sociais, depois que nós ocupamos, aprendemos que também tinha milho transgênico. Que também era proibido a nível nacional. Então, é uma luta longa. Vai ser uma luta longa nossa, dos movimentos sociais, pra que ali seja um centro de pesquisa de semente crioula, nossa, parceria com o governo do Estado. <sup>36</sup>

Contrariamente aos projetos do MST para a área, as práticas desenvolvidas por grandes empresas não apenas estimulam a desigualdade social no campo, como degradam o solo e o meio ambiente, através das práticas da monocultura, do latifúndio, da mecanização ostensiva da produção, do emprego de produtos geneticamente modificados que aumentam a produtividade da terra, sem ainda oferecer as garantias de serem ou não nocivos à saúde dos seres humanos, animais, mananciais e de toda biodiversidade existente.

A questão ambiental aparece hoje como principal pauta de luta do MST. Vários são os artigos, documentos, livros, revistas, jornais, simpósios e encontros produzidos pelo próprio Movimento e que trazem o tema como referência principal. Para alguns membros da bancada ruralista da Câmara dos Deputados, como o deputado Abelardo Lupion<sup>37</sup>, a proposta ambiental surge como um oportunismo do Movimento diante do cenário mundial sensível às ameaças do aquecimento global, do esgotamento da água potável, do empobrecimento do solo cultivável e da conseqüente escassez de alimentos, que ocupa grandes espaços jornais, revistas e noticiários. Entretanto, devemos observar que a proposta ambiental surge no interior do próprio fazer-se do MST e sempre apareceu de modo

---

<sup>35</sup> As sementes crioulas são tidas como variedades desenvolvidas comumente por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades indígenas. Estas variedades são aquelas que ainda não foram modificadas, seja pela biotecnologia ou por outros processos de melhoramento genético. A produção de sementes crioulas marca também uma bandeira de luta dos Movimentos Sociais do Campo, procurando preservar elementos da cultura camponesa, promovendo assim um resgate de relações entre camponeses e a terra. Numa esfera mais ampla, remetendo-se à manifestações sociais, culturais, étnicas, procurando também se reportar a processos educacionais e a preservação do meio ambiente.

<sup>36</sup> BARBOSA, Celso Ribeiro. Coordenador Regional do MST. Entrevista realizada em 16 de março de 2007. Arquivo do Autor (A/A).

<sup>37</sup> O latifundiário e deputado Abelardo Lupion, do PFL, membro da UDR (União Democrática Ruralista) e representante da Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso Nacional. Filho do ex-governador do Paraná, Moysés Lupion, empresário vinculado a atividade da extração, beneficiamento e exportação de madeira, bem como vinculado a inúmeros casos de grilagens de terra no Paraná.

direto ou indireto nas práticas por este desenvolvidas, como procuraremos demonstrar no decorrer do texto.

A dinâmica acima exposta, que envolve a mídia e os grandes proprietários rurais é objeto de preocupação por parte do MST, como podemos observar na narrativa abaixo:

eu acho que, muitas vezes, a mídia, de um modo como um todo, a mídia, a sociedade, muitas vezes, tem muitos jornalistas mal intencionados, que diz que nós usamos o discurso da agroecologia pra ter simpatia na sociedade. E nós dizemos que a nossa ação da agroecologia, da preservação do meio ambiente, porque nós tamo preocupado com o mundo, com as futuras gerações, então não é um discurso, nós estamos fazendo na prática. Cada ação nossa, em vários local é uma ação pra gente mudar mesmo. E se nós pegar e dar uma olhadinha nos assentamentos nossos, de um modo geral como um todo, nós provamos pra quem quiser ver como nós preservamo o meio ambiente. Porque todo mundo, praticamente, tem uma floresta individualizada. Nós temos a nossa reserva coletiva e sempre temos um pedaço no lote com reserva. Então não é um discurso, na prática, nós temos muita dificuldade talvez de poder trabalhar com o agricultor, e dá assistência pra ele na hora que precisa.<sup>38</sup>

Para uma compreensão mais detalhada da dimensão assumida pelo debate da questão ambiental do MST, de confrontar-se com o desenvolvimento do capitalismo no campo e das novas dinâmicas estabelecidas nesse contexto, devemos lançar um olhar mais criterioso para a ideologia do agronegócio, que vem a se estabelecer de maneira mais intensa nos anos iniciais da década de 1990.

No artigo, “Trabalho e Meio Ambiente: O Averso da Moda do Agronegócio”<sup>39</sup>, os pesquisadores Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins atentam para a aplicabilidade da ciência na agricultura de maneira mais efetiva nesse período, através do aumento do uso de tecnologias voltadas para a obtenção de uma maior produção, livre de pragas comuns às culturas agrícolas e às intempéries climáticas, contribuindo para a inserção cada vez mais direta da agricultura num modelo de progresso e desenvolvimento, preso a resultados quantitativos.

Para os autores, o principal argumento para demonstrar a viabilidade das atividades e das parcerias ou utilização de produtos de grandes empresas

---

<sup>38</sup> BARBOSA, Celso Ribeiro. Entrevista citada.

<sup>39</sup> In: Revista Lutas & Resistências. *Dossiê: dimensões da questão agrária no Brasil*. Publicação do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n. 1 (set. 2006) – Londrina: Midiograf, 2006.

nacionais ou internacionais está ligado ao aumento da produção e da produtividade. Tal característica encontra vários pontos em comum com as práticas desenvolvidas no Oeste do Paraná, principalmente se analisadas sob prisma do grande alcance das feiras agropecuárias e dos “Agrishows”. A caráter de exemplificação, o Show Rural, realizado anualmente pela Empresa Coopavel – Cooperativa Agroindustrial Cascavel Ltda.

O Show Rural atinge grande repercussão em nível nacional, por ser referência em tecnologia. A lógica do “agrishow” consiste na divulgação e venda de novas tecnologias voltadas ao meio rural, como informa a matéria vinculada ao site do Programa Televisivo Globo Rural e que também foi ao ar no fim de semana do dia 06 de fevereiro de 2007:

(...) O Show Rural conta ainda com a participação de empresas, em 150 estandes. Elas comparecem com o mesmo espírito de divulgação tecnológica que é a tônica da mostra: apresentam experimentos de plantio e têm técnicos disponíveis para atender os visitantes e fazer palestras. As máquinas e implementos são testados em ação no campo.<sup>40</sup>

Os dados divulgados pela assessoria de imprensa da coordenação do evento também objetivam demonstrar a grandiosidade e o sucesso da referida feira, vinculando-o sempre aos números elevados de expositores, visitantes e vendas:

Alguns números mostram o sucesso alcançado pelo Show Rural Coopavel, que acabou de realizar a sua 19ª edição: foram 143.207 visitantes, 290 expositores, 3,5 mil profissionais envolvidos e 4,8 mil parcelas experimentais distribuídas em 72 hectares de área, além de 12 mil vagas no estacionamento.

O evento é ainda definido como sinônimo de grandes negócios e cifras astronômicas, sendo utilizado também como referência do sucesso e da importância do agronegócio para o País. A difusão de tecnologias e parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e universidades, bem como com grandes empresas multinacionais é utilizada de modo a vender uma imagem dos benefícios gerados por esse setor da economia.

Nesse sentido, observamos que o discurso dos grandes proprietários e empresas voltadas para o agronegócio nutre determinadas proposições que vão ao encontro do pensamento neoliberal, cujas bases podem ser buscadas no liberalismo

---

<sup>40</sup> in: <http://globorural.globo.com/barra.asp?d=/edic/172/giro1.htm>

clássico, o qual se orienta principalmente pela garantia das liberdades individuais, pelo individualismo econômico, pelo livre comércio e pela desigualdade nas relações sociais de produção. No que tange às liberdades individuais, estas são concebidas como garantia do desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo, sendo o direito à liberdade a principal garantia de proteção individual contra o Estado. Assim sendo, podemos leiturizar estes pressupostos como uma defesa do patrimônio individual. Tal filosofia, que imbuída de uma fundamentação moral, também abarca uma outra dimensão central, a econômica. Esta com bem descreve Roy Macridis, relaciona-se aos direitos econômicos e de propriedade privada.

É ainda conhecido como ‘individualismo econômico’ ou ‘sistema de livre empresa’ ou ‘capitalismo’ – os direitos e liberdades dos indivíduos de produzirem e consumirem, de terem relações contratuais, de comprar e de vender através de uma economia de mercado, de satisfazer suas necessidades à sua própria maneira e de dispor de sua própria propriedade e trabalho de maneira que decidirem. Seus pilares têm sido a propriedade privada e uma economia de mercado, livre de controles estatais<sup>41</sup>.

Evidencia-se, pois, nos argumentos das grandes empresas capitalistas a representação de uma ordem social fundamentada no progresso social. A partir dela, cria-se uma rede de significações, objetivando colocar o grande produtor rural como uma espécie de motor da sociedade e o agronegócio como o grande responsável por alavancar o sucesso da região, gerar empregos, dinamizar a economia local, mas preservando determinada estrutura social no campo.

Assim, o material de divulgação do Show Rural, anteriormente citado, segue evocando imagens e símbolos relacionados à diversificação e expansão econômica da região como resultado do agronegócio. Objetiva, assim, fornecer subsídios para a construção de representações sociais, que fomentem posturas que resguardem a propriedade privada e primem pela manutenção do “*status quo*”, como ordem natural das coisas.

O crescimento do agronegócio, ou “agribusiness”, como muitos preferem, demonstra o avanço do capital industrial sobre a agricultura, uma vez que se observa a implementação de maquinário e tecnologias que, além de se voltarem para a substituição do trabalho humano, voltam-se para a agroindustrialização, como forma de agregar valor a produção.

Neste contexto, a mecanização da agricultura, as técnicas avançadas de manejo de solo, o uso de herbicidas e venenos, a opção por sementes

---

<sup>41</sup> MACRIDIS, Roy C. *Ideologias políticas contemporâneas*. Brasília: UnB, 1980. p. 38.

transgênicas passam a ocupar um papel de relevada importância, uma vez que o sucesso desse sistema amarra-se a uma maior rentabilidade no balanço final, tornando a agricultura uma atividade amplamente especulativa. Destarte, o rentismo fundiário, o desemprego, a exploração do trabalhador, a concentração de terra, as relações sociais desiguais, entre outros elementos típicos do universo capitalista, perpassam esse setor, tendo por objeto a maximização do controle dos processos naturais e sociais, como forma de elevar a produção e, assim, aumentar os lucros. Segundo Goodman:

A transformação industrial ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologia), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais.<sup>42</sup>

Tal cenário, acima descrito, mostra uma parte de como se apresenta organizado o setor agrícola, que prima pelo controle das relações econômicas e é combatido pelo MST. As práticas desenvolvidas pelo Movimento, bem como pelos assentados, se voltam para uma preocupação em manter o equilíbrio ecológico na área ocupada, mas também garantir a sustentabilidade econômica do assentado. Tais ações entram em estreita relação com a otimização dos espaços, aproveitando ao máximo a área do lote de terra, diversificando a produção agrícola, o que aumenta a renda do trabalhador.

Nesse sentido, as propostas centradas na produção orgânica, geram ainda mais retornos quando desenvolvida associada à agricultura familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é a principal responsável pela geração de postos de trabalho no meio rural, haja vista que concentra seu trabalho nos membros da família. Ademais, *“os agricultores familiares representam 85,2% do total dos estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura”*<sup>43</sup>. A prosperidade econômica aparece não apenas nos dados que demonstram a valorização da produção, mas também nas falas dos próprios trabalhadores:

---

<sup>42</sup> GOODMAN, D; SORJ, B; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. APUD: NORDER, Luiz A. Cabello. *Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial*. In: Revista Lutas & Resistências. Op. Cit. p. 112.

<sup>43</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Novo retrato da agricultura familiar*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2000. p. 22.

Nós não tinha nada, só uma casinha, os três filhos e umas coisas dentro de casa. Comprei uma casa pra minha filha em Cascavel, daqui. Esse golzinho que meu filho comprou, eu que comprei um monza, cinco boi, uns troquinhos, e comprei um sítio pro meu rapaz, que ele não tá em casa. Que eu não dei pra ele, não, é dele. Tenho mais outro sítio ainda, inclusive com dez cabeça de gado, uma mais bonita que a outra. Esse carro que tá aqui ainda eu devo, não é financiado o carro, mas é um dinheirinho de investimento, financiamento. E esse meu sítio é muito feio pra quem tá aqui, agora se você for olhar pra ele, a água e o mecanizado que tem, que você não vai embora hoje, nós vamos ver, você vai ver que isso aqui é um tesouro<sup>44</sup>.

Hoje, graças a Deus, eu tenho a casa, não tá bem acabada, mas dá bem pra morar dentro. Dá bem pra acomodar a família. Os eletrodomésticos a gente já mudou muitas coisinhas: você tem freezer, você tem geladeira, você tem máquina de lavar roupa, você tem televisão, você já tem uma parabólica, tem uma estante, tem um sofá, tem uma mesa bem adequada, então já é coisa que mudou dali pra frente, porque antes de eu entrar também não tinha isso aí<sup>45</sup>.

As palavras dos agricultores, mediatizadas pelo presente, comparam a situação vivida no passado com a atual, re-significando a importância da conquista da terra, bem como os progressos conquistados na questão econômica, aspectos estes que serão abordados mais detidamente nos capítulos seguintes. No entanto, também devemos atentar para o fato que tanto algumas proposições da agroecologia, as estatísticas governamentais e as falas de alguns trabalhadores, amparam-se em uma linguagem capitalista, vislumbrando a prosperidade financeira, como aparece nas falas acima. Em várias entrevistas os agricultores manifestam o desejo de serem proprietários rurais, com práticas de investimentos e aplicação financeira.

Ao mesmo tempo, as falas evidenciam a preocupação com a conservação da área verde, das florestas e fontes de água, como se observa no depoimento do agricultor Leopoldo Ribeiro, do Assentamento Vitória, em Lindoeste:

(...) no assentamento, se vê que tem um lugar dobrado, que não dá pra trabalhar, o pessoal deixou pra reflorestamento. As fontes, o pessoal tá cuidando, tá protegendo. O pessoal hoje, também já, devido a orientação do próprio Movimento, já luta pela conservação do meio-ambiente. O pessoal, a maioria aqui trabalhava com veneno, já tão diminuindo a produção, o uso de agrotóxico na propriedade. Então, eu vejo, assim, que o pessoal, não só aqui, mas dentro do Movimento, todos os assentados, tão discutindo essa

---

<sup>44</sup> Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel, na qual o trabalhador optou por não identificar-se. (A/A)

<sup>45</sup> ZENILDO. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu.

questão. O pessoal tão percebendo a necessidade de proteger as fontes e ter uma lavoura mais de sistema agroecológico e que não seja usado agrotóxico. Porque o agrotóxico, você sabe, que nós seres humanos não fomos feitos pra comer essa alimentação com agrotóxico. Então, acho que é importante esse trabalho que está sendo feito dentro do assentamento.<sup>46</sup>

O excerto denota um conjunto de novos temas e novas abordagens, que passam a inscrever novas significações no processo de luta pela terra. A incorporação de uma nova dimensão da luta contra o capital amplia a agenda de discussões para a relação de simbiose entre a questão política, econômica, social, cultural, teológica e ambiental, uma vez que as mesmas encontram-se amalgamadas.

Esta proposta de transformação social, a partir da retomada de alguns elementos próprios da tradição camponesa, não é meramente um argumento especulativo utilizado pela direção do Movimento. A recorrência ao manejo apropriado ecologicamente do solo e a outras ações de preservação, além de aparecerem constantemente nas falas dos entrevistados, se evidencia em práticas desenvolvidas pelos agricultores sem que os mesmos, não raras vezes, saibam que estas se opõem à lógica capitalista.

O trabalhador rural Jair Costa Silva, do Assentamento José Gomes da Silva, no município de São Miguel do Iguaçu, na leitura da situação vivida, expressa a preocupação com o meio-ambiente e a necessidade de preservação da natureza:

Ou a gente muda a forma da gente pensar e de agir com a natureza, ou a raça humana já está com seus dias marcados. E tudo, as tragédias que vão acontecendo, é efeito dessa visão equivocada de mundo, de querer dominar a natureza. Então, um dos aspectos que vem fazer com que a gente, de fato, olhe pra nossa vida e pra vida dos seres que estão ao nosso redor de uma outra forma. Então, essa preocupação é constante, não só a preocupação como as ações voltadas principalmente nesse campo aí. A gente está recuperando e está fazendo muitas coisas que foram se perdendo, foram se deixando pra trás<sup>47</sup>.

A retomada das práticas de cultivo, que possuem identificação com o modo de vida camponês, para além da garantia de sustentação do trabalhador e sua família, vão ao encontro da preocupação que se instaura em muitos locais em relação a uma alimentação saudável, livre de produtos sintéticos. Ademais, uma série de diferenças estabelecidas entre a agricultura convencional, que prima pelo

---

<sup>46</sup> RIBEIRO, Leopoldo. Entrevista. Lindoeste, 14 de dezembro de 2006. Assentamento Vitória (Arquivo do Autor).

<sup>47</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista realizada em 19 de março de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

monocultivo, o emprego de maquinário pesado e o uso de herbicidas – e não raras vezes sementes transgênicas –, e a agricultura sustentável, pautam-se em elementos que operam mudanças não apenas culturais ou econômicas, mas também políticas, como podemos observar a partir da análise do quadro abaixo:

**Quadro I – Comparativo entre Agricultura Convencional e Agricultura Sustentável**

<b>Agricultura Convencional</b>	<b>Agricultura Sustentável</b>
Centralização do poder e controle nas multinacionais.	Descentralização do poder, controle local e diversificado.
Dependência de inúmeras fontes de energias externas e serviços provenientes do agronegócio.	Baixa dependência de insumos de fora da propriedade e do complexo do agronegócio, inclusive do crédito rural.
Domínio da natureza, eterna luta contra a natureza para extrair benefícios para a espécie humana.	Harmonia com a natureza, o homem e a natureza são inseparáveis e estão interconectados.
Baseado na especialização, na redução da base genética de plantas e animais e na monocultura.	Baseado em práticas que estimulam a diversidade biológica em todos os níveis do sistema produtivo.
Os recursos naturais são tratados como inesgotáveis.	Comprometimento com a conservação dos recursos naturais à longo prazo.
A competição é vista como um aspecto positivo para a agricultura e para a sociedade como um todo.	Importância da cooperação entre os agricultores e da necessidade das comunidades rurais.

Tabela 02 – Elementos contrastantes dos dois paradigmas, adaptado de Beus e Dunlap, 1990.<sup>48</sup>

Os elementos apresentados no comparativo ilustram um pouco do modelo social pretendido pelo MST em oposição ao modelo capitalista. As relações sociais que se pautam pela valorização da pluralidade dos sujeitos, pelo respeito mútuo, pela democratização das relações, bem como pelo respeito à natureza se encontram na base do programa do MST.

Assim, o MST atua em duas frentes: luta para garantir a subsistência dos agricultores familiares rurais e combate o latifúndio, à medida que também opera elementos que vão contra as grandes corporações capitalistas do setor rural. De acordo com o MST e a Via Campesina:

<sup>48</sup> BEUS, Curtis E.; DUNLAP, Riley E. *Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate*. In: *Rural Sociology* v. 55(4), p. 590 – 616, 1990. APUD: JOELS, Liliane Miranda. *Reserva legal e gestão ambiental da propriedade rural: um estudo comparativo da atitude e comportamento de agricultores orgânicos e convencionais do Distrito Federal*. Brasília: UnB, 2001. p. 115.

Estando em poucas mãos o controle de sementes e investigação agrícola, o fornecimento de alimentos do planeta torna-se muito vulnerável aos caprichos dos artifices do mercado. As corporações tomam decisões que servem a seus interesses e assegurem os lucros dos intervencionistas, além de não garantir a segurança alimentar. Por fim, a existência de um monopólio na indústria de sementes implica na diminuição de opções para os agricultores. Um estudo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos examina o impacto da concentração da indústria de sementes sobre a investigação agrícola. O estudo conclui que a redução da competência associa-se com a redução da investigação e desenvolvimento. Mesmo com a indústria de sementes afirmando o contrário, a concentração no ramo resulta em menor inovação<sup>49</sup>.

Essa manipulação de mercado realizada por grandes empresas e multinacionais do setor de sementes e produtos químicos forma verdadeiros cartéis, operando fusões entre estas empresas e possibilitando às mesmas a concentração do poder corporativo nos setores biotecnológicos<sup>50</sup>. Há que se observar que grande parte dessas empresas também atuam em outros ramos da economia, como a indústria farmacêutica, veterinária e o processamento de alimentos e bebidas.

Assim sendo, para o MST, faz-se necessário o combate a este cenário, pois:

Com um mercado mundial com valor total de 21 bilhões de dólares por ano, o comércio de sementes é relativamente pequeno se comparado com o mercado mundial de pesticidas (35,4 bilhões de dólares) e muito frágil se comparado com as vendas da indústria farmacêutica (466 bilhões de dólares). Entretanto, o controle corporativo e a propriedade de sementes – primeiro elo da cadeia alimentar – tem implicações de grande alcance para a segurança alimentar mundial.<sup>51</sup>

Na esteira desta dimensão assumida pelo circuito de dominação promovido pelos “gigantes genéticos”, a agroecologia ocupa papel de destaque na pauta de reivindicações dos movimentos sociais do campo<sup>52</sup>. Entidades,

---

<sup>49</sup> Concentração Mundial de Sementes – 2005. in: *Biodiversidade. Organização Popular. Agroecologia*. 5ª Jornada de Agroecologia: Construindo o Projeto Popular e Soberano para Agricultura. MST/Via Campesina. P. 69.

<sup>50</sup> Segundo a publicação Oligopólio S.A., publicada em dezembro de 2005, a concentração mundial de sementes o mercado se torna cada vez mais repartido entre um pequeno grupo de empresas. Nesse sentido, observam-se grandes fusões como a das gigantes Monsanto e Seminis (março de 2005), Dupont e Pioneer, entre outras.

<sup>51</sup> Concentração mundial de Sementes... idem, op. cit. p. 70

<sup>52</sup> Existem vários títulos em uma vasta biblioteca vinculada ao MST e a Via Campesina. Optamos pela menção de alguns, comumente citados nos encontros de agroecologia, apenas a caráter de exemplificação: GUTERRES, Ivani. (org). *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, onde são abordados questões acerca da ecologia, transgênicos,

movimentos sociais, entre eles, principalmente, o MST, vêm atuando de modo a romper com esta dinâmica, lutando contra o domínio privado e contra as políticas tecnológicas que afastam o controle do sistema de sementes do camponês, tornando-o dependente dessas grandes corporações.

Todavia, para uma melhor compreensão de como se estrutura a questão ambiental no processo de formação do MST, enquanto prática política de enfrentamento e resistência política no campo, devemos, primeiramente, lançar olhar para os aspectos que estruturam historicamente o Movimento na região Oeste do Paraná. Tal incursão nos permite problematizar as dimensões da questão agrária sob um outro prisma e percebê-las em suas articulações com as práticas dos agricultores familiares assentados desenvolvidas no presente.

## **2. Breve Histórico das Configurações Sociais no Campo no Oeste/Sudoeste Paraná**

A tessitura da luta pela terra no Oeste do Paraná não data apenas do início da década de 1980, quando da formação do MST, em 1984. Como se pode observar na literatura sobre o assunto, na região Oeste do Paraná, desde o início de sua colonização ocorreu uma série de tensões e conflitos no que tangencia a posse e a propriedade da terra.

Como já muito bem delineado por vários autores, com os quais estabelecemos diálogos e que se debruçam de modo mais direto sobre tal problemática, como os trabalhos de Davi Félix Schreiner<sup>53</sup>, Nilceu Jacob Deitos<sup>54</sup>, Frank Mezzomo<sup>55</sup>, Valdir Gregory<sup>56</sup>, Eliane Cardoso Brenneisen<sup>57</sup>, entre outros,

---

biodiesel, agroecologia, organização popular, entre outros; LANG, Chris. *Árvores geneticamente modificadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, obra na qual o autor promove uma discussão acerca de como a produção de árvores geneticamente modificadas representam uma ameaça para a saúde e soberania alimentar da população; CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, publicação na qual o autor condena o uso de herbicidas e outros tipos de venenos, apresentando argumentos que colocam insetos e fungos não como verdadeira causa das doenças nas plantas, mas sim o cultivo incorreto das mesmas.

<sup>53</sup> SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste / Sudoeste do Paraná). São Paulo: USP, 2002. Tese.

<sup>54</sup> DEITOS, Nilceu J. *Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A Construção do Imaginário Católico (1930-1990)*. UFRGS. 2004. [Tese de Doutorado].

<sup>55</sup> MEZZOMO, Frank Antonio. *Religião, nomos e utopia*. Práxis do catolicismo no Oeste paranaense. Cascavel : Edunioeste. 2001.

<sup>56</sup> GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

bem como pelo levantamento documental de meu próprio Trabalho de Conclusão de Curso<sup>58</sup>, pode-se evidenciar uma série irregularidades no processo de colonização do Oeste do Paraná.

É lugar comum a discussão de como se deu a distribuição e colonização das terras sob a égide da atuação das Companhias Colonizadoras, as quais recebiam terras devolutas do Estado, de onde extraíam principalmente madeira e erva-mate para serem comercializadas e posteriormente promoviam a venda das terras. Um dos principais fatores para a venda das terras priorizava a formação de núcleos populacionais, os quais levavam em conta principalmente a origem e a questão étnica dos colonos. Assim sendo, priorizaram-se os colonos sulistas, principalmente de origem teuto ou ítalo em detrimento de outras frentes ocupacionais. Tal preferência se dava pelo fato de acreditarem que descendentes de italianos e alemães eram portadores de mão-de-obra mais esmerada, maior valor produtivo, mais afeitos ao trabalho, bem como mais idôneos que integrantes de outras frentes.

A formação de núcleos populacionais levava em consideração alguns aspectos principais, entre eles a etnia e a religião, fatores estes que contribuíam para aumentar o sentimento de identidade entre os futuros colonos que migrariam para as terras do Oeste paranaense, facilitando assim a execução do programa de colonização.

Como já pôde ser evidenciado no trabalho “Igreja e Conflitos Agrários: Práxis Católica no Oeste do Paraná”<sup>59</sup>, a história oficial e alguns outros trabalhos históricos recentes procuraram criar a idéia de uma colonização harmônica para a região Oeste do Paraná, como se os únicos responsáveis pela empreitada de colonização fossem o governo do Estado, as Companhias Colonizadoras e os colonos buscados no interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entretanto, tal formulação não se sustenta à medida que entram em cena novos atores sociais que tornam o ambiente tenso e conflituoso, entre os quais jagunços, posseiros, grileiros, indígenas e outros, não raras vezes, negligenciados da história oficial.

---

<sup>57</sup> BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit.

<sup>58</sup> SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *Direito à terra e práxis católica: A ação mediadora da igreja no espaço agrário do Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2004. (TCC).

<sup>59</sup> SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *Igreja e conflitos agrários: práxis católica no Oeste do Paraná*. In: *Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura*. Dourados: UFMS, 2003.

Os conflitos pela posse e propriedade da terra, os litígios, as disputas, o derramamento de sangue, as lutas, são uma constante no período da colonização e não deixam de existir por completo nos anos posteriores, prolongando-se em alguns casos até tempos atuais, sendo que “essas tensões normalmente vieram na esteira da valorização das áreas e da transformação da terra em mercadoria”<sup>60</sup>.

Assim sendo, observa-se que a problemática agrária não é algo inteiramente novo quando do surgimento do MST, haja vista todo um histórico de lutas como a Guerra do Contestado (1912-1916), na divisa entre Paraná e Santa Catarina, “Guerra do Porecatu”, no início da década de 1950, no Noroeste do Estado, o Levante dos Posseiros, no Sudoeste, em 1957, bem como várias lutas mais localizadas no Oeste do Paraná entre as décadas de 1960 e 1970, entre vários outros conflitos dessa natureza.

Tais experiências históricas não podem ser desconsideradas da experiência organizacional do MST, pois como pontua Stédile:

(...) é importante fazermos o resgate histórico das nossas lutas. Isso nos dá a noção exata das limitações e do caráter temporário da nossa participação. Não inventamos a roda nem o fogo. O que queremos é aproveitar as invenções já existentes – o fogo e a roda – para construir um mundo melhor. Certamente essa luta continuará por meio dos que virão depois de nós. Esperamos ter condições e capacidade para deixar um legado útil. O MST é a continuidade de um processo das lutas populares. Esperamos ser um elo com as lutas futuras. Este é o nosso papel histórico.<sup>61</sup>

Nestes termos, o Movimento traz no seu bojo vários elementos de experiências anteriores da luta pela terra, experiências estas que vão se retecendo à medida que, contraditoriamente, novas conjunturas da luta pela terra vão sendo estabelecidas. A fala de Stédile demonstra a dimensão que a prática concreta da luta pela Reforma Agrária assumiu para a formação do movimento, uma vez que cada realidade traz novos elementos que vão sendo recriados a partir das necessidades socialmente apresentadas.

É recorrência nos Cadernos de Formação do MST, na literatura sobre a luta pela terra no Brasil, nas palavras de ordem e reuniões de formação do Movimento, bem como em várias outras publicações referentes à problemática

---

<sup>60</sup> GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 2ª Ed. Petrópolis; Vozes, 1990.

<sup>61</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. Perseu Abramo. São Paulo, 1999. p. 58.

agrária no país, a rememoração do passado das lutas camponesas. Nesse sentido, a Guerra do Contestado (1912-1916), ocorrida na região de litígio entre Paraná e Santa Catarina, se apresenta como emblemática devido a seu forte caráter simbólico.

A região era ocupada na época por centenas de famílias de posseiros há muito ali estabelecidos. Como em várias outras localidades do país, muitas vezes ancoradas na Lei de Terras de 1822, que declarava extinto o regime de sesmarias e que a simples ocupação, construção de moradia e cultivo da terra, já caracterizavam a posse, fixaram moradia e passaram a produzir suas condições materiais de existência. No entanto, o conservadorismo político da Lei de Terras de 1850, se sobrepôs a esta Lei, já que as terras seriam consideradas devolutas do Estado e sua aquisição se daria somente mediante compra, desamparando legalmente esses posseiros<sup>62</sup>.

As terras da região fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina, que já se encontravam em disputa judicial entre os dois estados, desde 1906, são cedidas a uma grande empresa encarregada da construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Para além da construção da estrada, a companhia ganhou o direito à exploração da madeira e erva-mate numa faixa de 16km ao longo de todo percurso dos trilhos, desabrigando assim um sem número de famílias que ali residiam<sup>63</sup>. A partir daí, tendo por liderança a figura messiânica do monge José Maria, os camponeses se organizam numa resistência e se dirigem ao enfrentamento.

Muitos elementos presentes no modo de vida dessa população campesina perduram entre os pequenos agricultores ainda em tempos atuais. Maurício Vinhas de Queiroz, ao descrever a “roça cabocla”, que era desenvolvida por grande parte dos camponeses do contestado, assinalou que “*eram homens que não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isto enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos, dentro da floresta*”<sup>64</sup>. E segue descrevendo que, em meio à vegetação de pinheiros e ervais, os trabalhadores plantavam mandioca, arroz, banana, abóbora, melancia, milho e outros gêneros, além de criar animais por ali mesmo.

---

<sup>62</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. (et. al.). Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim do Departamento de História – UFPR*, v. 7, p. 1 – 52, 1968.

<sup>63</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social. A guerra sertaneja do Contestado – 1912/1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>64</sup> Idem. op. cit. p. 35-36

Com o pouco que sobra do produto das roças, os caboclos fazem miúdo comércio – na base da troca – com os bodegueiros. Algumas reduzidas lavouras de tabaco, juntamente com fabrico doméstico do fumo de rolo, que é uma espécie de artesanato (...) permitiu aos camponeses melhorarem de vida.<sup>65</sup>

As características aqui destacadas perfazem vários espaços da vida do camponês e que acabaram por serem enfatizados como elementos típicos da cultura deste: o cultivo e a criação cabocla em meio à mata, a economia de subsistência e as trocas<sup>66</sup>. Outro aspecto do conflito importante de ser destacado é sua linguagem e suas representações religiosas, algo também muito presente em outros momentos da luta pela terra no Brasil e na formação do próprio MST. Maurício Vinhas de Queiroz assinala que as pessoas “*se mantêm reunidas na esperança mística de que serão salvas*” ou, ainda, como se projetassem suas vidas num “*mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal...*”<sup>67</sup>

Entretanto, uma vez que a presença e resistência dos camponeses ameaçava os interesses de coronéis locais, bem como de grandes empresas extratoras de madeiras e erva-mate, o conflito com jagunços assume grandiosa proporção e à medida que os camponeses resistem na luta pela permanência na terra, o exército intervém no conflito dizimando grande parte dessa população, em mais um episódio de nossa História onde o poder econômico e político foi utilizado para fazer valer ambições de oligarquias rurais.

A Guerra do Porecatu explicita bem o conteúdo de luta por direitos e contra a expropriação que reveste o vivencial de muitos camponeses. O conflito foi resultante das ações de grileiros e grandes fazendeiros que procuraram expulsar pequenos posseiros de suas terras. Com títulos de terra falsificados nas mãos, os latifundiários chegavam aos posseiros ali estabelecidos e procuravam retirá-los utilizando-se da persuasão, mas, na maioria dos casos, da força. O professor Hermógenes Lazier afirma que “*Eles incendiaram casas, abateram animais e até cometeram estupro contra filhas e mulheres de posseiros*”<sup>68</sup>. Estas ações de extrema

---

<sup>65</sup> idem. p. 37

<sup>66</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. *A chegada ...* op. cit.

<sup>67</sup> QUEIROZ, Maurício V. *Messianismo...* op. cit. p. 251.

<sup>68</sup> LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias.* p. 221

crueledade também são debatidas por Ângelo A. Priori, utilizando-se da fala de um dos posseiros, o sr. Hilário Gonçalves Pinha:

“Aí eles começaram a fazer banditismo. Botar fogo, matar criação, encher o caminhão de porcos, de novilho, de galinhas, de peru. Já era banditismo, era sacanagem. Isso mesmo nas pessoas mais simples, sem nada na cabeça, criava uma revolta, pois o posseiro levou a vida inteira pra montar aquela propriedade e quando via estava tudo destruído. Além de algum jagunço que abusaram... abusaram do ponto de vista sexual. Os caras não tinham nenhuma noção de humanismo”<sup>69</sup>.

Os colonos, certos de que se encontravam na terra legalmente, reagiram imediatamente, organizando-se em frentes de luta contra os pistoleiros e jagunços contratados pelos grileiros, obtendo apoio do Partido Comunista, que reconhece a luta pela legalização da situação de trabalho entre os camponeses da região. O envolvimento do PCB nas lutas reveste a questão de uma forte carga ideológica, legitimando ações mais violentas por parte do governo, uma vez que o mesmo se encontrava na ilegalidade. Entretanto, as ações do PCB, desencadeiam entre os camponeses várias ações coletivas de certo modo baseadas num pensamento igualitarista, entre eles o cultivo de roças comunitárias, nas quais todo o cultivo, sementes e instrumentos de trabalho procuravam ser coletivizados<sup>70</sup>.

O conflito se torna caso de intervenção judiciária, sofrendo a ação dos soldados da Polícia Militar para desalojar os posseiros. Embora, como o professor Hermógenes Lazier, anteriormente citado, afirme que a direção do PCB tenha avaliado a resistência armada como um erro e um fracasso, cerca de 2.000 posseiros são deslocados para outras regiões, principalmente em Paranavaí e Campo Mourão. Também devemos referenciar que, até onde se pôde apurar, esta foi a primeira vez na história do país em que aconteceu uma desapropriação de terras com base no interesse social por parte do Governo<sup>71</sup>.

Já o Levante de Posseiros do Sudoeste, em 1957, teve suas raízes em projetos governamentais, que objetiva a ocupação das áreas para a colonização, atraindo colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob promessas de facilidades e infra-estrutura. Conforme evidenciado na pesquisa “Direito à Terra e Práxis Católica: A Ação Mediadora da Igreja no Espaço Agrário do Oeste do Paraná”,

---

<sup>69</sup> PRIORI, Angelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu*. Assis: UNESP, 2000. [Tese] p. 210.

<sup>70</sup> Cf. LAZIER, Hermógenes (et. al). *Os comunistas e a reforma agrária no Paraná*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

<sup>71</sup> Cf. LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes ...* op. cit.

a característica marcante do processo de colonização das regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná, é que este

(...) teve uma grande participação da atuação das companhias colonizadoras, que são de grande representatividade em toda sua trajetória. Tais companhias, por meio da concessão de terras devolutas do Estado, exploravam as riquezas naturais e, posteriormente, promoviam a busca de colonos e a venda ou arrendamento das terras, como uma grande empreitada imobiliária. Todavia, a ocupação territorial não se deu de forma harmônica. As relações que envolviam as terras de posse constituíram-se, muitas vezes, sob formas complexas e problemáticas. Muitas famílias de posseiros, em virtude das ações dos grileiros e jagunços das companhias colonizadoras e de outros particulares, foram expulsas<sup>72</sup>.

As companhias colonizadoras (Pinho e Terras, CITLA, Comercial e outras) começaram a pressionar os colonos para a regularização das terras<sup>73</sup>, uma vez que as mesmas detinham os títulos de propriedade. Como a maioria dos colonos não aceitou, iniciou-se por parte das companhias uma série de ameaças e de violências contra posseiros e colonos. Frente às ações violentas das companhias os colonos passaram a se armar e partir para o enfrentamento. A situação ganhou contornos bastante graves, uma vez que, como nos retrata a literatura sobre o assunto, os posseiros e jagunços se entrincheiraram respectivamente em Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, à espera do conflito. Entretanto, a intervenção do exército evitou a carnificina<sup>74</sup>.

As notícias do cenário atemorizante de conflitos que se estabelecia e a luta dos colonos contra os grileiros e latifundiários, ganhou repercussão na imprensa, como mostra o trecho do jornal “O Estado do Paraná”, citado por Hermógenes Lazier:

Tal como aconteceu em outras cidades, onde o povo não se conformou com a privilegiada situação das companhias colonizadoras de terras, a população se organizou, arregimentado-se para, de armas em punho, fazer de suas próprias iniciativas as providências que julgavam necessárias. E, desde ontem que o Município de Francisco Beltrão, passou a ser regido por 4 mil armas empunhadas pela sua revoltada população, onde não se contam

---

<sup>72</sup> SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *Direito à terra...* op. cit. p

<sup>73</sup> Sobre a ação dessas Companhias Colonizadoras, GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço...* op. cit., assevera que o Governo paranaense concedia grandes extensões territoriais na região a estas empresas particulares. Entretanto, como bem frisado pelo autor, há que se observar a existência de inúmeros posseiros nessas áreas já tituladas pelo Governo do Estado para essas Companhias.

<sup>74</sup> Cf. GOMES, Iria Zanoni. *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1986.

somente homens, pois que inclusive as mulheres, deixaram seus lares e saíram as ruas de mãos armadas, dispostas a tudo<sup>75</sup>.

Diante dos acontecimentos e a repercussão dos mesmos, foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o assunto, bem como houve intervenção militar para tentar apaziguar o conflito.

Segundo a autora Iria Zanoni Gomes, devemos olhar para a luta empreendida pelos posseiros, como uma experiência importante de organização dos trabalhadores do Sudoeste do Estado, onde a maioria eram posseiros e se dispuseram à reivindicação e ao enfrentamento em nome do título de sua propriedade<sup>76</sup>.

Apesar das intervenções do governo estadual e a distribuição de milhares de títulos de terras aos colonos da região, o conflito deixou uma série de marcas que possibilitaram a emergência de novas lutas por justiça e terra na região. Não obstante isso, percebe-se que vários elementos que hoje se fazem bandeiras de luta do MST, como a terra para trabalho, a propriedade familiar, bem como um modelo de agricultura voltado para suprir inicialmente as necessidades primárias das famílias, já se faziam presentes nas aspirações de muitos agricultores, e hoje reaparecem sob novas formas nas práticas e discursos do MST.

No sentido acima exposto, e em inúmeras outras experiências constantemente significadas e re-significadas pelos trabalhadores, é que se pretende compreender a processualidade histórica da luta pela terra e o “fazer-se” do MST. Assim, é importante debruçar-se de modo mais atento ao modo como se estabeleceram as configurações sociais no campo, em períodos anteriores à formação do MST e dos primeiros Assentamentos de Reforma Agrária.

Durante as décadas 1960 e 1970, começa a se processar a chamada “Revolução Verde”<sup>77</sup>. O uso contínuo de tecnologias para o melhoramento de

---

<sup>75</sup> Jornal Estado do Paraná. 10 de outubro de 1957. APUD: LAZIER, Hermógenes. Paraná.. op. cit. p. 228.

<sup>76</sup> Cf. GOMES, Iria Zanoni. *A revolta dos posseiros...* op. cit.

<sup>77</sup> Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas, que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos, durante as décadas de 1960 e 70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 1970. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades

sementes e plantas, de venenos e adubos sintéticos, bem como de maquinário pesado para a obtenção de uma maior produtividade são características determinantes deste íterim, sem deixar de lado aquilo que podemos chamar de “Revolução do Sangue”, que se processa no mesmo contexto histórico e tem por objetivo o melhoramento genético de animais. Sobre a Revolução Verde, Ana Maria Primavesi<sup>78</sup>, em entrevista à Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, assim a define:

Nos anos 60, começou a campanha da Revolução Verde, que aconteceu quando as firmas americanas estavam indo à falência e precisaram procurar desesperadamente uma solução. Então o *mister Borlaug (Norman Borlaug, um dos precursores da Revolução Verde)*, disse que a solução era justamente abrir a agricultura para a indústria química e mecânica. Então, eles obrigaram as pessoas a fazer monocultura. No Brasil, não existia monocultura, a não ser de cana-de-açúcar. Com a monocultura, começaram os problemas das doenças e era preciso colocar veneno. Uma avalanche em que um arrastava o outro. O adubo químico, basicamente, é formado por três elementos e a planta necessita de 45. Aí está o grande problema. Com esses três elementos, a planta está mal nutrida, subalimentada. Com isso, começaram todas as doenças e o decorrente uso dos pesticidas. Como cada pesticida está baseado em algum mineral, induzia a uma deficiência de minerais que estavam em proporção com esse e então foi uma avalanche cada vez pior.<sup>79</sup>

Ao mesmo tempo, percebe-se que a isenção do Estado em relação às suas obrigações para com estes trabalhadores e o avanço das empresas capitalistas com amparo do próprio Estado, uma vez que contavam com subsídios, financiamentos, incentivos fiscais e grandes obras de infra-estrutura patrocinadas pelo próprio governo sob pretexto de desenvolver a região.

As vinculações entre Estado e burguesia são percebidas em várias frentes, como, por exemplo, na construção da Itaipu Binacional. Este empreendimento, ao nosso ver, deve ser visto sob o prisma da necessidade de

---

agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. A introdução destas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não-industrializados. Países como o Brasil e a Índia foram alguns dos principais beneficiados. No Brasil, passaram a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como a Embrapa) e universidades. (in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde))

<sup>78</sup> Ana Maria Primavesi é agrônoma, de origem austríaca e radicada no Brasil desde a década de 1920. Desde os de 1940, defende um modelo agrícola ecológico. Autora de vários livros e ensaios, entre eles *Manejo Ecológico do Solo*, atualmente é pesquisadora da Fundação Mokiti Okada, no Estado de São Paulo, e realiza palestra em diversos países.

<sup>79</sup> Entrevista: “O combate à pobreza é básico e depende da recuperação ambiental e da Agroecologia”. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3. n.4. out/dez 2002. p. 5-6.

construção de uma infra-estrutura capaz de suprir as demandas do crescimento urbano industrial verificado no país. Mas, ao mesmo tempo, como uma ação de destruição do meio ambiente e de expropriação de grande número de famílias de agricultores.

Sobre o processo de luta promovido pelos trabalhadores desapropriados, o professor Davi F. Schreiner avalia que:

A luta desencadeada contra o Estado, pelos colonos expropriados da Itaipu foi centrada na justa indenização das desapropriações. Para alcançar algumas conquistas, os trabalhadores de Itaipu fizeram dois acampamentos. Como produto da luta, nasceu uma indenização mais justa pelas terras. No processo, a reivindicação dos expropriados da Itaipu por uma justa indenização, evoluiu para a reivindicação de terra por terra, revelando um significado profundo da luta pela terra. A expropriação negou a reprodução da vida e violentou todo um modo de ser, portanto, a identidade de ser colono. Assim, a redefinição da luta desloca-se da indenização mais justa da terra para a defesa do espaço social e cultural dos colonos<sup>80</sup>.

Somados aos expropriados pela criação da barragem da Usina de Itaipu, tem-se um grande número de trabalhadores demitidos pela empresa e que, sem condições de retornarem às suas regiões de origem, acabaram estabelecendo-se na região e engrossando os movimentos sociais que lutam pela terra para trabalho.

Muitos ainda, expropriados ou desempregados, acabam emigrando para o Paraguai, principalmente para a região de Porto Stroessner, dando origem a vários núcleos de trabalhadores rurais, chamados de *Brasiguaios*. Estes homens e mulheres, muitos desempregados de Itaipu, após adentrarem em território paraguaio e contribuírem para o desbravamento das terras fronteiriças, uma vez lá estabelecidos, ficam desamparados por parte do Estado, sem acesso à saúde, educação, e a outros benefícios sociais, uma vez que não possuem sua condição de imigrante reconhecida. Tal situação se agrava ainda mais uma vez que muitos têm sérios problemas para a legalização de suas terras, chegando a pagar duas ou mais vezes pela mesma<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> SCHREINER Davi Félix. *Mística e práticas: A intervenção da CPT na luta pela Terra*. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional da Anpuh. Niterói/RJ, 2001.

<sup>81</sup> Cf. SONDA, Waldemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995): Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 2003.

Diante desse quadro de exploração e miséria, muitas famílias de brasiguaios retornaram ao Brasil, vindo a somarem-se aos quadros de integrantes de movimentos que objetivam a conquista da terra.

A partir da década de 1970, no Paraná como um todo, entretanto de modo mais significativo no Oeste do Estado, observa-se uma ampliação da diversificação da produção agrícola. Tal modificação é marcada pela introdução de novas técnicas de plantio, bem como a mecanização da lavoura. O professor Nelson Dácio Tomazi faz significativa alusão ao processo de modernização agrícola, que pode ser observado pelo aumento do número de tratores e colheitadeiras existentes no Paraná em dois diferentes momentos: *“em 1960 havia 5.181 tratores e 986 colheitadeiras; em 1980 já havia 79.377 tratores e quase 15.000 colheitadeiras”*, bem como atenta para o fato de que *“é importante assinalar que o consumo de fertilizantes elevou de 50 mil toneladas em 1970 para 570 mil toneladas em 1980, pois buscava-se o aumento da produtividade e da produção agrícola”*<sup>82</sup>.

Esses dados são mais alguns elementos para se entender a expulsão de milhares de trabalhadores do campo, não apenas pela substituição da mão-de-obra pelo trabalho mecanizado, que resultou no êxodo rural, como também pelo endividamento e conseqüente perda de propriedades rurais por muitas famílias para grandes empresas capitalistas.

Essa configuração estimulou a migração interna, principalmente para áreas de menor ocupação, como forma do colono não perder seu vínculo à terra como forma de subsistência e, portanto, sua identidade social<sup>83</sup>. Assim, nesse processo de alteração de culturas e mecanização agrícolas, também devemos considerar uma modificação significativa no que tangencia a posse da terra, uma vez que tais mudanças contribuíram de modo eficaz para uma crescente concentração fundiária, e ao modo de se relacionar com ela, haja vista que a preocupação com a produtividade gerou efeitos altamente nocivos ao meio ambiente.

Nesse contexto, frutos de uma pluralidade de fatores e experiências históricas, as quais conduziram à construção de sujeitos coletivos (Movimento Justiça e Terra, Movimento dos Agricultores Sem Terra da Região Oeste do Paraná (MASTRO), Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros), cuja formação é resultado da identificação entre sujeitos que se reconheceram enquanto alvos de

---

<sup>82</sup> TOMAZZI, Nelson Dácio. Idem, op. cit. p. 26.

<sup>83</sup> Cf. SCHREINER, Davi F. *Cotidiano, trabalho e poder. A formação da cultura no extremo Oeste do Paraná*. 2ª Ed. Cascavel: EdT. 1997.

uma mesma situação de expropriação e violência. Como muito bem define José de Souza Martins: “essa exclusão que define o lugar do camponês no processo histórico.”<sup>84</sup>

Desse modo, através das ações e do questionamento da ordem social vigente, além do rompimento da figura “folclórica” do camponês passivo e mero coadjuvante da história, tem-se o camponês cuja existência encontra-se num fazer político. Como bem assevera Zilda Iokoi,

A resistência, que se realiza com a ocupação de áreas de latifúndios ou de terras devolutas, permite ao camponês, em sua ação, transformar-se em elemento questionador da desigualdade produzida nas economias de tipo capitalista. Por outro lado, a questão da renda fundiária passa a ser compreendida também no seu conteúdo político<sup>85</sup>.

Tal leitura se faz importante, pois tais aspectos contribuem para um melhor entendimento de que a luta social empreendida pelo MST não é algo hermeticamente fechado, com um pensamento coeso e homogêneo, mas um espaço plural e conflitivo, onde inúmeras diferenças e disparidades em relação aos mais variados aspectos da luta pela terra ganham forma. Nestes termos, como o historiador Sidney Chalhoub muito bem definiu, faz-se necessário

analisar a classe trabalhadora em constante movimento, ou seja, procurando fazer reivindicações em seu próprio benefício, que podemos ter uma idéia mais exata de quanto as ações e atitudes do dia-a-dia obscuro dos populares (...) criam um padrão ideológico que contém em si os limites da consciência de classe destes homens e mulheres num determinado momento histórico<sup>86</sup>.

Na esteira dessa dimensão, a professora Déa Ribeiro Fenelon, ao suscitar a discussão que rejeita a historiografia acadêmica que se propõe como única versão autorizada e que torna invisíveis e inaudíveis os dissidentes, apresenta a memória como um campo minado pelas lutas sociais. Caracteriza a memória

---

<sup>84</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis; Vozes, 1990, 4<sup>a</sup>. Ed. p. 25.

<sup>85</sup> IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses – teologia da libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Ed. Hucitech, 1996.

<sup>86</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Edunicamp, 2001. p. 152.

como “*um campo social onde memórias hegemônicas e memórias alternativas são produzidas na vida cotidiana*”<sup>87</sup>.

Realizar um trabalho histórico implica uma análise que, tendo como foco principal a diversidade de características do objeto estudado, no caso a luta pela terra, se volta com maior atenção ao vivencial e rompe, portanto, com determinadas visões homogeneizadoras, já que cada caso constitui uma prospecção na vivência, na experiência e na subjetividade dos sujeitos históricos, como bem pontua a Professora Déa Ribeiro Fenelon:

O desafio de relacionar-se politicamente com o tempo presente impõe-nos o enfrentamento desse debate histórico(...) de inverter a relação passado/presente, incorporando em nossa pauta a preocupação política com o hoje(...). E que nossos ‘sonhos utópicos’ de um presente melhor, mais justo e feliz advenham de nossa esperança e engajamento, nunca cedendo à tentação de resvalar para o discurso unificador e para a busca do consenso, mas que apontem para o múltiplo e o diferente e, portanto, para a rejeição categórica de projetos totalizadores<sup>88</sup>.

Portanto, o processo de investigação histórica consiste na negação do *a priori*, construindo uma história que consiga visualizar a prática social enquanto produtora de significados na vida dos trabalhadores, não por si só, mas numa relação que contemple toda a permeabilidade do social, perpassada por várias experiências e situações que evidenciam o permanente diálogo entre o micro e o macro, mostrando uma história preche de vida e que possa colocar os indivíduos enquanto portadores de um fazer político cotidiano, realizando um movimento histórico não apenas retrospectivo, mas também prospectivo.

### **3. Trajetória de Formação do MST: O Surgimento da Questão Ambiental**

A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é resultante de uma série de questões que vão se tecendo historicamente no cenário agrário nacional, como pudemos evidenciar nas discussões do item anterior, bem como da articulação de várias experiências e lutas que se entrelaçam no contexto

---

<sup>87</sup> FENELON, Déa R. Muitas memórias, outras histórias. In: KHOURI, Yara A. (et. al.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. SP: Olho d’água, 2004. p.12-13.

<sup>88</sup> Idem.

social e político, durante as décadas de 1970 e início dos anos de 1980, em vários pontos do Brasil. Nesse sentido, o MST tem sua gestação em um cenário no qual se vive o período da chamada “distensão” política do Regime Militar, marcada por um certo afrouxamento controlado e gradativo da repressão aos movimentos populares, em função da própria luta dos movimentos sociais pelo direito de reivindicar e pelo fim da Ditadura Militar.

Nesse sentido, concordamos com a Antropóloga Neide Estérci e a Socióloga Leonilde Sérvo Medeiros, que assim delineiam tal cenário:

(...) os anos 80 se constituíram em uma oportunidade não só para um aprofundamento da reflexão acadêmica sobre os mecanismos de funcionamento do Estado, mas também foram um momento de experiência para os movimentos populares que, após um longo período de repressão e ausência de diálogo, tiveram que reaprender mecanismos de relacionamento e, na sua prática cotidiana, operar relativizando as concepções que serviam de suporte para a retórica de “estar de costas” para um Estado tido como monolítico e impermeável às demandas das classes populares (salvo para manipula-las).<sup>89</sup>

Durante o período da ditadura militar no Brasil, não obstante a perseguição às entidades e organizações que procuravam representar e mobilizar a classe trabalhadora, a luta pela terra continuou crescendo e surgiram as primeiras ocupações de terras, não como movimento organizado, mas sob uma grande influência da ala progressista da Igreja Católica e Luterana, notadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorre um crescimento do contingente dos excluídos da terra, que vêm suas fileiras alargadas pelo crescente número de expropriados da terra em função da modernização agrícola, pela construção de hidrelétricas, bem como migrantes que não conseguiram conquistar a terra. Aos olhos da Igreja, o capitalismo apresenta-se como o grande responsável pelas desigualdades sócio-econômicas e pela violência que assolava o meio rural. Tal constatação levou a Igreja a fortalecer as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>90</sup>,

---

<sup>89</sup> MEDEIROS, Leonilde. (et. al.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Edusp: São Paulo, 1994. p. 15.

<sup>90</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) marcaram a opção da Igreja pelo povo simples, atuando de modo a intensificar todo um processo pastoral. É a própria Igreja em seu nível nuclear, ou local, onde se dá a emergência básica da Igreja universal e diocesana. Ver: MARINS, José. *Comunidades eclesiais de base: foco de evangelização e libertação*. São Paulo: Paulinas, 1980.

recriando sua ação pastoral e lançando olhares mais atentos às questões sociais e à organização dos trabalhadores camponeses, dando início ao surgimento da CPT.

Os graves conflitos fundiários, a barbárie constada na extrema violência e seus números provocados pela expansão do latifúndio, motivaram o surgimento da CPT, num encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Mineração em Goiás, em junho de 1975. No limiar daquela década, a CPT também foi organizada no Paraná, passando a apoiar e articular a luta de posseiros, pequenos proprietários e arrendatários, contra a ameaça de expulsão pela construção de usinas hidrelétricas. O trabalho da CPT, a partir dos referenciais da Teologia da Libertação, marca uma ruptura com a concepção conservadora da ação interveniente da Igreja Católica no campo, formulada ainda nos anos 50<sup>91</sup>.

A atuação dos agentes de pastoral assumia uma postura de denúncia ao modelo de modernização que se implementava. Os trabalhos desenvolvidos rompiam com uma mentalidade conservadora, ao mesmo tempo, que motivavam colonos, seringueiros, entre outros, às práticas de enfrentamento. A utilização da Bíblia, dos cadernos da CPT, entre outros, auxiliava na criação de uma mentalidade na qual a terra era vista como um direito de todos e que se encontrava garantido por lei, como previa o Estatuto da Terra, 1964. A inspiração bíblica que visualizava a terra enquanto “dom de Deus” impelia os colonos a reivindicarem seus direitos e lutarem por eles, requerendo terra para trabalho. A partir da discussão dos textos, os colonos partilharam uma situação, criando uma identidade em comum, o que os levou a questionarem a política agrária e as noções do direito à terra, opondo-se, assim, ao modelo capitalista.

Neste período, em vários pontos do Brasil se vivia uma conjuntura de extrema luta pela abertura política, requerendo o fim da ditadura militar, bem como intensas manifestações do movimento operário nas cidades<sup>92</sup>. O primeiro encontro do MST, em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, deve ser compreendido como engendrado nesse contexto. O encontro reuniu 1.500 delegados além de outros representantes de 16 Estados<sup>93</sup>. No encontro, os sem-terra concluíram pela legitimidade da luta e reafirmaram a ocupação como um mecanismo necessário para a mudança do cenário de violência e expropriação vivido pelas populações

---

<sup>91</sup> SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste / Sudoeste do Paraná). São Paulo: USP, 2002. Tese. p. 04.

<sup>92</sup> ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>93</sup> Cf. MST. *Documento Final do 1º Encontro do MST*. Cascavel, 21 a 24 de Janeiro de 1984.

campesinas. A partir deste encontro, passou-se a pensar o movimento em relação a sua organicidade, criando para tanto objetivos e uma linha política definida. Nesta direção, o Mestre em Desenvolvimento Agrícola, João Carlos Sampaio Torrens, assegura que:

A especificidade do MST foi se demarcando com base em uma visão que enfatizava o enfrentamento direto com o Estado e os grandes proprietários rurais, a contestação da legislação agrária e dos programas de reforma agrária do governo federal e a necessidade de construção de um “movimento de massa” que ganhasse expressão política, principalmente com as ocupações de terra<sup>94</sup>.

Na continuidade desta mobilização, aconteceu em 1985, em meio ao clima da campanha “Diretas Já”, o 1º Congresso Nacional do MST, em Curitiba (PR), encontro este que teve por lema: “Ocupação é a única solução”. A presidência do Brasil estava a cargo de José Sarney, e as pressões pela Reforma Agrária cada vez mais intensas levaram o governo à aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O Antropólogo Moacir Palmeira atenta para o fato de que o PNRA tinha como um dos principais objetivos a aplicação rápida do Estatuto da Terra, de 1964, e a viabilização da Reforma Agrária<sup>95</sup>. O documento assegurava o assentamento de 1,4 milhão de famílias até o fim do governo Sarney, entretanto o que se verificou foram menos de 90 mil famílias assentadas em 5 anos<sup>96</sup>. Essa limitação ao PNRA é atribuída ao fato de que:

Com a articulação para a Assembléia Constituinte, os ruralistas se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado - incentivando a violência no campo -, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada. Os ruralistas conseguiram impor emendas na Constituição de 1988 ainda mais conservadoras que o Estatuto da Terra. Porém, nessa Constituição os movimentos sociais tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186. Eles fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira, hino. Assim foram se estruturando os diversos setores dentro do Movimento.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> TORRENS, João Carlos Sampaio. *O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. In: MEDEIROS, Leonilde (et. al.). *Assentamentos...* op. cit. p. 151.

<sup>95</sup> Cf. PALMEIRA, Moacir. *Burocracia, política e reforma agrária*. In: MEDEIROS, Leonilde... idem. p. 57.

<sup>96</sup> Cf. IBGE. *1º Censo da reforma agrária do Brasil*. Brasília. Brasília: INCRA/CRUB/UNB, 1997.

<sup>97</sup> MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. Editora Expressão Popular, 2001.

Desde o 1º Congresso Nacional do MST, a opção pela ocupação de terras como prática política de pressão pelas conquistas sociais já estava estabelecida no Movimento. Durante o encontro também foram elaboradas as diretrizes para a estruturação interna dos assentamentos, quando se decidiu pelo uso comunitário não obrigatório das terras, na promoção de ações que estimulassem às formas coletivas, bem como práticas alternativas para a associação e comercialização de produtos<sup>98</sup>. A opção por estas práticas tinha uma preocupação ao mesmo tempo econômica, política e social, no sentido de viabilizar recursos para a sustentabilidade imediata do assentado na terra e a solução dos problemas de infra-estrutura (silos, galpões, estábulos); também estimulava ações voltadas para a vida comunitária e a cooperação, propondo uma ruptura com o sistema capitalista e fornecendo bases para transformações sociais mais amplas.

Já no 2º Congresso Nacional do MST, em 1987, observa-se que a CPT e o MST, percebem, politicamente, a necessidade de autodeterminação do Movimento em relação à Igreja, tendo na CPT apenas uma instituição de apoio e orientação. João Pedro Stédile pontua que *“Se tivesse sido formada uma comissão de sem-terra dentro da CPT, já teria nascido com caráter muito vinculado à Igreja. Foi muito importante a idéia de que os trabalhadores rurais sem terra deveriam se organizar de forma autônoma”*.<sup>99</sup>

Na acepção da professora Roseli Caldart,

O desdobramento imediato de fatos como este foi o processo de autonomização do Movimento em relação a seus apoiadores da Igreja, e a busca de um caminho próprio. Somos o Movimento dos Sem Terra e não um movimento de Igreja, embora sejamos em nossa maioria cristãos e precisemos do apoio da Igreja para nossas lutas. Chegar a esta síntese, trocando simbolicamente a cruz pela foice, foi certamente um passo decisivo nos rumos seguidos posteriormente pelo MST.<sup>100</sup>

Não obstante a afirmação da autonomia do MST, a CPT continuou assessorando o movimento e ajudando-o na organização da luta pela terra. Os reflexos da ação da Pastoral da Terra podem ser percebidos nos cadernos de formação do Movimento, bem como no próprio modelo de organização dos

---

<sup>98</sup> Cf. MST. *Documento Final do 1º congresso nacional dos trabalhadores rurais sem terra*. Curitiba, 29 a 31 de Janeiro de 1985.

<sup>99</sup> STÉDILE, João Pedro. *Brava gente*. Op. cit. p 47.

<sup>100</sup> CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*. Escola é mais que escola. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2000. p. 83.

assentamentos, primando por uma organização coletiva. Nesse sentido, percebemos que a organização de Cooperativas, bem como a defesa do trabalho coletivo, quando não da coletivização das terras defendidas pelo MST, é algo que tem seus referenciais nos discursos religiosos da CPT, bem como nas diretrizes do PCB, na década de 1950, que já defendia e estimulava a criação de roças comunitárias entre os trabalhadores de Porecatu e nas Ligas Camponesas, no Nordeste do país.<sup>101</sup>

Na esteira desse pensamento, o MST em fins da década de 1980 e início de 1990, começa a colher os resultados das primeiras grandes desapropriações de terras e a elaborar os primeiros assentamentos. Uma vez conquistada a terra, perceberam-se muitas das noções desenvolvidas pela CPT, relativas a idéia de “terra para trabalho” e trabalho coletivo, em nível de assentamento, não romperam com a tradição de respeito à propriedade privada presente na mentalidade de muitos colonos e de grande parte da sociedade.<sup>102</sup>

#### A opção pela organização em cooperativas de trabalho

A Cooperação Agrícola é concebida como um processo de associação de trabalho e/ou capital na organização da produção, para fazer frente aos diferentes mecanismos de exploração, via circuito mercantil e bancário. Cumprindo papéis de instrumentos de luta econômica e política, a Cooperação Agrícola objetiva possibilitar o aprendizado, através de enfrentamento cotidiano e conferir uma expressão unitária às famílias assentadas<sup>103</sup>.

Destarte, o MST cria um modelo que se configura a partir da transformação do assentamento numa área alternativa às relações capitalistas de produção, mas que também, contraditoriamente, opera a sua luta econômica e política a partir de elementos próprios do capitalismo. Nesse sentido, concordamos com João Edmilson Fabrini ao pontuar que “*a manutenção da independência das cooperativas não seria garantida pelo seu objetivo econômico, até porque se procura integrar ao mercado capitalista, mas pelo objetivo político, que garantiria seu caráter revolucionário*”<sup>104</sup>.

---

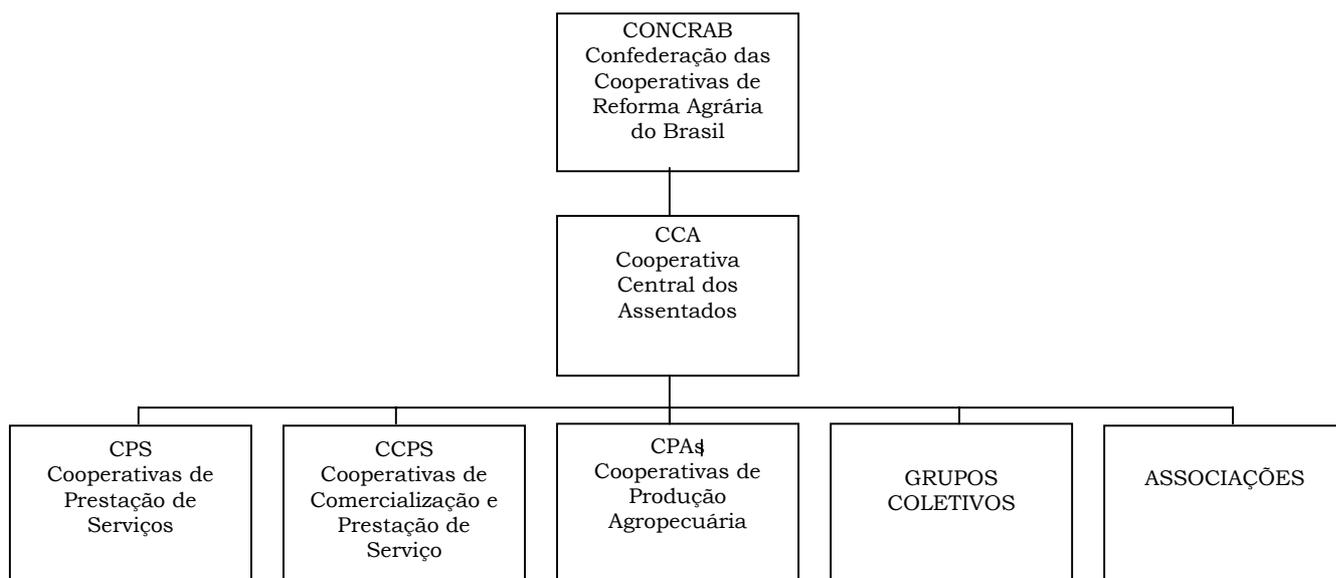
<sup>101</sup> Cf. DUARTE, Hélio Garcia. *Do mutirão...* op. cit.

<sup>102</sup> Cf. SAUER, Sérgio. *Inserção e prática pastoral da igrejas: acampamentos e assentamentos desafios da CPT*. CPT. Caderno de Estudos nº 6. São Paulo: Loyola, 1993.

<sup>103</sup> ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*. In: *Assentamentos Rurais...* op. cit. p. 207.

<sup>104</sup> FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra. Experiências de Luta no Paraná*. Marechal Cândido Rondon, LGeo, 2001. p. 32.

Desse modo, no modelo cooperativista fundamentou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que é constituído por várias instâncias e tem por objetivo ser mais uma ferramenta na luta da classe trabalhadora contra o capitalismo, organizando os assentamentos em modelos cooperativos que integrem as mais variadas associações, coletivos ou cooperativas de trabalhadores rurais sem terra, conforme estrutura apresentada no organograma abaixo:



Fonte: BRENNENSEIN, 2000.

Com exceção das Associações e Grupos Coletivos, as demais instâncias possuem estrutura e organização complexa, bem como pela adoção de uma estrutura empresarial. As CPS e CPA's são cooperativas que se voltam à produção e fomentos relativos à prestação de serviços nos assentamentos onde as mesmas são implantadas. Já as CCPS têm por finalidade “*promover o armazenamento, a comercialização e a agroindustrialização da produção dos assentamentos*” de uma região. Já as CCA's tem por principais atribuições a coordenação da compra de insumos, o comércio e o transporte da produção dos assentamentos a ela ligados, bem como o desenvolvimento da agroindústria e a aquisição de recursos e créditos para investimentos. À CONCRAB, cabe o papel de coordenar e administrar todo o conjunto destas instâncias<sup>105</sup>.

As transformações no sentido agroecológico na dinâmica da organização do trabalho cooperativo no MST aparecem de maneira mais enfática durante o seu IV Congresso Nacional, ocorrido em Brasília do dia 07 a 11 de agosto de 2000. O Congresso

<sup>105</sup> Cf. BRENNENSEIN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit. p. 63-65.

contou com aproximadamente 11.000 participantes, representado 23 Estados do Brasil, colocando em sua pauta de discussões uma nova forma de operar a questão da organização social da produção nos assentamentos. Nesse sentido, o principal foco da discussão foi a necessidade de práticas agroecológicas nos assentamentos, procurando introduzir, concomitantemente à produção agropecuária e agroindustrialização, elementos que promovam a preservação do meio-ambiente, das reservas florestais, bem como atenuar a luta contra os transgênicos.

A partir desta nova perspectiva, o MST amplia sua percepção para o fato de que muitas das experiências de cooperação se encontram perpassadas por elementos da economia capitalista, uma vez que a maior parte da produção era destinada à venda e oriunda da produção familiar em lotes individuais. Também se observou que se fazem necessárias aquisições de maquinários pesados, como ordenhadeiras, tratores, colheitadeiras, entre outros, encarecendo em muito a produção e caminhando para os mesmos rumos outrora criticados. Não obstante, o MST passa a centralizar a oposição ao modelo capitalista num modelo de agricultura que visa primeiramente atender as demandas de consumo familiar, para posterior encaminhamento dos excedentes para a venda, enfocando também a preocupação no desenvolvimento da agroindústria, na otimização dos espaços e nas práticas agroecológicas<sup>106</sup>.

Atualmente, no ano de 2001, o MST, fruto das discussões internas, nas diferentes instâncias, começou a reestruturar sua forma organizacional, inclusive o Sistema Cooperativista dos Assentados. As discussões apontam no sentido de transformar o SCA no Setor de Cooperação, Produção e Meio Ambiente do MST. O objetivo é ampliar a cooperação, para além das cooperativas e da produção agroindustrial, para as diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos, *estimular práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente*<sup>107</sup>. (itálico meu).

Nessa direção, conforme bem delinea o Professor Davi F. Schreiner, percebem-se, a partir de então, inúmeras cooperativas que se pautam pelo modelo da agroecologia. A articulação de novas práticas agrícolas se engendram à luta pela reforma agrária como estratégia e ação articulada a outros movimentos sociais. As novas diretrizes do MST pretendem o desenvolvimento de uma agricultura orgânica estreitamente vinculada à agricultura familiar, num sentido expandido do termo. Para tanto, faz-se necessário, além do trabalho envolvendo os membros da família no

---

<sup>106</sup> MST. *Documento final do IV Congresso Nacional*. Brasília, 07 a 11 de agosto de 2000.

<sup>107</sup> SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão...* op. cit. p. 406.

processo produtivo, que se busque a inserção no mercado com respeito à ecologia a partir da negação de agrotóxicos e produtos transgênicos. Também procurando recriar práticas agrícolas e formas de solidariedade baseadas em relações de vizinhança, reciprocidades e formas de cooperação mais complexas.

### **3.1 - Pluralidade de Sujeitos, Instituições e Experiências Históricas**

Para uma compreensão mais ampla da formação do MST, em especial da heterogeneidade de sujeitos e experiências sociais, das diferentes propostas políticas de organização dos assentamentos e para a continuidade da luta, como a cooperação e a agroecologia, faz-se necessário entender os diálogos e contradições tecidos também internamente no Movimento. Nesse sentido, a presença de sindicatos, instituições sociais, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)<sup>108</sup>, entre outros foram sempre uma constante ao longo da trajetória de busca pela Reforma Agrária.

Em meio aos vários sujeitos coletivos da luta pela terra no Oeste do Paraná, evidencia-se uma forte presença e atuação da CPT, que por meio da ação direta de seus agentes de pastoral, da atuação de sacerdotes e de missionários, pela elaboração de cartilhas, cadernos de formação e de roteiros de reuniões, confeccionados muitas vezes com a participação dos próprios sem-terra, tem organizado a luta, e, não raras vezes, estimulado os trabalhadores a enfrentarem o Estado na busca de direitos.

Nas palavras do trabalhador rural Leopoldo Ribeiro:

As cartilhas que a gente recebia, a gente sempre fazia trabalho em grupo. A gente sempre trabalhava numa forma assim reunir dez famílias por aí, e a gente estudava essas cartilhas, no coletivo. Fazia esses estudos(...) Era muito importante, porque essas cartilhas que a gente recebia, baseado em fatos, assim, que estavam acontecendo, de pequenos agricultores já não ficando na terra, estava sendo vendida, outros perdendo pro banco, de financiamento que era feito na época. E a orientação era que a gente trabalhasse mais coletivo,

---

<sup>108</sup> A ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, foi criada em 1966 por 37 jovens agricultores, com o apoio de padres belgas e profissionais liberais de Francisco Beltrão. É uma associação de agricultoras e agricultores familiares dirigida por elas e eles. A ASSESOAR se relaciona com dezenas de outros atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar e no Desenvolvimento e Agroecologia.

não entrasse muito na questão de financiamento em banco. Então seria isso, mais o trabalho de orientação que a gente tinha (...)

Era sempre baseado, mais ou menos, na permanência na terra. Como a gente, a partir do momento que a gente conseguisse a terra, é, como a gente ter uma sustentação e que a gente pudesse ficar(...) <sup>109</sup>

Os momentos de partilha e de discussão, abertos durante tais encontros, possibilitaram a troca de experiências, o estreitamento dos vínculos entre os participantes, atuando na conscientização e mobilizando-os à união e à organização enquanto sujeitos sociais atingidos por um mesmo problema. Agindo dessa maneira, os trabalhadores acabaram por reconhecer-se enquanto participantes de uma mesma situação. E, ultrapassando os interesses atrelados unicamente às motivações de grandeza material, tem-se a construção de valores acerca da justiça, que se contrapõem às desigualdades nas relações de domínio e propriedade da terra, já que, obedecendo ao modelo capitalista, estas não cumprem a sua função social.

O conteúdo de inúmeros documentos, cartas, roteiros de reuniões e assembléias, encontros de jovens, correspondências entre sindicatos rurais, boletins e jornais, em muitos casos redigidos pelos próprios agricultores, fazem constantes menções a um valor sagrado atribuído à terra. A representação elaborada acerca da mesma cria, ou talvez reproduza, um imaginário no qual a terra é visualizada enquanto “Dom de Deus”, portanto, devendo atender aos interesses da coletividade. Como se pode observar na fala de Leopoldo Ribeiro:

Até porque pra gente vem da própria Bíblia, que diz o seguinte: terra de Deus, terra de irmão, e veio terra pra todo mundo. Eu acho que através dos governos que distribuíram as terras pros seus, na época de reis, pros seus compadres, seus afilhados, seus amigos políticos, acho que fizeram uma distribuição de terra muito mal. <sup>110</sup>

A fala deste trabalhador apresenta uma série de signos que remetem a representações político-religiosas, as quais nutriram muitas das diretrizes da CPT acerca das orientações sobre o direito à terra, bem como ideais de justiça e igualdade social, atribuindo um sentido religioso ao direito de possuir a terra e de nela trabalhar.

---

<sup>109</sup> RIBEIRO, Leopoldo. Entrevista citada.

<sup>110</sup> Idem.

As representações têm um papel importante nesse sentido, uma vez que projetam valores socialmente compartilhados, atribuindo significado a determinadas situações e ações. Nesta direção, utilizando-me das reflexões de Chartier:

(...) o que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos – que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua<sup>111</sup>.

A mística em torno da luta pela terra é percebida em vários elementos que perpassam o cotidiano dos integrantes do MST. Percebe-se que muitos discursos, ações e orientações direcionam suas preocupações para a continuidade da luta mesmo depois de trabalhador já estabelecido na terra, como se pode observar na música *Quando Chegar na Terra*, de Ademar Bogo:

Quando chegar na terra / Lembre de quem quer chegar / Quando chegar na terra / Lembre que tem outros passos a dar (...) Quando chegar na terra / Não está completa a tua liberdade / Este é o primeiro passo / Que damos na busca de outra sociedade (...) <sup>112</sup>.

A conquista da terra é apresentada não como instância última da luta, mas como primeiro passo de um projeto de maior intensidade: a construção de uma sociedade portadora de relações mais justas e eqüitativas. Neste sentido, as palavras de ordem, as narrativas e os discursos objetivam operar representações sociais que possibilitem criar uma consciência da necessidade de transformação nas relações sociais produzidas na economia de tipo capitalista.

Para além das orientações de como ocupar a terra, a preocupação já manifestada nas cartilhas se volta para indicar ações viáveis à realidade do pequeno produtor, como forma de garantir sua subsistência e isentá-lo dos pesados financiamentos e empréstimos bancários. Elementos que representam fatores tipicamente da produção camponesa, feitos artesanalmente, e o objetivo de otimização dos espaços da produção aparecem nos boletins e orientações da CPT e outros agentes de apoio à luta pela terra.

---

<sup>111</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 18.

<sup>112</sup> BOGO, Ademar. Música: quando chegar na terra. MST. *Sem Terra: as músicas do MST*. Porto Alegre: Unidade Editorial – Prefeitura Municipal, 1996. p. 27.

Neste sentido, entre outros exemplos, no Boletim Cambota número 154, de abril de 1989, tem-se como matéria principal: “*TRIGO: o grão mais completo*”<sup>113</sup>. No decorrer da matéria é feito um balanço comparativo das propriedades da farinha branca e da farinha caseira. A farinha caseira, mais escura, é apresentada como mais rica em proteínas e nutrientes, com “menos química”, mais saborosa, além de proporcionar uma maior economia. À matéria seguem exemplos dados por várias pessoas que não mais compram farinha de trigo, optando pelo seu beneficiamento em casa e dando dicas para sua feitura.

Na seqüência do boletim, uma entrevista com o agricultor Délcio Perin, de Francisco Beltrão, atingido por várias investidas de latifundiários e participante do levante de posseiros de 1957, pai de 10 filhos e dono de uma pequena propriedade rural serve de ilustração aos valores que o informativo objetivava transmitir. O Sr. Délcio relata que “*só compramos sal e roupa, o resto sai deste chão que há 26 anos cultivamos*”<sup>114</sup>.

A partir das falas do Sr. Délcio, articuladas pelo Cambota, o mesmo é caracterizado como um pequeno agricultor que está dando certo, por seus esforços e por sua opção por um modelo de pequena propriedade auto-sustentável, voltada para a diversidade da produção no interior da propriedade: milho, mandioca, frutas, verduras, gado, leite, peixe e outros, com excedentes voltados para o comércio, bem como para trocas realizadas com outros agricultores vizinhos.

A necessidade de perseverança na luta, o incentivo à organização e outros valores também aparecem em outras citações do Sr. Délcio, como quando comenta sobre a necessidade de persistência e de união: “*o trabalhador rural deve ter força e coragem de não se deixar dominar e nem desanimar diante dos ataques dos grandes grupos e inimigos nossos que só se fazem explorando o trabalhador.(...)*”, e prossegue: “*outra dificuldade é como atingir mais trabalhadores. É difícil fazer com que o trabalhador acredite no trabalhador e nas suas organizações*”<sup>115</sup>.

Uma leitura crítica dos conteúdos e abordagens feitas não só pelo Cambota, mas também por outros informativos articulados em meio aos trabalhadores sem-terra e comunidades rurais, não deve perder de vista que tais discursos não se produzem no vazio, unicamente como idéias que pré-existem as

---

<sup>113</sup> CPT/ASSESSOAR. *Boletim Cambota*, N° 154, ano XVII. Francisco Beltrão – PR, abril de 1989.

<sup>114</sup> idem.

<sup>115</sup> idem.

ações, mas que também traduzem aspirações emanadas em meio às situações experimentadas no transcorrer da luta pela terra.

A história, assim explicitada, deve ser vista como um campo de disputa de forças; deste modo, não se pode descartar a existência de uma tensão relativa à reivindicação da memória que se visa construir, frente à visão tecida por outros organismos – jornais, emissoras de rádio e tv, partidos, entre outros. – que objetivam construir outra versão frente ao processo de luta pela terra, não raro com outros propósitos e ideais.

Reflexos desses diálogos estabelecidos com a CPT, com padres, pastores, missionários e agentes de pastoral que atuavam na região, bem como a própria religiosidade camponesa, nos ajudam a compreender como se fundamenta a mística religiosa presente em torno da terra na região. O caráter sagrado atribuído a terra, enquanto “dom de Deus” aparece nas falas de muitos trabalhadores, bem como a rememoração de adventos bíblicos também é constante:

Primeira coisa, quando tu fazia um acampamento, naquele, a gente fazia uma cruz e colocava na frente, onde a gente se encontrava pra assembleia, pra rezar tudo. Então sempre a simbologia maior nossa, do MST foi essa, a simbologia. Ela representava o sofrimento de Jesus Cristo, tal, isso é um histórico, para o povo, na humanidade, onde você agrada algum e desagrade o outro. Mas como todas crenças muitas vezes respeitam a cruz, porque Jesus Cristo foi crucificado na cruz, então muita gente respeita.<sup>116</sup>

Deste modo, as narrativas bíblicas e a trajetória de vida se entrecruzam, projetando a situação experienciada por muitos trabalhadores. Na rememoração, eventos de um passado mítico são retomados de modo compartilhado com a situação vivida, para servir como elemento encorajador de uma população numa situação transitória, de sofrimentos, privações, necessidades, mas que, ainda assim, alimenta esperanças da conquista da terra, aqui vista como objeto libertador da realidade que oprime. Como bem assevera Ansart:

Com o mito, a religião se propõe fornecer a explicação derradeira da ordem do mundo, justificar a existência social e suas razões de ser. Como o mito, tem a vocação de totalizar as experiências e de tecer os significados das relações do homem com o mundo, com Deus e com o outro. Dita a norma e o sentido da norma, distingue em linguagem coerente e dicotômica atos justos e injustos; (...) a religião

---

<sup>116</sup> BARBOSA, Celso. Entrevista citada.

aponta o desejável, ordena ações individuais para a realização dos justos desejos, exalta as formas supremas da realização pessoal<sup>117</sup>.

Na esteira dessa formulação, o Teólogo Leonardo Boff, um dos grandes nomes da Teologia da Libertação no Brasil, em entrevista para a Revista Caros Amigos, assim descreve o papel dessa corrente de pensamento na vida social:

A Teologia da Libertação se articula com quem já está dando uma caminhada e tenta pensar a partir da prática. Por exemplo, o pessoal está lutando por terra, eu digo: "Vai ocupar uma terra aí". Então, os cristãos se reúnem e começam primeiro a ler o Êxodo, o povo que está no exílio sem terra, e quer a Terra Prometida. E eles dizem: "Não está em nenhum lugar da Bíblia que Deus deu a terra e a escritura para alguém, a terra é de todos, e Deus, o Senhor disse tudo". Então, quando vão conquistar a terra, o que significa? Que queremos trabalhar a terra para ter saúde, comida, a nossa casa. O sem-terra começa a pensar essa realidade e vê que o que temos é o contrário. A terra está na mão de alguns, impede a vida, impede a justiça, traz doença. Então temos de conquistar isso.<sup>118</sup>

Entretanto, não se pode tomar tal realidade de modo uniforme, sob o risco de incorrer numa leitura que perceba somente uma dimensão dos discursos e, de certa forma, numa reprodução das interpretações das lideranças, agentes de pastoral, e ou entidades que apóiam os trabalhadores. Para tanto, há que se observar que se, por um lado, temos os discursos dos vários mediadores e interlocutores do processo de luta pela terra, por outro temos a subjetividade da leitura dos sujeitos, que irão interpretar tais discursos a partir de seus próprios interesses e referenciais.

Uma interessante análise pode ser feita a partir das fichas de avaliação, realizada pela CPT, da 3ª Romaria da Terra, na qual podemos observar a falta de interesse de alguns trabalhadores em participar e expressar opiniões comprometidas sobre o evento, conforme as respostas e textos em negrito:

AValiação da 3ª Romaria da Terra – 5/7/87 – Lapa Pr.

**JESUS MORREU**

**MARX MORREU**

**FREUD MORREU... E EU NÃO ESTOU NADA BEM.**

---

<sup>117</sup> ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 31.

<sup>118</sup> BOFF, Leonardo. Entrevista . In: *Revista Caros Amigos*. Setembro de 1998.

COMUNIDADE DE: **JESUS MORREU**

1º) POSITIVOS: (Aponte 3 principais pontos positivos em geral/programação.).

**MULHER: EU AINDA MORRO DISSO!**

**PINGA:** “ “ “

(...)

4º) SUGESTÕES EM GERAL (...)

**MORRO NA LUTA MAS NÃO DE FOME**

**FMC – Falta de Macho Crônica**

**AVE – Associação das Virgens Encalhadas**

**Prefiro ser alcóico (sic) conhecido que alcóico anônimo.**

**DIVA – Departamento de Investigação da Vida Alheia. (negrito meu)<sup>119</sup>**

Diante das fontes e das realidades observadas nos acampamentos e assentamentos, evidencia-se a não homogeneidade interna do movimento, não devendo o documento acima meramente ser compreendido como expressão do descomprometimento dos trabalhadores com os conteúdos e eventos do encontro, que em muitos casos não só deixam de compartilhar das atividades organizadas pelas entidades de luta que se fazem presentes na organização das reivindicações, mas como uma forma de manifestação contrária a determinadas práticas estabelecidas no interior do próprio processo.

Em um dos primeiros contatos com as lideranças dos trabalhadores sem terra da região, pôde-se perceber que algumas falas eram bastante tensionadas, como quando da alegação de que “a CPT nunca se fez presente no Oeste do Paraná”, elencando que não auxiliou na organização, na mobilização e em outros momentos da constituição do Movimento. Na seqüência, distensionava a fala dizendo “também não podemos negar que o MST nasceu da Igreja e que padres e freiras foram importantes pra gente e o MST deve muito pra Igreja”<sup>120</sup>.

Outros agricultores entrevistados, muitos em que o contato estabelecido dava-se não pela indicação das lideranças, mas por intermédio de todo um trabalho já iniciado desde meados de agosto de 2006, através do contato com alguns alunos que moravam no Assentamento Vitória, em Lindoeste, tem uma

---

<sup>119</sup> Arquivo da CPT/PR. *Ficha de Avaliação da 3ª Romaria da Terra - 5/7/87 - Lapa Pr.*

<sup>120</sup> BARBOSA, Celso. *Entrevista*. Cascavel, 10 de novembro de 2006. (Arquivo do Autor).

opinião diferente sobre a participação da CPT no processo. Nesse sentido, o Sr. Querino de Oliveira pontua que:

Não teve muita interferência. Quando nós estávamos acampado lá em Curitiba, o pessoal que era linha de frente mesmo, a CPT. Mas quando nós chegamos na terra aqui essa CPT sumiu. Não apareceu mais essa CPT. Tenho certeza que esse rapaz nem conhece o que é a CPT. Nem ouviu falar, mais que nós fomos organizados pela CPT, sim e que era muito, era nossa cozinha, casa, cozinha, era a CPT. E não sei onde foi essa entidade, que sumiu.<sup>121</sup>

Deste modo, não se pode deixar de observar ao longo da trajetória organizacional do movimento, a própria heterogeneidade existente em sua formação, quer seja da diversidade dos sujeitos e de suas expectativas em relação à luta pela terra, ou das diferentes propostas políticas e estratégias de atuação de outros sujeitos e entidades envolvidos no processo. Assim sendo, devemos tomar o assentamento não como um espaço homogêneo, mas compreendido a partir de uma série de tensões cotidianas, onde se desenvolvem dinâmicas próprias que permitem um constante processo de criação e recriação do modo de vida dos trabalhadores, das formas de trabalho, das suas práticas organizacionais, da própria família e demais esferas relacionadas. Diante desta configuração, como nos delinea Thompson, impõe-se a necessidade de explorar,

(...) tanto na teoria como na prática, os conceitos de junção (como 'necessidade', 'classe' e 'determinação'), pelos quais, através do termo ausente, 'experiência', a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história. Ampliamos muito o conceito de classe, que os historiadores da tradição marxista empregam comumente (...) – como uma flexibilidade e indeterminação desautorizadas tanto pelo marxismo como pela sociologia ortodoxa. E quanto à 'experiência' fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a 'genética' de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (...) sua pressão sobre o conjunto (...). Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> OLIVEIRA, Querino. Entrevista citada.

<sup>122</sup> THOMPSON, E. P. "O termo ausente: experiência". In: A miséria da teoria... op. cit. p. 189

Neste sentido, é possível inferir que, ao rejeitarem projetos propostos pela direção do Movimento<sup>123</sup>, como a terra e o trabalho coletivo, optando por outras formas de organização ou pela constituição de outras redes de socialização, os trabalhadores não estão meramente se opondo a um modelo que seria imposto de forma vertical pelas secretarias e coordenações do MST, mas demonstrando que possuem formas próprias, com diferentes modos de organização e linguagem daquela tentada inicialmente, como se observa na entrevista abaixo:

Aqui rachou. Não. Aqui o movimento rachou. Aqui, hoje, tem dois movimentos e nenhum faz nada. (...) É só mentira, só mentira... não se conquista mais nada, mais nada. Tá aí, não tá acontecendo nada(...). E esse é o meu ponto chave, eu não ia falar, mas já que tá, eu vou. Esse meu ponto chave, que quando fazia uma arrecadação de cinco, dez reais cada um, dois reais, nós iam pra frente do Banco do Brasil, você tá lembrado disso talvez. Nós conquistava nossos recursos, nós conquistava as promoção. Hoje não precisa nós contribuir dois por cento, porque os movimentos sociais tem dinheiro do governo e daí eles não negociam que se eles for pra lá vão estraga a política do governo. É... então, não sei se eu tô certo ou tô inventando essa, mas é mais ou menos assim: quando não existia dinheiro pros movimento sociais nós contribuía e nós ia buscar as coisas e agora ninguém mais vem fazer arrecadação pra ir negociar...<sup>124</sup>

A cisão mencionada pelo Sr. Querino, trata-se do aparecimento do MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, que, embora mantenha uma interação e diálogo com o MST, opera a partir de alguns referenciais políticos e ideológicos distintos, principalmente no tocante a divisão das propriedades e das formas de organização social da produção, como pontua o Sr. Leopoldo:

Foi, por exemplo, assim, um pessoal que teve uma outra visão de como é que deveria ser feito a reforma agrária, como é que deveria ser o processo de assentamento, e, com outras idéias, surgiu o outro movimento.<sup>125</sup>

Os excertos acima demonstram resistências por parte dos trabalhadores a determinado modelo de gestão dos assentamentos adotado pelo MST. Devemos analisar tais aspectos da luta pela Reforma Agrária como um

---

<sup>123</sup> Cf. BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit.

<sup>124</sup> OLIVEIRA, Querino. Entrevista citada.

<sup>125</sup> RIBEIRO, Leopoldo. Entrevista citada.

demonstrativo de que o trabalhador possui consciência de sua situação e elabora e re-elabora seus modos de vida conforme suas necessidades. Mas, também, devemos observar que tal fato não descaracteriza o constante processo de constituição do movimento social, uma vez que, tendo conquistado a terra na forma dos assentamentos, o Movimento depara-se com uma situação ainda não experienciada em sua trajetória. Além disso, muitas vezes, os assentamentos acabam por ser estruturados a partir da inspiração em modelos já utilizados em outras regiões ou situações históricas<sup>126</sup>, possibilitando que muitas das ações desencadeadas não sejam as mais acertadas e provoquem discordâncias internas. Nas palavras de Stédile:

Ele (*o movimento*) criou uma prática política, que não sei se pode ser generalizada. Devido à extensão do termo, também não sei se podemos chamar de uma cultura política. Acho que ainda não. Internamente, o movimento criou uma prática política diferenciada dos outros movimentos. Nós a chamamos de princípios organizativos. Friso que não inventamos nada. Aprendemos com a experiência histórica de outras organizações de trabalhadores e achamos que aí está o segredo da organização e da sua perenidade.<sup>127</sup> (*itálico meu*).

A fala do agricultor Querino de Oliveira, assentado na Fazenda Vitória, em Lindoeste, onde o modelo cooperativista veio a sucumbir diante do despreparo dos assentados e da própria direção do MST, bem como em relação à concorrência com grandes cooperativas regionais, evidencia tal resistência, Segundo ele,

mas sendo um trabalho coletivo não funciona nem com os irmão, né. Não foi educado o povo pra ter um trabalho coletivo, e daí virava só em horas.<sup>128</sup>

Devemos compreender que ao lançar mão de determinadas estratégias de ocupação da terra e de organização da produção e das formas de trabalho, vários elementos passaram despercebidos pela direção do Movimento. Estes somente passarão a ser repensados a partir do momento em que surgirem inúmeros problemas no formato implantado, como aparece na fala do trabalhador abaixo:

---

<sup>126</sup> Ver: DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras...* op. cit. TESE. O autor tece uma discussão, apresentando o modo pelo qual o MST acaba incorporando vários elementos de uma organização e divisão de terras que se aproxima das formas marxistas/leninistas da experiência socialista soviética.

<sup>127</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente...* op. cit. p. 40.

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Querino. Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2006, no Assentamento Fazenda Vitória, no município de Lindoeste (A/A).

(...) lavouras coletivas que foi feito aqui dentro do assentamento e que acabo não dando certo, agüentou pouco tempo. Acho que até pela cultura do pessoal que não tinha esse sistema de trabalhar coletivo e trabalharam um ano, dois e desistiram. Outra dificuldade, por exemplo, assim, os lote, o pessoal que queria trabalhar coletivo, mais unido, as vezes os lote ficavam longe um do outro, tinha mais dificuldade de vim pro trabalho, uma coisa que devia ser pensado antes das divisão das área é o povo que queria trabalha coletivo que ficasse todo numa área em conjunto, né. Então esse foi um dos grandes fatores que prejudico o trabalho coletivo.<sup>129</sup>

A fala acima assevera a questão da rejeição ao modelo coletivo/cooperativo que se tentou implantar no Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Tal modelo surge como proposta para a organização social da produção no início da década de 1990, como forma de tentar criar novas relações sociais no campo, pautadas em valores orientados pela igualdade de condições e vínculos de solidariedade, como forma de se opor à lógica neoliberal, garantir a sustentabilidade dos trabalhadores e sua fixação na terra.

Entretanto, devemos também atentar para o fato de que, em boa parte dos Assentamentos da região Oeste do Paraná, o modelo cooperativista não conseguiu ampla aceitação e manutenção entre os trabalhadores assentados, também em função de determinadas imposições por parte das direções do MST<sup>130</sup>. Assim, diante da sucessão de erros e acertos, do confronto com outras experiências históricas e do diálogo estabelecido com outras entidades, na avaliação de Stédile,

A prática concreta da luta pela reforma agrária nos ensinou que não se podia copiar experiências, porque cada espaço, cada realidade local, traz novos elementos que vão sempre se recriando a partir do conhecimento já acumulado. Há dois fatores que influenciaram a trajetória ideológica do movimento. Um deles é decorrente do fato de estar sempre muito ligado à realidade, ao dia-a-dia, o que nos obriga, de certa forma, a desenvolver uma espécie de pragmatismo. Não pragmatismo nas idéias, mas nas necessidades.<sup>131</sup>

Importa destacar que muitas práticas de solidariedades coletivas, propostas pelo MST, coexistem com outros elementos, que delineiam vários traços

---

<sup>129</sup> Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2007, no Assentamento Fazenda Capão Verde, no município de Lindoeste, na qual o trabalhador optou por não ser identificar-se. (A/A)

<sup>130</sup> Sobre a rejeição dos trabalhadores ao modelo cooperativista e a algumas decisões e planejamentos realizados de cima para baixo dentro do MST ver: MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

<sup>131</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente...* op. cit. p. 58.

da cultura camponesa, como a agricultura familiar e a adubação verde. Estes elementos, muitas vezes, já fazem parte do modo de vida dos trabalhadores rurais, como tradições herdadas de suas famílias e passadas de geração em geração. Múltiplas são as atividades desenvolvidas que se voltam para a agroecologia, mesmo, muitas vezes, sem que o camponês saiba que tais ações sejam assim caracterizadas, como se observa na fala do agricultor Frederico Haast: *além de ele trabalhar o solo, se você pretende plantar ali, você pega e solta lá os porcos e as galinhas. Eles podem limpar pra você, além de estar adubando também. Esse é o caso que você diz. Eles vão adubando, melhorando o teu solo.*<sup>132</sup>

Nesse sentido, o estudante de agroecologia do Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), localizado no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, Leandro Medeiros, pontua que o trabalhador rural já traz consigo vários elementos próprios de sua cultura e que hoje dão a tônica ao projeto de agroecologia defendido pelo MST. Para Leandro, o agricultor já possui conhecimento empírico do funcionamento e das técnicas de cultivo. Mas, trata-se segundo ele, de um

(...) conhecimento não reconhecido pela ciência, que pra ciência tudo que é comprovado cientificamente existe, se não for provado cientificamente já não existe. Então esse é um conhecimento que ele não tá morto, mas ele tá de forma, assim... adormecido. Porque foi a partir da revolução verde, principalmente, quando entrou esses técnicos da EMATER, eles fizeram um trabalho muito bem feito por sinal nos agricultores, que vieram e ensinaram, entre aspas, essa nova tecnologia de produção, você tá sempre precisando da agroindústria, mas eles sabem quando que devem ser plantadas as sementes, eles sabem da lua, quando deve ser plantado, e isso não é uma coisa à toa, porque tem momentos da lua que a água vai tá embaixo, que a água vai tá em cima entende.<sup>133</sup>

Diante desses elementos, percebe-se que a luta não é primariamente pela terra ou de natureza unicamente econômica, mas também envolve uma luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resultam da incerteza do desenraizamento, da perda de um lugar de referência. O que se pode observar mediante tais costumes e tradições é a tradução de rituais próprios no cotidiano dos camponeses, no sentido das “tradições inventadas”, que se voltam para a construção identitária do próprio trabalhador rural.

---

<sup>132</sup> HAAST, Frederico. Entrevista realizada em 06 de junho de 2007, no Assentamento José Celso Furtado, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

<sup>133</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no ITEPA, Assentamento José Celso Furtado, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

Na esteira de tal pensamento Stuart Hall pontua que:

(...) as tradições não se fixam para sempre. (...) As culturas, concebidas não como 'formas de vida', mas como 'formas de luta' constantemente se entrecruzam: as lutas culturais relevantes surgem nos pontos de intersecção. Isso nos alerta contra as abordagens auto-suficientes da cultura popular que, valorizando a 'tradição' pela tradição, e tratando-a de uma maneira não histórica, analisam as formas culturais populares como se estas contivessem, desde o momento de sua origem, um significado ou valor fixo e inalterável. A relação entre a posição histórica e o valor estético é uma questão difícil e importante na cultura popular<sup>134</sup>.

Assim compreendida, a luta pela terra se apresenta em boa parte em primeiro plano, mas não totalmente. O desarranjo gerado por fenômenos sociais e políticos das décadas de 1960 e 1970 modificam substancialmente as relações no campo, provocando um desenraizamento do trabalhador do seu local de encontro e significação. Em muitos casos, o que se observa a partir de tal processo desagregador é que a luta pela terra acontece em paralelo com a luta pela moradia, pelo trabalho, por relações de pertencimento, pela manutenção de relações subjetivas que interferem na vida do camponês e do colono, em função de efeitos desagregadores do mercado.

Por outro lado, a rejeição a algumas formas associativas e cooperativas que se tentou implantar via coordenação do MST, no final da década de 1980 e durante a década de 1990, como Agrovilas, CPA's – Cooperativas de Produção Agropecuária – e SCA's – Sistema Cooperativista dos Assentados – bem como a falência de outras ou a resistência a algumas tecnologias, também nos leva a evidenciar a tessitura de uma tradição própria e que se constrói não de forma pré-estabelecida pela direção do Movimento e simplesmente incorporada pelos camponeses. Neste sentido, respectivamente, os assentados Breno Staast e Osmar Taborda, tecem uma leitura significativa:

Eu acho que pra você aceitar uma atividade coletiva é muito difícil. Porque na verdade nós somos filhos de pequeno agricultor, a maioria que está hoje no assentamento já vem da atividade agrícola e sempre foram acostumados a ter a sua casinha, ter o seu bichinho, cuidar de sua galinha, o seu porco e tal...<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 260-261.

<sup>135</sup> STAAST, Breno. Lindoeste, 10 de março de 1999. APUD: SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão...* op. cit. p. 261.

Morar junto é a mesma coisa da cidade. Tu deixa de criar uma galinha na agrovila. Eu nunca morei, mas acho que é assim que funciona. Tudo fica perto, as casas. De uma parte é bom. Tudo fica centralizado, quando vai comprar, compra em conjunto insumo, sementes. De outra parte não é bom. Eu moro aqui sossegado, sem problema nenhum, o vizinho está longe. É melhor do que bastante gente.<sup>136</sup>

Estes excertos demonstram uma nítida noção desenvolvida por alguns agricultores no tocante a posse coletiva e o seu desejo pela posse individual. Tal concepção não é formulada unicamente por razões econômicas, mas se vê perpassada por fatores que envolvem desde a autonomia em relação ao trabalho, a valorização do “seu modo de fazer”, as questões relativas à vida familiar, ao direito de herança e à constituição de um modo de ser próprio destes agricultores. Estas são dimensões que aparecem de forma recorrente no cotidiano dos trabalhadores.

No seu conjunto, a partir da análise das experiências tecidas pelos trabalhadores rurais, ocupar-se das representações produzidas em seu cotidiano significa compreender o modo pelo qual uma realidade social é elaborada, compreendida e vivida pelos sujeitos históricos, bem como as significações e re-significações de rituais concebidos no interior do MST, procurando percebê-los não apenas como movimento retrospectivo, mas também prospectivo, à medida que encorajam, organizam e mobilizam, mas sempre atentando para a não existência de um ritual acabado, pois, se por um lado há a intenção do agente de mediação de unidade e coesão, por outro há a própria ação vivencial dos trabalhadores reiventando e reinterpretando tais formulações de modo dialógico, uma vez que a experiência, muitas vezes, acaba por se sobrepor às interpretações previamente formuladas ou intelectualmente elaboradas.

A partir dessa multiplicidade de fatores podemos encontrar elementos que nos permitem compreender a mudança de enfoque do MST no que tange à organização social da produção. Segundo D’Incao,

As primeiras experiências da forma constitutiva coletivista começaram a apresentar resultados econômicos negativos, o que induzia alguns analistas rigorosos a refletir sobre a inadequação desse modelo de agricultura empresarial – orientado para a intensificação do capital e a redução da mão-de-obra, que era a base da referida produção coletiva, às condições objetivas dos assentamentos – de baixa capacidade de investimento e grande disponibilidade de mão-de-obra. Os resultados dessas análises trariam contribuições significativas à redefinição da assessoria agrícola em questão. Em especial porque confirmariam a exigência

---

<sup>136</sup> TABORDA, Osmar. Lindoeste, 10 de março de 1999. APUD: SCHREINER... op. cit. p. 260.

de projetos agrícolas em correspondência mais direta com os projetos dos próprios trabalhadores: projetos de agricultura familiar<sup>137</sup>.

Apesar de encontrarmos na região alguns casos onde o modelo cooperativista do MST tenha obtido êxito, como é o caso dos assentamentos Sepé Tiaraju, Olga Benário, Terra Livre, entre outros<sup>138</sup>, percebe-se uma mudança de estratégias adotadas pelo Movimento no sentido de reformular sua ação e seus discursos, abandonando o caminho de um cooperativismo fundado no coletivismo, oferecendo assim uma crítica ao agronegócio e optando pelo caminho da agroecologia.

Embora percebamos uma grandeza de elementos que perpassam a ação agroecológica no interior do MST, esta argumentação não se fecha em si só. É bem verdade que os aspectos até aqui apurados assumem formas culturais características do modo de vida camponês, bem como estabelecem vários pontos de aproximação com a mística religiosa da CPT e oferecem alternativas a graves problemas ambientais hoje enfrentados. Entretanto, tais medidas não deixam de ter uma conotação política e de enfrentamento, pois objetivam criar uma dinâmica inversa à do capitalismo. Outro aspecto a ser observado, porém, ancora-se na Legislação Ambiental brasileira e em determinações do INCRA.

A rede de imbricações que conduzem a formação da política agroecológica no MST também se alicerça em criar condições para o cumprimento das leis de proteção ao meio-ambiente, tornando os assentamentos referência. Ademais, não se pode deixar de observar que essa referência se torna elemento legitimador para ocupações e para políticas públicas que primem pela Reforma Agrária. Tal afirmação se faz embasada nas leis que condenam o uso inadequado do solo e a ingerência ou não preservação sobre cursos d'água e nascentes, tornando a propriedade objeto de desapropriação, conforme a Lei Federal 4.132, em seu artigo 1º que estabelece: *A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do Artigo 147 da Constituição Federal.*<sup>139</sup> Ou seja, o não

---

<sup>137</sup> D'INCAO, Maria da Conceição, Roy, Gérard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>138</sup> Os Assentamentos mencionados têm sua localização na região Oeste do Paraná. Os Assentamentos Olga Benário e Sepé Tiaraju ficam no município de Santa Tereza do Oeste, na PR 193, nas proximidades da área ocupada da Fazenda Syngenta. Já o Assentamento Terra Livre, localiza-se às margens da BR 277, no Km 480, distante 8 km do município de Nova Laranjeiras.

<sup>139</sup> LEI Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. in: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L4132.htm>

cumprimento das obrigações frente à preservação do meio ambiente se torna substrato legal para a desapropriação de terras.

Em um cenário mundial onde os problemas climáticos e a crescente escassez de água potável se fazem uma constante nos veículos de comunicação, as práticas agroecológicas eficientes poderiam ter uma grande aceitação por parte da população como um todo, conduzindo a um apoio maciço as diretrizes da luta pela Reforma Agrária.

A questão agroecológica tecida no interior do MST procura amparar-se também em mecanismos legais, haja vista que o próprio Governo Federal estabelece políticas públicas que primam pela preservação ambiental nos mais variados aspectos, desde a preservação, recuperação, programas de preparação e educação ambiental, entre outros. Sob este ponto de vista, a Lei Federal nº 8.171 embasa muitas das propostas até aqui verificadas:

#### CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.

Artigo 19 - O Poder Público deverá:

I - integrar, a nível de Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios e as comunidades na preservação dos recursos naturais;

II - disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora;

III - realizar zoneamentos agroecológicos que permitam estabelecer critérios para disciplinamento e o ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas, bem como para a instalação de novas hidrelétricas;

IV - promover e/ou estimular a recuperação das áreas em processo de desertificação;

V - desenvolver programas de educação ambiental, a nível formal e informal, dirigidos à população;

VI - fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas;

VII - coordenar programas de estímulo e incentivo à preservação das nascentes dos cursos d'água e do meio ambiente, bem como o aproveitamento de dejetos animais para a conversão de fertilizantes.

Parágrafo Único - A fiscalização e o uso racional dos recursos naturais do meio ambiente é também da responsabilidade dos proprietários de direito, dos beneficiários da reforma agrária e dos ocupantes temporários dos imóveis rurais.

(...)

Artigo 26 - A proteção do meio ambiente e dos recursos naturais terá programas plurianuais e planos operativos anuais elaborados pelos órgãos competentes, mantidos ou não pelo Poder Público sob a coordenação da União e das Comunidades da Federação.<sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> LEI Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. in: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8171.htm>

Nessa perspectiva, o Movimento procura adequar-se às leis, bem como aparelhar-se a ponto de ser um irradiador desse tipo de prática para a sociedade<sup>141</sup>, uma vez que as mesmas, como já observado, estimulam valores sociais que vão ao encontro do projeto de reforma agrária hoje defendido pelo MST. Assim sendo, devemos salientar que o enquadramento do MST na Legislação que se volta para a proteção do meio ambiente tem por finalidade a consolidação de um vasto sistema de transformações na sociedade, procurando empreender uma mudança de hábitos que se volta para uma pluralidade de elementos, como aparece na fala de Leandro Medeiros, do curso de Agroecologia:

(...) a agroecologia trabalha com princípios, ela tem que ser socialmente justa, coisa que a agricultura convencional, hoje, não é, tem que ser energeticamente sustentável e ela também não é economicamente viável, que ela também não é, monocultura não é. Então... dessa forma, a agroecologia, que é esse trabalho, principalmente, que os movimentos sociais tão tentando fazer, essa não é simplesmente um modelo de produção, uma matriz tecnológica, nós não podemos jamais entender como isso, porque se fosse isso nós fazia o orgânico. Muitos podem dizer que o orgânico é o mesmo que a agroecologia, mas não é, porque se nós mudássemos o sistema hoje pra orgânico, ele também seria insustentável e inviável pra toda a população, porque se ele não é socialmente justo então continuaria da mesma forma. Nós, o povo da cidade, principalmente o povo da cidade, comendo porcaria e tal e essa produção orgânica seria exportada. Nós temos que produzir, principalmente, pra nossa alimentação, pros nossos filho, nossos netos, pra nós mesmo, pros nossos avós que ainda não morreram, nós temos que tenta produzir pra nós, principalmente. A agroecologia poderá fazer isso. energeticamente sustentável porque se for fazer um orgânico completo, um orgânico sei lá, ele não vai poder fazer uma produção com diversidade<sup>142</sup>.

A preocupação do MST não se restringe a uma alimentação saudável e segura, como já bem evidenciamos em momentos anteriores. A incorporação da agroecologia tem papel político importante, uma vez que coloca em cheque a primazia das grandes multinacionais que atuam de forma a consolidar um domínio no mercado mundial de sementes e produtos alimentícios. Na visão do MST:

Quando a propriedade da semente – o primeiro elo da cadeia alimentar – fica nas mãos de poucas companhias transnacionais, o fornecimento mundial de alimentos fica muito vulnerável aos

---

<sup>141</sup> Não obstante, existem casos nos quais o MST é objeto de investigação por danos ambientais, como por exemplo em relação à devastação de parte dos 10,6 mil hectares da terceira maior floresta nativa do Paraná, na região de Quedas do Iguaçu, onde antes localizava-se a Fazenda Araupel, hoje ocupada pelo MST e que segundo a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) está em processo de investigação pela CPI da Reforma Agrária (in: [www2.fae.com.br/noticias/exibe\\_noticias.php?id=370](http://www2.fae.com.br/noticias/exibe_noticias.php?id=370)).

<sup>142</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

caprichos dos mercadores. Os diretores das corporações tomam para assegurar a alimentação do mundo<sup>143</sup>.

Partindo dos aspectos até aqui analisados, podemos afirmar que a proposta ambiental surge no interior do fazer-se do MST. Assim sendo, não vem como algo pronto, estabelecido de maneira imposta pela direção ou por intelectuais e técnicos que atuam junto ao Movimento. A multiplicidade de fatores que se engendram ao longo das experiências dentro do MST criam e recriam, permanentemente, práticas que têm por função criar um modelo que sirva de opção viável ao modelo vigente.

Deste modo, percebemos que o estímulo à implantação do modelo agroecológico e de agricultura familiar no MST tem sua origem em práticas que, ao mesmo tempo, remetem à cultura camponesa, no fazer-se das experiências vividas nos assentamentos e na continuidade do processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária, aos referenciais religiosos advindas da CPT e também próprios da vivência dos sujeitos. Não obstante, tal proposta também tem uma conotação fundamental enquanto estratégia política, bem como atende a exigências estabelecidas pelo INCRA no que concerne à legislação ambiental brasileira.

Diante da análise até aqui tecida, centraremos nas páginas que se seguem a análise sobre como o projeto do MST está se fazendo nos assentamentos rurais de trabalhadores sem-terra, bem como quais os possíveis dessa proposta em relação à sua viabilidade e aceitação junto aos assentados, atentando também para como os assentados incorporam e re-elaboram o discurso ambiental. Estaremos analisando as experiências dos assentados, os conflitos e contradições internas no processo de implantação da produção agroecológica, proposta pelo MST, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Este assentamento é apresentado pelo Movimento como referência em agroecologia e é também neste espaço que funciona o ITEPA, para a formação de técnicos em Agroecologia e Agentes de Saúde Comunitária do MST.

---

<sup>143</sup> Concentração Mundial de Sementes – 2005. in: *Biodiversidade. Organização Popular. Agroecologia*. 5ª Jornada de Agroecologia: Construindo o Projeto Popular e Soberano para Agricultura. MST/Via Campesina. p. 67.

## **ASSENTAMENTO ANTÔNIO COMPANHEIRO TAVARES: Proposta Político-Ambiental e Modos de Vida Camponês**

### **1. O Assentamento**

Originalmente, a área ocupada pelo Assentamento Antônio Companheiro Tavares pertencia ao Grupo Bamerindus, cuja propriedade era de José Eduardo Andrade Vieira, ex-Senador da República pelo Paraná, entre os anos de 1991 a 1999, bem como ex-ministro da Agricultura do Governo de Fernando Henrique Cardoso, durante seu primeiro mandato. Com o endividamento do Banco Bamerindus e as denúncias de corrupção política que pairavam sobre José Eduardo Andrade Vieira, o MST decidiu ocupar a área da fazenda, como forma de pressionar o governo para a desapropriação e encaminhamento da mesma para os programas de Reforma Agrária.

A professora Eliane Brenneisen, em sua tese de doutorado, aponta para o fato de que “*A Fazenda Mitacoré, quando pertencia ao grupo Bamerindus, destinava-se a pesquisas agropecuárias, e foi considerada na época uma fazenda modelo*”<sup>144</sup>. Assim sendo, a imagem construída acerca da ocupação da área pelos trabalhadores do MST, foi negativizada pela sociedade local, no município de São Miguel do Iguacu, bem como pela mídia. Na lembrança de Jair Costa Silva:

---

<sup>144</sup> BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit. p. 188

A princípio toda sociedade em torno era um preconceito muito grande por nós ter entrado numa área que se dizia modelo de produção no Estado do Paraná. Mas, um dos grandes desafios nossos, até hoje, é da burguesia local, que não admite os sem terras estarem nesse espaço aqui onde que estão hoje. Tanto que num momento da história aí a sociedade em si queria promover aqui uma universidade do agricultor do campo. Então houve até um processo que tentaram despejar nós aqui quando tava aqui na sede, aqui da fazenda. Então teve um processo de resistência, nosso, interno aqui, pra resistir mesmo, e bancar o projeto nosso de escola do camponês.<sup>145</sup>.

A narrativa do trabalhador Jair Costa Silva oferece um contraponto à maneira pela qual alguns jornais apresentaram a fazenda, procurando delinear uma imagem positiva da propriedade. Segundo o Jornal Gazeta do Paraná: “O senador pepebista usava a fazenda para reuniões e como modelo de produção. A fazenda produz soja, milho e tem uma granja. Vieira trazia deputados e senadores para conhecer a sua fazenda modelo”<sup>146</sup>.

A escolha da fazenda fora de uma felicidade e ousadia muito grande por parte do MST. Primeiramente por se tratar de uma área de posse de um banqueiro e político influente, que possuía várias articulações com grandes fazendeiros e com a própria polícia. Em segundo lugar, pela exímia qualidade do solo, assim descrito por Brenneisen:

“possui tanto uma localização como um solo extremamente privilegiado. A terra é plana, fértil e totalmente agricultável e localiza-se à beira da BR 277, corredor turístico que conduz a Foz do Iguaçu e distante 10 Km da cidade mais próxima, São Miguel do Iguaçu. Pela localização e pela fertilidade das terras (latossolo roxo)”<sup>147</sup>

A ocupação da área se deu durante a madrugada do dia 06 de agosto de 1997, quando os trabalhadores rurais, num número aproximado de 300 famílias, adentraram na Fazenda Mitacoré. Uma vez morando na fazenda ocupada, os sem-terra passaram a se organizar na terra e dela tirar seu sustento. A montagem do acampamento começou logo pela manhã. Na montagem dos barracos, os trabalhadores rurais foram utilizando alguns materiais que já traziam consigo e outros que foram encontrando nas imediações da ocupação. Ergueram-se suportes de toras de madeira ou bambu, recobertos por lonas de plástico, alguns

---

<sup>145</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

<sup>146</sup> Jornal Gazeta do Paraná, quinta-feira, 07 de março de 1997. Caderno Geral. p. 7.

<sup>147</sup> BRENNEISEN. Eliane C. *Relações de poder...* op. cit. p. 189.

conseguindo pequenas folhas zinco ou de eternite. Dentro dos barracos, os agricultores improvisavam suas camas e demais espaços, alguns possuíam mesas, cadeiras, prateleiras e outros.

As conversas com os assentados revelam que alguns trabalhadores possuíam animais como porcos e galinhas, criados presos em pequenos cercados de madeira improvisados. Também alguns carregavam consigo uma ou outra cabeça de vacas leiteiras, de onde tiravam alguns litros de leite para a família, para trocas e permutas com os vizinhos. Muitos acampados traziam outros pertences como móveis, cômodas, fogão, um pouco de comida estocada, entre outros. Tem-se ainda os que possuíam alguma ajuda de fora, de familiares e parentes, ou ainda que exerciam alguma ocupação ou prestação de serviços em fazendas próximas, como se pode evidenciar nos excertos a seguir:

Ah! não foi fácil. Era uma ajuda daqui, dali, de lá. Cada um tinha que tirar seus oito dias pra ir em casa. E trabalhar um dia fora, pra se manter o resto do tempo 21, 22 dias no acampamento. Que tem atividade, tem que trabalhar. Aí tinha pessoas que arrecadavam uns recursos fora, pedindo ajuda, que sempre tem as pessoas de bom coração que ajuda.<sup>148</sup>

Dificuldades tinham muitas. Desde estrutura, era barraco sem estrutura de muito banheiro, por ser um acampamento na beira da BR. Água, inclusive, até, na época, teve período de intoxicação, porque os funcionários da fazenda aqui jogaram veneno na nossa mina. Nós tivemos que fazer um processo de limpeza e depois enfrentamos tudo aqui. Sem contar as condições das famílias que vinham pra cá, que vieram acampar num período. Chegou, o acampamento, a ter trezentos e oitenta famílias acampadas... quase quatrocentas famílias. Isso era uma imensidão de gente aí. Com o tempo, algumas foram desistindo. Num período da ocupação da área, mesmo acampado na beira da BR, a gente ocupou um espaço de terra pra plantar, pra produzir, pra produzir comida. Os primeiros plantios foram mandioca que a gente plantou coletivamente... e aí a gente viu realmente quem acreditava na organização<sup>149</sup>.

O período de acampamento sempre se revela de maneira penosa, em função das privações e necessidades, bem como pela falta de recursos e a dependência externa. Quando não se possui familiares que possibilitem alguma

---

<sup>148</sup> SPIEKER, Valdemar Antoninho. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>149</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

ajuda ou ainda quando não se possui trabalho esporádico, depende-se da bondade alheia.

Também é nesse período que se tecem vários elementos identitários dos trabalhadores, uma vez que a decisão de lutar pela terra é conseqüência da gravidade da situação vivida e muitas das diferenças são extintas diante das dificuldades encontradas no acampamento. Desta feita, os trabalhadores sem-terra articulam experiências e identidades a partir de seus interesses em comum, bem como a partir da visualização do “outro”, aquele que se opõe aos seus interesses. Uma vez submetidos às mesmas condições de exclusão social, os trabalhadores passam a formular interpretações sociais da sua situação vivida.

Sobre esse período, o seu Valdemar nos esclarece que:

Foi resolvido na época, e tal, de montar um acampamento. O pessoal se juntou e foi engrossando, pra frente, mais família. Até que chegou no limite que a gente pegou uma certa quantidade de famílias e fechou o acampamento. Entramos no dia 06 de agosto, e setembro já começamos ocupando ali, com um acordo do pessoal que tava na fazenda, pra gente ocupar metade pra plantar é... mandioca, coisa pra se alimentar. Que não dá pra tá acampando ali sem vive de nada. Aí acampamos ali. Daí plantamos metade, mais ou menos, da área. Daí, outro ano, foi feito um acordo com a fazenda, com o cara que cuidava e acabamos plantando o restante, meio tranco e barranco. Ajuda daqui, dali, de lá, de fora, até que conseguimos plantar.<sup>150</sup>

Como é o caso de várias outras ocupações, o processo não se dá de maneira harmônica. A tensão se faz presente em vários momentos da ocupação. Na fazenda Mitacoré, além das pressões da sociedade local, evidencia-se a contratação de sentinelas para fazer a vigilância da parte ainda não ocupada da área. Sobre este aspecto seu Antônio pontua que: *“Teve umas partezinha que foi difícil. Que nem ali pra ocupar a sede. Os próprios ali, a turma de São Miguel, que queria despejar nós, queria eles tomar conta. Mas no fim nós vencemos”*.<sup>151</sup> Outros relatos acenam para a mobilização de fazendeiros locais e outros membros da sociedade que contrataram jagunços para pressionar os trabalhadores a abandonarem a área ocupada:

Então isso foi um defrontamento aí. Uma forma como a burguesia hoje, que os fazendeiros usam pra manipular, pra dizer que as coisas vão acontecer e de fato não acontecem. Isso foi o que deu

---

<sup>150</sup> SPIEKER, Valdemar Antoninho. Entrevista citada.

<sup>151</sup> GONÇALVES, Antônio Plaza. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçú.

mais fôlego pra nós, pra lutar pelo que a gente queria, mas já teve dentro do histórico do Itepa um momento dos fazendeiros vim despejar nós, pagando gente das favelas pra vim despejar, por dia, que foi depois nos documentos relatado. Então ia nas favelas, pagava os companheiros pra vir aqui pra desocupar essa área, pra tentar implementar uma universidade aqui, particular, aqui dentro. Então todo esse processo aí que se deu<sup>152</sup>.

A rememoração realizada pelos trabalhadores acerca do período de lutas e enfrentamentos, em alguns momentos, nos possibilita visualizar uma elevação do grau de solidariedade e de coesão entre os acampados. Membros da sociedade de São Miguel e Foz do Iguaçu se opunham à ocupação e desapropriação da área para Reforma Agrária. É nesse sentido que Jair narra a mobilização e resistência das elites locais ao MST quando da ocupação da fazenda Mitacoré.

O período de acampamento, como bem delinea Grzybowski, deve ser compreendido *“enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar”*, por intermédio das múltiplas relações e situações que se tecem dentro do mesmo, através da resistência na área ocupada, nas relações de privação, reciprocidade e solidariedade desenvolvidas internamente, no questionamento da ordem social, na luta para que a terra cumpra uma função mais democrática. E, *“em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais”*.<sup>153</sup> Na avaliação do assentado Jair Costa Silva,

O acampamento é onde as pessoas se descobrem e vão se reeducando numa nova forma de se compreender o coletivo. Então, dentro do acampamento, é onde a gente comenta sempre que é a nossa escola, porque ali que tu vai conhecer teu vizinho, que, futuramente, dentro do assentamento vai vizinhar. Começa a conhecer, então, que um tem mais dificuldade, mais habilidade pra certas coisas, que um é marceneiro, outros são carpinteiros, pra se construir a casa no futuro. Então já vai se descobrindo no acampamento, onde vai se dando essas diversas formas de trocas de experiências. Então é um conjunto enorme de sabedorias que se reúnem no espaço e vão trocando constantemente essa sabedoria.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

<sup>153</sup> GRZYBOWSKY, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 59.

<sup>154</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

A imagem desenhada sobre o acampamento pelo trabalhador Jair Costa Silva, que milita nas direções do MST, carrega uma visão idealizada do acampamento. Esta formulação encontra-se pautada no caráter pedagógico que possui este período para a direção do Movimento e de muitos intelectuais. Não se pode negar o papel formativo do acampamento, uma vez que é durante essa vivência que o trabalhador compartilha sofrimentos e privações, bem como adquire noções da sua responsabilidade ao conquistar a terra. Entretanto, não se pode tomar tal afirmação como homogênea, haja vista que muitos conflitos e relações individualistas perduram durante o assentamento.

No sentido acima exposto, a narrativa do assentado Gilberto, demonstra que as relações nem sempre foram tão lineares e harmônicas, uma vez que, antes mesmo da conquista definitiva da terra junto ao INCRA, uma cisão entre as famílias já se emoldurava:

Daí nós tivemos um racha no acampamento por alguns oportunismos de fora, influência de fora, que isso acontece. Essa questão mais individual, como a planta era coletiva, então não condizia com alguns objetivos de algumas pessoas. Então, daí, tivemos um racha que enfraqueceu...<sup>155</sup>

As trocas e reciprocidades não são tão efetivas assim como aparecem na visão de Jair. As situações problematizadas se opõem à representação harmônica do processo e apresentam elementos que denotam que os conflitos e desejos individuais emergiram, bem como as relações que se estabeleceram não foram sempre tão democráticas.

Em direção contrária à descrição das lideranças, a fala de seu Ademar relata que, como não possuía os conhecimentos necessários para a construção da casa e a escavação do poço, teve de contratar serviços de fora, o que lhe levou alguns meses trabalho: *“então custou caro, a gente não sabia fazer, tinha que pagar, e, hoje, graças a Deus tem... consegui fazer”* e prossegue pontuando que para a conclusão da obra, o que lhe contribui muito foi *“um projeto da Caixa Econômica e do Incra... tivemos uma ajuda... um pouco de recurso... um dinheirinho que a gente conseguiu pagar um pedreiro, dar uma aumentadinha, dar uma melhoradinha”*.<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista citada.

<sup>156</sup> SAQUES, Ademar. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçú.

Ademais, as discordâncias entre direção e base se tecem continuamente, uma vez que nem todos os assentados compartilham das mesmas opiniões que a coordenação do Movimento:

... aí tem coisas que dentro do movimento... tem umas coisas, umas definições que. certos dirigente tomam alguma definição entre eles ali, assim, no grupo deles, mas não é coletivizado pro povo. Eles tomam a decisão: 'vamos fazer isso e vamos', né cara. É uma coisa complicada. Porque eu já fiz parte desse tipo de coisa e sei como é que funciona, né cara. A mesma coisa nós dois aqui montar uma idéia, de fazer tal coisa aqui no Itepa e ir ali fazer e não comunicar ninguém. Tomar um ato, uma atitude e fazer só nós dois, sem coletivizar pra turma. Eu passei por isso já. Sei como que são essas coisas...<sup>157</sup>

A fala deste trabalhador, que por motivos pessoais, após a transcrição da entrevista, concordou com o uso de suas colocações desde que seu nome não fosse informado, indica uma certa separação, em alguns momentos, entre “base” e “direção”. A separação entre “nós” e “eles”, bem como o fato do mesmo já haver militado junto à coordenação do assentamento, o leva a elaborar uma leitura de que as relações nem sempre exalam o ar da democracia defendido pelas direções e documentos do MST. Assim como para o seu Antônio que, sobre muitas das decisões sobre as políticas internas no assentamento, afirma que elas: “*Vem, vem meio pronta já. Eles chegam aí, dão aquela que é pra ser assim, mas não é bem assim não...*”<sup>158</sup>.

O estudante de agroecologia do ITEPA, Luiz Ozório Ripper Bueno, também conhecido como “Boi”, deixa explícito em sua fala que muitas vezes, algumas decisões da direção do Movimento não são tão democráticas quanto se difunde em nível de discurso. Embora a experiência relatada não tenha acontecido no Assentamento em questão, a mesma repercute elementos contemporâneos aos fatos e em uma ocupação vizinha, no Assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu:

O meu assentamento, outra realidade, eu sei que eles pegaram. Segundo a direção, lá surgiu que, se eu tivesse no meu grupo três parentes meus e eu ganhasse lote, meus três outros parentes que estariam no meu grupo não ganhariam lote. (...) até essa mulher era coordenadora do grupo e ela deu, assentou os parentes dela, todos. Aí não entrou nessa questão que se um ganhasse três podiam

---

<sup>157</sup> Entrevista realizada em 13 de maio de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel, na qual o trabalhador optou por não identificar-se.

<sup>158</sup> GONÇALVES, Antonio Plaza. Entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2007.

esperar, né. Porque tinha como tá ajudando, já. Daí que entrou essa questão, pra ajudar os parente e deixar famílias mais necessitadas de fora. Aí é um negócio que não dá pra entender muito direito, né. Qual é a lógica desse problema?<sup>159</sup>

Apesar da exposição dos problemas acima relatados, também devemos observar que, se por um lado, existem muitas decisões que vêm de “cima para baixo”, nem sempre as mesmas devem ser compreendidas como intransigência ou autoritarismo por parte da direção do Movimento, uma vez que também são muitas as diretrizes e resoluções que o Movimento deve cumprir junto ao Incra e a outros órgãos competentes, e que, não raras vezes, são mal interpretadas pelos trabalhadores.

Durante o tempo de acampamento, as reuniões se pautavam principalmente na discussão dos cadernos de formação do MST e da CPT. Nem todos os membros do acampamento participavam, mas os temas propostos pela cartilhas propunham uma nova leitura acerca da situação vivida através do confronto da sua trajetória de vida com a realidade econômica e política que conduziu a ela. Também foram trabalhados temas relativos à organização social da produção e a maneira de se trabalhar a terra. Assim sendo,

as assembléias eram efetuadas, né, e como o sonho pela terra é muito grande, é *principalmente voltada pra produção*. O sonho do assentado, da maioria deles é de ir pra cima do lote e de *produzir seu arroz, seu feijão, de ter sua vaca, sua galinha*. Então é *direcionado especificamente na área produtiva*, é o grande sonho dos nossos assentados, de *produzir pra se manter*<sup>160</sup>. (itálico meu)

Como bem enfocado na fala do agricultor Jair, as discussões eram “principalmente voltadas para a produção”. Na leitura analítica dessa fala, percebe-se que o passado é narrado a partir do presente<sup>161</sup>, valendo-se assim de interesses

---

<sup>159</sup> BUENO, Luiz Ozório Ripper. Entrevista realizada no dia 01 de abril de 2007.

<sup>160</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

<sup>161</sup> As discussões de história oral aqui propostas têm como referência: PORTELLI, A. “A filosofia e os fatos”. In: *Rev. Tempo*. n.2 Rio de Janeiro: EDUFF, 1994. Nesse sentido, cabe uma preocupação suscitada pelo autor ao destacar que a história oral é permeada por subjetividades para as quais deve atentar o historiador. As falas podem, de forma implícita, revelar muito sobre o contexto, a fonte, as influências, entre outros. Isto se deve ao fato de se encontrar num constante movimento de diálogo entre passado e presente, re-significando situações, silenciando outras, super valorizando eventos que assumem importância para o narrador ou camuflam a realidade, construindo um enredo como quem olha o passado e o reconstrói, tendo por elemento mediador o presente, dentre várias outras possibilidades. Também tomamos por referência metodológica, em vários momentos, as discussões realizadas por LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*. Trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Aos Quatro Ventos: Curitiba, 2005. O autor consegue demonstrar com maestria as reconstruções da memória, discutindo vários elementos que constituem a fluidez e a multiplicidade de situações que permeiam a construção histórica dos sujeitos.

contemporâneos que se justificam, reinventando o passado a partir destes interesses colocados no hoje. Assim, o confronto da entrevista com o conteúdo das principais cartilhas do MST e da CPT do período, nos conduzem à evidência de que este material voltava-se para o cooperativismo focado, principalmente, na propriedade coletiva<sup>162</sup>. Os documentos do MST poucas vezes fazem menção à agricultura familiar e à agroecologia, modelos estes que passam a aparecer de forma direta apenas mais recentemente nas cartilhas e documentos do movimento, porém re-significados na fala de Jair a partir das idéias de “*produzir seu arroz, seu feijão, de ter sua vaca, sua galinha*” e “*produzir para se manter*”.

Acampados na fazenda Mitacoré, há quase um ano, os trabalhadores já contavam com uma infra-estrutura e plantações que garantiam a subsistência de modo já não tão penoso quanto nos momentos iniciais. O acampamento se estabelecia cada vez mais e lá permaneceram até o dia 02 de setembro de 1998, quando foi emitida a posse definitiva da área pelo INCRA. Para os trabalhadores em geral, “*foi uma grande alegria, imagine tu saber que sim ou saber que não, é uma outra situação*”<sup>163</sup>. Os trabalhadores adentravam numa outra situação, a de ter a certeza de que, a partir daquele momento, aquela terra seria onde se estabeleceriam e de lá tirariam seu sustento.

Uma vez na posse da terra, o MST, seguindo a lógica presente nas suas diretrizes e projetos para os Assentamentos rurais, procura estabelecer o modelo de coletivização das terras, para posterior criação de uma cooperativa. Tal decisão se fundamenta na possibilidade de ampliação das conquistas e “*esta perspectiva materializa-se nas práticas do cooperativismo, sobretudo de coletivismo, vistas como instrumentos que podem viabilizar economicamente os assentamentos e, por conseguinte, de legitimar e de tecer a luta pela reforma agrária*”<sup>164</sup>. Observamos que esta amálgama tem por objetivo conquistar a terra e criar condições materiais para a continuidade da luta, viabilizando economicamente os assentamentos e procurando implementar medidas que, à medida que promovam o desenvolvimento econômico do assentamento, também evoquem valores humanistas e socialistas<sup>165</sup>.

---

<sup>162</sup> MST. *Plano nacional do MST (1989-1993)*. São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989; MST. *A luta continua. Caderno de formação n. 10. Como se organizam os assentados*. São Paulo, junho de 1986.

<sup>163</sup> SAQUES, Ademar. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>164</sup> SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão...* op. Cit. p.308.

<sup>165</sup> Cf. MST. *SCA: uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil*. São Paulo : Secretaria Nacional, abril de 1991.

Entretanto, muitos dos projetos não encontram ressonância entre os trabalhadores, que, por motivos culturais, familiares e econômicos, não conseguem ou, muitas vezes, não querem se adaptar a esse modelo. Sobre a tentativa e as discussões para a implantação do coletivismo e da cooperativa na terra recém conquistada, percebe-se que muitos agricultores alimentavam e, ainda alimentam, atualmente, uma certa insegurança em relação à direção do Movimento e ao trabalho coletivo, como fica expresso na fala abaixo:

Olha, não dava certo. Nós trabalhava ali e não aparecia nada. Prometiam pra nós: tal dia, e, tal dia. E passamos quase dois anos ali. Isso na época do coletivo. Depois, dividimos e aí começou a encaminhar, pelo Incra... e hoje temo o lote aí(...). Ficava assim meio enrolado. Eles prometiam certas coisas e... também não é como eles prometem. Eles falavam tal coisa, que tal dia e coisa. Nós não iam nos papos deles...<sup>166</sup>

O sentimento de desconfiança permeia muitos trechos da fala do Sr. Antônio, desconfiança essa nutrida em relação à apropriação de seu trabalho por membros do Movimento que, por motivo de sua militância, acabam não exercendo suas atividades diretamente na terra<sup>167</sup>. Não obstante, percebe-se, em outros momentos, que os valores relativos à prosperidade ligada aos seus esforços pessoais se fazem presentes nas falas dos trabalhadores, até mesmo em razão da confiança na recompensa que será obtida por seus esforços, sem depender de ninguém mais.

As entrevistas realizadas com os assentados revelam pouca aceitação dos mesmos às formas coletivas e à rigidez de alguns modelos implantados, em grande parte devido às dificuldades de adaptação à organização coletiva, uma vez que com esse sistema muitos dos direitos individuais e do próprio modo particular de fazer são anulados. Percebe-se também que o trabalho coletivo exige certas normas disciplinares, principalmente relativas ao tempo de trabalho. Deste modo, observa-se que muitos aspectos da solidariedade construída no acampamento se perdem a partir do momento em que o trabalhador é assentado, entretanto não podemos descaracterizar que outras formas de solidariedades e reciprocidades são recriadas a partir de então.

No tocante à organização dos assentados rurais, a socióloga Neusa de Castro Zimmermann pontua que, durante o período de luta pela terra, os colonos

---

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Esta discussão será melhor aprofundada num próximo momento. Entretanto, acreditamos que sua menção já se faça importante.

sem-terra sentem e articulam sentimentos que os conduzem à formação de uma identidade em comum. Esse sentimento de pertencimento ao grupo, também se tece em função dos interesses que se contrapõem aos seus, passando os trabalhadores a comungar de um visão social de mundo que os conduz à integração e à luta contra os interesses dominantes que os proletarizam e exploram. A autora defende que toda a experiência de lutas e privações

(...) conduzem as famílias para adoção de formas coletivas de trabalho que, conforme preconiza o MST, poderão servir de instrumentos pedagógicos para o alcance de um estágio econômico satisfatório e também ao desenvolvimento da consciência crítica. Essa é a proposta da Cooperação Agrícola que, passando das formas organizativas mais simples até as mais complexas (como a criação de agroindústrias), pretende transformar os colonos assentados em força econômica e política.<sup>168</sup>

Entretanto, a própria autora observa que incorremos num sério risco de homogeneização ao tomar essa perspectiva como uniforme, uma vez que no interior do assentamento vem à tona uma multiplicidade de antagonismos que, entre outras razões, subsistem da formação do trabalhador, bem como de sua trajetória ocupacional, como verificaremos adiante nas narrativas dos assentados.

Hoje, dez anos após a ocupação, encontram-se assentadas na fazenda 79 famílias, e observa-se que as trajetórias de vida, os motivos e expectativas das famílias de agricultores são as mais distintas. As desencontradas histórias de vida dessas pessoas, que já exerceram várias ocupações, comumente ligadas à terra, outras que nasceram no campo e, empurradas pelas forças do capitalismo no campo, foram para a cidade em busca de melhores condições de trabalho, mais tarde tentando um retorno e ingressando no MST, são questões de grande importância para uma identificação da multiplicidade de antagonismos e de relações sociais que se estabelecem na heterogeneidade tecida no interior do Movimento.

O que se observa, ao analisar as trajetórias ocupacionais dos vários sujeitos que compõem a história do assentamento, são vidas repletas de situações que denotam os reflexos da exploração sofrida e da privação, como é o caso do Sr. Valdemar, que assim descreve sua trajetória antes do movimento: *“Eu trabalhava, sabe, meio que aqui na região de Serranópolis, trabalhava mais assim como se diz de*

---

<sup>168</sup> ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios...* op. cit. p. 207.

*bóia-fria, quando tem aqui tem ali eu...*<sup>169</sup>. Observa-se uma relação de sucessivas perdas, de marcas deixadas pela expropriação e pelas constantes migrações, na maioria forçadas, em busca de trabalho, como no excerto a seguir:

A gente já sofreu muito nessa vida, a gente quase morreu de trabalhar nessa vida. Já possuímos terra com o nosso suor, criamos os filhos e depois perdemos tudo... perdemos tudo. Depois, fizemos de tudo pra viver... trabalhamos de bóia-fria, de diarista... de tudo.<sup>170</sup>

As constantes idas e vindas, bem como os sentimentos de impotência frente ao seu mundo permeiam muitas das narrativas dos assentados. Verificam-se como um traço comum as constantes mudanças que se faziam no sentido de virem a ser proprietários de sua terra ou encontrar na cidade condições para viverem melhor. Entretanto, esta perspectiva não se realizou, conduzindo muitos a ingressarem na luta do Movimento Social. Como no caso do agricultor Jair Costa Silva, que assim descreve o seu ingresso no MST:

Sou nascido e me criei aqui, em São Miguel do Iguaçu. Filho de pequenos agricultores e como a situação, a família de três filhos, era pouco o pedaço de terra que nós tinha, eu fui convidado pra ingressar no movimento sem-terra. Então, aí começou minha trajetória em 1999, a vinda pro acampamento do Movimento Sem-Terra, foi onde se deu esse processo de luta pela terra e por um pedaço de chão, pra gente conquistar o nosso espaço. Dentro disso, eu fiquei acampado um período de um ano e meio, após isso, se vinculando à organização e a gente foi conhecendo melhor todo esse processo de luta que o movimento vem fazendo (...)<sup>171</sup>

Ou ainda na trajetória ocupacional do trabalhador e estudante do Itepa, Jair Osório Ripper Bueno, o “Boi”, hoje com 22 anos, há 04 no movimento, que foi acampado em Quedas do Iguaçu, na antiga fazenda Araupel e que hoje, mora nas instalações do ITEPA, até a conclusão de seus estudos e posterior assentamento:

Sou natural de Capanema e venho vindo, numa carreira sofrida por más condições de vida. Eu venho, no caso, com vida meio sofrida em casa. Com 12 anos eu saí de casa, fui trabalhar em fazenda e tal, e coisa. Aí comecei a rodar o mundo. Passei por Santa Catarina, Rio Grande, trabalhei em restaurante, vai pra lá e vem pra cá (...). Aí surgiu o acampamento na BR, que liga Rio Bonito a Laranjeiras, aí os caras pediram se eu queria me acampar. Eu fiquei meio assim,

---

<sup>169</sup> SPIEKER, Valdemar Antoninho. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>170</sup> Idalina. Entrevista citada por: BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit. p. 193.

<sup>171</sup> SILVA, Jair Costa, entrevista citada.

vou não vou... com medo. Não conhecia direito o movimento. Aí eu tomei a decisão: 'vou entrar no MST'. Aí eu peguei umas trouchinhas, como diz o outro, o kit militante, e me ataquei. Entrei na BR dia 19 de março de 2003. Montamos um grupo lá e seguimos com aquela luta.<sup>172</sup>

Nestes termos, as narrativas acima articulam valores de um modo de vida alterado em função das relações sociais que se tecem no meio rural no Oeste do Paraná. Ao ingressar na luta pela terra, o trabalhador objetiva uma retomada de valores de um modo de vida que lhe foi tirado. Para tanto, projeta aspirações futuras que muitas vezes remetem ao passado. Destarte, vemo-nos diante de uma luta não meramente política ou econômica pela terra, trata-se também de uma resistência com conteúdo moral, uma luta pela permanência de valores e laços de solidariedade, justiça e igualdade existente em tradições enraizadas junto ao vínculo à terra, vizinhança, família, que estão ameaçados ou usurpados pelas contradições do cenário de crise, que geram o desenraizamento do trabalhador do local do seu ofício, onde o mesmo se enxerga e cria uma rede de significações a partir de diferentes linguagens.

Concordamos com o professor Davi Félix Schreiner, em sua análise dos múltiplos relatos dos sujeitos da luta pela terra, ao afirmar que:

Ressurge a perspectiva que os moveu por gerações à migração, aos acampamentos e às ocupações em movimentos organizados: a da propriedade privada, como condição de liberdade e autonomia. Em outros termos, o sucesso da prática das roças comunitárias é inviabilizada porque se confronta com a tradição da produção do colono assentada na apropriação privada e no trabalho familiar<sup>173</sup>.

Nesse sentido, muitos dos conflitos que se estabelecem na fase inicial do assentamento se dão em relação à divisão dos lotes e da organização da produção. Assim, pudemos perceber que, inicialmente, estabeleceu-se uma discordância entre direção e base, na qual contrapunham-se os dois modelos de organização, o coletivo e o individual, e que assim é relatado pelo trabalhador Antônio Plaza Gonçalves: *“Eles queriam tudo coletivo. Mas nós não, não dá certo. Porque o coletivo, um quer... eles querem tocar de um jeito e nós nos criamos na*

---

<sup>172</sup> BUENO, Luiz Ozório Ripper. Itepa – São Miguel do Iguaçu. Assentamento Antônio Companheiro Tavares. ITEPA. Entrevista realizada em 01 de abril de 2007.

<sup>173</sup> SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão ...* op. cit. p. 325.

*lavoura. Nós sabemos cuidar de uma lavoura. E acho que se nós tivesse no coletivo nós tava meio ruim.*<sup>174</sup>.

A não aceitação da proposta coletiva é freqüente em assentamentos de trabalhadores sem-terra. Este fator se encaminha principalmente em função dos elementos estruturais e conjunturais das famílias, estando assim relacionados às trajetórias de vida e trabalho, bem como às condições do lote recebidos por cada um e até mesmo à capacidade produtiva de cada família. Na esteira desse pensamento e em conexão com a narrativa acima, a fala de Seu Valdemar é de grande valia sobre estes aspectos da coletivização das terras:

Houve conversa, sabe... Eu não sei, tem a pessoa... toda pessoa que sempre teve meio pensando individual, ele não acostuma com isso aí. Tem aquele que gosta de conduzir as coisas mesmo, não gosta de ser mandando. Então, eu pelo menos nunca fui de acordo. Coletivo existe aquele coletivo de um ajudar o outro, é isso, sempre dar uma força pra pessoa. Mas tu trabalhar assim uma vida inteira, ficar de relógio, não acredito que funciona. Se alguém quer fazer, tentar, mas... Nós trabalhamos coletivo aqui, mas era na conquista da área. Mas, se vê que a metade vai pro individual<sup>175</sup>.

O depoente assume sua rejeição ao modelo de coletivização das terras proposto pela coordenação do Movimento. A fala se enriquece e mostra a consciência de Waldemar de sua condição camponesa e conhecedor de práticas com as quais não concorda. Segundo ele, paralelamente ao modelo defendido pelo MST, com os vizinhos tece várias outras formas de coletivização, baseadas em reciprocidades próprias do seu modo de vida.

Para uma leitura mais ampla das relações que se desenvolvem no assentamento, devemos observar também que, entre as famílias contactadas, existe um número expressivo de assentados que não exerciam ocupações ligadas à terra, que tinham como ofícios anteriores profissões ligadas ao meio urbano – pedreiros, caminhoneiros, garçons, entregadores, entre outros. A trajetória do Sr. Carlos Silva evidencia esta situação:

Eu era caminhoneiro. Trabalhava viajando pra lá e pra cá. Meu pai é que ganhou essa terra e estava assentado aqui. Aí, como ele morreu, pra não deixar perder isso aqui, que ele ganhou com todo seu sofrimento, viemos pra cá. Mas, sempre soubemos plantar e fazer as

---

<sup>174</sup> GONÇALVES, Antônio Plaza. Entrevista citada.

<sup>175</sup> SPIEKER, Waldemar Antoninho. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguçu.

coisas aqui. Eu mesmo, sempre vinha ajudar ele. Mas, nunca fui agricultor.<sup>176</sup>

O depoimento de seu Carlos explicita uma trajetória de vida ligada indiretamente à terra. Embora seu pai fosse agricultor a vida toda, seu Carlos nos relata que seu ofício de origem não estava ligado ao campo. Ele, mulher e filho vieram a ocupar a terra conquistada pelo pai, que faleceu. As desencontradas trajetórias ocupacionais são constantes em vários assentamentos de reforma agrária no Brasil, e sobre essa heterogeneidade, Stédile assegura que:

Não necessariamente trabalhador rural significa ser camponês ou agricultor. A expressão trabalhador rural não tem nenhuma relação social de exploração ou de condição de produção. Esta expressão indica a pessoa que vive do seu trabalho e o exerce no meio rural. Estamos construindo, agora, o conceito de trabalhador rural do ponto de vista sociológico, que é o seguinte: se todas as pessoas, independentemente da sua profissão – veterinário, agrônomo, economista, motorista da cooperativa, pequeno agricultor –, trabalham no meio rural e se o resultado do trabalho de cada um será distribuído entre todos, todos são trabalhadores rurais. Vamos conseguir superar essa estreiteza de que o trabalhador rural é apenas o agricultor, aquele que lavra a terra.<sup>177</sup>

Destarte, como forma de ampliar os horizontes da luta pela terra e por relações sociais mais justas no campo, o MST, hoje, se baseia numa ampliação da noção de trabalhador rural. Nesse sentido, observamos que às fileiras do Movimento se somam inúmeros trabalhadores que exerciam as mais distintas profissões, comumente não ligadas diretamente à terra. Assim, a presença de diversos sujeitos e, conseqüentemente, de diferentes trajetórias de vida e memórias se entrecruzam, para além dos enquadramentos firmados em algumas análises sociológicas sobre o interior dos assentamentos. Tem-se, pois, a uma abertura de um campo bastante amplo de reconsiderações a serem feitas a interpretações, às vezes, românticas do modo de trabalho dos tidos como camponeses e seus modos de vida. Esta problemática se materializará, de modo mais direto, quando da tentativa da análise de práticas que aparecem como próprias da cultura do camponês, conflitando em alguns momentos com os projetos da direção do Movimento, como procuraremos delinear a seguir.

---

<sup>176</sup> SILVA, Carlos. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçú.

<sup>177</sup> STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente...* op. cit.

## 2. Um Projeto Para o Assentamento Modelo

A mudança de nomes das fazendas posterior às ocupações é uma prática comum no MST, pois se tornam Assentamentos de Reforma Agrária. Embora, comumente, a referência ao assentamento se faça utilizando o nome da fazenda ocupada, observa-se que os nomes escolhidos assumem um grande valor simbólico entre os trabalhadores sem-terra, uma vez que, na região encontramos nomes ligados à circunstâncias da luta pelo acesso à terra, de companheiros que tomaram no decorrer dessas lutas ou de figuras que se fizeram emblemáticas no processo de Reforma Agrária ou de emancipação dos povos oprimidos<sup>178</sup>.

A antiga Fazenda Mitacoré, leva hoje o nome de Assentamento Antônio “Companheiro” Tavares, em homenagem a um trabalhador rural, companheiro de lutas que veio a tombar num conflito contra latifundiários da região. Já a escola que funciona no assentamento homenageia o fundador da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária – José Gomes da Silva, que segundo João Pedro Stédile<sup>179</sup>, foi um dos maiores especialistas e pedagogos sobre a reforma agrária, que defendia uma mudança substancial na estrutura fundiária brasileira, a fim da proposição de uma sociedade mais justa.

Após a destinação da área de 1.000 dos 1.098 hectares da área total da fazenda, para domínio do Banco Central, como forma de ressarcimento da dívida do Grupo Bamerindus, sendo posteriormente encaminhada para o INCRA, “*a parte que corresponde à sede, com casas, galpões, silos, maquinários e cerca de 98 ha, estava sendo pleiteada, através de um projeto para área, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e também pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)*”<sup>180</sup>.

Neste contexto, conforme se desenvolvia o processo de encaminhamento da posse da área junto ao INCRA, o MST, decidiu incorporar também a área onde se localizava a sede da fazenda. Sobre a decisão de ocupar também esta área, o trabalhador rural Jair Costa Silva aponta para o fato de que:

A princípio, não foi uma questão de optar ou não. Porque, quando foi ocupada a área, nas suas extremidades, permanecia um grande

---

<sup>178</sup> Como exemplo, podemos mencionar o Assentamento Vitória, Sepé-Tiaraju, em Lindoeste, Conquista I e II, em Quedas do Iguaçu, Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, Terra Livre, no sudoeste do estado, entre outros.

<sup>179</sup> Cf. STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente...* op. cit.

<sup>180</sup> BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit. p. 188

número de sentinelas da fazenda. Então, armados aqui, que permaneciam vigiando toda essa parte. Logo em seguida, o Movimento com as avaliações de transformar isso aqui num espaço de escola, foi feita a ocupação dessa área. Mas aqui tinha um grande aparato de sentinelas particular, que era pago pela própria gerência da fazenda, vigiando e cuidando esse espaço aqui. Então, a hora que foi definido mesmo, daí a gente falou: aqui é o espaço da gente constituir a grande escola da região Oeste e do Estado pra capacitar o nosso público<sup>181</sup>.

Jair articula em meio ao seu depoimento diferentes temporalidades, uma vez que o projeto para a implantação do ITEPA, ainda não existia quando da ocupação da área, nem mesmo um ano após, em 1998, quando ocorreu a emissão de posse pelo Incra. Argumento este que se desfaz quando confrontado com outra fala da própria liderança: “*Então, o Itepa, Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária, ele foi constituído em maio de 2000, nesse propósito da gente estar explorando mais esse campo da formação humana e da capacitação*<sup>182</sup>”. O ano de 2000 marca o início do projeto para implantação do Instituto, sendo que todos os trâmites legais se efetivaram apenas em 2003. Verificamos que, conforme apresentado no primeiro capítulo, estas ações aparecem no mesmo contexto no qual a noção de agroecologia começa a aparecer de modo mais direto nos documentos e cadernos de formação do MST.

Então esse trabalho foi se dando desde o início, com esse caráter da gente apresentar o que era antes e um novo projeto de agricultura, um projeto voltado pra sustentação da família. Esse é um dos propósitos e uma grande luta que vem sendo travada nos dias de hoje. Esse é um dos objetivos que a gente tem traçado e que se vem trabalhando com a família.<sup>183</sup>

Na esteira desta dimensão, o fato da área ter sido considerada pela mídia, antes da ocupação, uma fazenda modelo, conforme retratamos no início do primeiro capítulo, bem como de possuir instalações luxuosas e grande capital investido, faz recair sobre o MST uma responsabilidade de corresponder aos interesses sociais que vão para além da sua necessidade de terras para assentamento. Esta idéia permeia muitos relatos, como o de Gilberto:

Não é que a gente não abria mão, nós queria terra. Um dos objetivos a gente queria, estava ocupando mais a sede por ser um grande

---

<sup>181</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

<sup>182</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007. entrevista citada.

<sup>183</sup> Idem.

capital e tudo mais. Nós queria entender melhor aquilo que que é, se dava pra cumprir aquilo ou não. Até porque a gente tinha dúvida se o Incra ia desapropriar uma área tão nobre que nem essa pra que fosse assentadas todas as famílias que estavam aqui na época<sup>184</sup>.

Assim, ao conquistar definitivamente a área, o peso da responsabilidade advindo de cobranças externas ao Movimento, bem como a nova mentalidade voltada para a agroecologia, que começa a se estabelecer no MST, são fatores importantes para entender os motivos que levaram à fundação do ITEPA.

A hoje montada, abrangendo desde os lotes destinados aos assentados, até a área do ITEPA, volta-se para a produção de novos conhecimentos e tecnologias nas mais diversas áreas da agricultura orgânica. A proposta se entrelaça com as novas propostas do MST no tocante a à agroecologia, entendida por Luiz Zarref, engenheiro florestal e assessor para assuntos ambientais do Movimento como:

a agricultura consignada à conservação do meio ambiente, aos laços culturais e às relações sociais justas. Na produção agroecológica o agricultor ou agricultura se vêem, aos poucos, livres dos agrotóxicos, bem como readquire a posse de suas sementes, reconstrói sua autonomia e entende o sistema complexo que é o seu lote e o assentamento.<sup>185</sup>

Nesse sentido, outras medidas foram implantadas para a adequação a este projeto mais amplo do MST na agroecologia. Um banco de sementes crioulas<sup>186</sup>, desenvolvido a partir das análises realizadas pelos estudantes do curso de Agroecologia do Itepa, encontra-se funcionando desde aproximadamente março de 2006. A estrutura montada permite a conservação e secagem de aproximadamente 30 (trinta) toneladas de grãos. A idéia é ampliar a distribuição e a produção de sementes voltadas para o cultivo orgânico.

Ademais, já foram construídas 03 (três) cisternas para captação de água das chuvas. Os investimentos se dão no sentido da otimização dos espaços e capacidades do assentamento, utilizando-se de maneira ecologicamente correta todas as potencialidades oferecidas pela área. Nesse sentido, Jair Costa Silva

---

<sup>184</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista citada.

<sup>185</sup> ZARREF, Luiz. *A questão florestas e a reforma agrária*. in: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

<sup>186</sup> MST/Via Campesina. *Campanha sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. O livro, de mesmo nome que a campanha lançada em 2003 pela Via Campesina, tece a defesa dos direitos dos agricultores familiares, dos camponeses e dos povos indígenas de produzirem, guardarem e trocarem as sementes “varietais”. A obra estabelece uma crítica às formas de patenteamento exercidas sobre organismos vivos, plantas, raízes e outros que incorporam a alimentação a lógica do capital, tentando estabelecer monopólios, ameaçando, assim, a soberania alimentar de muitos povos.

assevera que mudanças passam a ser introduzidas em vários sentidos, como por exemplo:

Na área de climacultura, na utilização de nossas águas da chuva, das cisternas, pra gente potencializar todo e qualquer recurso natural, pra tá aproveitando da melhor maneira possível e dos dejetos animais, principalmente os porcos, da gente tá viabilizando um biodigestor, pra fazer o nosso próprio gás. Então, são iniciativas que vão dar suporte pra que a gente consiga de fato se auto-sustentar internamente. E outras experiências, eólica e de placa voltaica, de sol, que tem alguns educando que tão cursando, pra gente ter energia solar, produzir a nossa própria energia interna. Então, essas são algumas iniciativas inovadoras.<sup>187</sup>

Tal abordagem está claramente preocupada em justificar as ações e medidas implantadas e não implantadas, como algo que o MST vai paulatinamente construindo na questão da exploração ecologicamente correta dos espaços. Nesse sentido, não quero aqui partir do pressuposto de que os discursos são forjados visando apenas à manipulação das massas, pois não podemos descartar o fato de que o mesmo exprime desejos e poderes que se visa alcançar, transcendendo em muito a ordem narrativa, adentrando num plano simbólico, gerando posicionamentos, modos de ser, a partir do seu conteúdo.

Sobre as ações pensadas para o ITEPA, tem-se ainda o projeto em fase de maturação para o estabelecimento de uma fábrica de óleo vegetal, que visa à produção para o consumo interno do assentamento de óleos produzidos à base de canola, girassol, beterraba e outros, objetivando com isso suprir, inicialmente, a demanda interna por óleo e, posteriormente, investir na produção para revenda.

A fábrica de ração começa a beneficiar os primeiros quilos do alimento para bovinos e suínos. A estimativa dos técnicos do MST é que a *“alimentação representa em torno de 50% dos custos de produção de leite”*<sup>188</sup>. Assim, o objetivo da proposta de produção de ração gira em torno da redução dos custos na alimentação, sem comprometer a saúde e o desempenho de seus animais. Outro exemplo são os dois galinheiros estabelecidos no sistema de agroecologia, que é assim descrito por Tardin:

Nos sistemas agroecológicos esses animais se aproximam de seu modo natural de vida. Por exemplo, as aves: as galinhas no sistema industrial ficam em gaiolas ou em viveiros muito pequenos. Na agroecologia você tem o viveiro para elas se protegerem, mas elas passam o dia todo em piquetes a pleno sol. Nesses piquetes elas vão se alimentar, encontrar alguns insetos, receber frutos e grãos

---

<sup>187</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

<sup>188</sup> Cf. [mst.org.br](http://mst.org.br)

inteiros, pouco triturados para o sistema de moela. Esse animal vai ter uma vida mais harmônica com seu modo natural de existência. As fêmeas vivem junto com os machos, o cruzamento é natural. Da mesma forma os porcos, o gado vai ser criado assim.<sup>189</sup>

A sede do assentamento conta ainda com uma secretaria utilizada para assuntos administrativos, bem como para trâmites internos do ITEPA e da direção do movimento. Tem-se também duas plenárias onde são realizadas periodicamente reuniões das brigadas da região e um barracão com maquinário que foi adaptado da estrutura original da antiga fazenda Mitacoré, dois alojamentos com capacidade para 300 pessoas e uma cozinha comunitária, que opera diariamente, fornecendo a alimentação para os estudantes do ITEPA, militantes e algumas famílias.

Encontra-se em funcionamento um tele-centro, que conta com 08 (oito) computadores, conectados à internet e funcionando em sistema operacional Linux<sup>190</sup>, que foram doados pela Celepar. Uma biblioteca que se destina aos cursos de Agroecologia e Saúde Comunitária, bem como serve de acervo às lideranças e demais trabalhadores que necessitem realizar consultas. Como ocorre em outros assentamentos da região, também existe projeto ciranda infantil<sup>191</sup>.

Ademais, vários são os projetos e parcerias firmadas com prefeituras e outros órgãos da região, como a Itaipu, por exemplo. Os investimentos se dão no tocante à melhoria da infra-estrutura local e readequações em suas instalações uma vez que a sociedade local também passa a se beneficiar direta ou indiretamente dos implementos desenvolvidos na localidade. Sobre os investimentos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, o site da Secretaria do Meio Ambiente do Município assim noticiou a parceria:

Em homenagem ao dia do colono, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu em parceria da Itaipu Binacional, Incra, e Instituto

---

<sup>189</sup> TARDIN, José Maria. *Brasil não tem política para agroecologia*. Entrevista concedida para Rodrigo Ponce e Solange Engelmann. (in: mst.org.br).

<sup>190</sup> *Software livre* é qualquer programa de computador que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído com algumas restrições. A liberdade de tais diretrizes é central ao conceito, o qual se opõe ao conceito de software proprietário, mas não ao software que é vendido almejando lucro (software comercial). A maneira usual de distribuição de software livre é anexar a este uma licença de software livre, e tornar o código fonte do programa disponível. (in: wikipedia.org).

<sup>191</sup> A ciranda infantil é um projeto do setor de educação do MST. A política pedagógica do movimento objetiva com esta proposta atingir as crianças com idade escolar a partir de um modelo de educação mais participativo e democrático. O processo educativo é desenvolvido de forma mais ampla, também contemplando o lúdico e a experiência como fonte de aprendizado. Alguns estudos procuram demonstrar como a ciranda infantil também altera o perfil da participação feminina nas decisões políticas do assentamento e no processo produtivo, uma vez que libera as mulheres para algumas atividades deste setor.

Técnico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária – ITEPA promoveu a inauguração do cascalhamento e adequação de estradas na Fazenda Mitacoré – Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Foram adequados cerca de 10 km de estrada, totalizando um investimento de 180 mil.

Na ocasião foram repassados materiais agrícolas para o Itepa como: poço artesiano, caixa, bomba, uma ordenhadeira, vinte e quatro novilhas leiteiras, um resfriador de leite, duas juntas de bois, sementes e insumos, a fim de pesquisa para o Curso de Agroecologia, do Itepa.<sup>192</sup>

Outros convênios são estabelecidos com o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, INCRA e outros órgãos federais. Um levantamento junto aos dados do Ministério de Desenvolvimento Agrícola (*ver anexo I*) nos revela que desde o ano de 2002 até 2007, entre projetos firmados com o ITEPA e a Prefeitura de São Miguel do Iguaçú em nome do Assentamento, tivemos um repasse de aproximadamente R\$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais) para melhorias internas no assentamento, instalações do ITEPA, realização de congressos e capacitação interna dos assentados.

Verifica-se, através desse olhar inicial, que investimentos estão sendo feitos para o desenvolvimento dos projetos voltados para a agroecologia no assentamento. Sabe-se ainda que operam mais convênios com a Itaipu, como o projeto “Cultivando Água Boa”, entre outros, parcerias com universidades, como a Unioeste e UFPR, bem como outras fontes de renda via INCRA e outros Ministérios, como bem delinea Jair:

Então, junto com o movimento tem vários parceiros que vão se somando nesse conjunto pela sua viabilidade. Que é um projeto totalmente ousado e diferenciado daquilo que tem na sociedade em si. Principalmente, nesse campo voltado pra agroecologia. Hoje a gente tem diversos parceiros, como universidade Federal, como Incra, a própria Itaipu, o MMA, Ministério do Meio-Ambiente também vêm, desde curso de capacitação interna pros nossos assentados que acontece aqui no Itepa. Então, um elo de parceiros, a gente vem somando no conjunto desses projetos pra viabilizar nessa questão, e potencializar essa área de pesquisa e experiências, pra ser o Itepa, e a Escola José Gomes, o irradiador dessas experiências. Esse o objetivo central. E esses parceiros se somam nessa construção conjunta<sup>193</sup>.

Essas medidas, desenvolvidas no assentamento Antônio Companheiro Tavares, têm por objetivo o desenvolvimento de todo o potencial agroecológico da

---

<sup>192</sup> Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de São Miguel. In: <http://www.saomiguel.pr.gov.br/noticias/vernews.php?id=539>.

<sup>193</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

área e encontra respaldo no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que dentre outras metas assim prescreve:

Valorizar o conhecimento localmente desenvolvido e utilizar o conhecimento do agricultor tradicional, (...), e incorporar inúmeras inovações tecnológicas que revolucionam o padrão de produção do agricultor. Assim há um desenvolvimento de sistemas complexos, otimizando resultados e minimizando riscos, embora com produtividades menores do que os obtidos com o modelo agroquímico.<sup>194</sup>

Destarte, vemo-nos diante de uma realidade que busca articular substancialmente várias esferas da luta pela terra, conciliando relações entre a proposta política de enfrentamento do MST em relação ao grande capital, com a organização social da produção e os modos de vida dos trabalhadores sem terra.

### **3. Contradições Internas No Processo De Implantação Da Produção Agroecológica.**

Uma vez verificada parte dos esforços para a implantação de uma infra-estrutura produtiva no assentamento, cabe agora investigar como diante da proposta agroecológica do MST, vêm se estabelecendo práticas e ações que tenham por foco principal a adoção de um modelo de produção que se volte para a proposta ambiental, para a produção orgânica, bem como para a agricultura familiar. Por se tratar de um assentamento que se inicia com o modelo convencional de produção por parte da maioria dos assentados, uma vez da rejeição ao modelo coletivista/cooperativo, evidencia-se que muitos trabalhadores optaram pelo monocultivo de soja.

No começo, com soja e milho. Era o mais prático que tinha pra cada um. Ninguém tinha recurso pra comprar uma galinha, não tinha pra nada.... Faz dois anos, fui diminuindo o soja, milho, produzindo mandioca... bom, mandioca desde o primeiro ano, batata, o essencial de comer. Feijão, sempre plantamos, sempre plantei, sempre planto e, hoje, faz dois anos que eu não planto mais soja. Porque o motivo, pouca terra. Daí eu fiz pastagem, 6 hectares. Tô com bastante animal, que é meu ganho... vaca leiteira boa. No momento, tô com umas coisaradas aí.... O que eu tenho é um alqueire e pouco de mandioca. Dois anos e pouco eu tô trabalhando

---

<sup>194</sup> MST/ITEPA. *Plano de desenvolvimento do Assentamento Antônio Companheiro Tavares*. São Miguel do Iguaçu, março de 2002.

só com... plantio manual e limpeza pra não usar veneno. Eu tô dois anos sem usar nenhum tipo de veneno. Mas, pra plantar o soja teria... daí acabei falando ‘vamos parar’. Daí acabei parando<sup>195</sup>.

Seu Valdemar, assentado desde o início, comenta as razões que o conduziram e a muitos outros a optarem pelo plantio de soja. A falta de recursos é, segundo ele, uma dos principais motivos. Sem recursos para qualquer outro investimento, compra de animais ou insumos, partiu para a cultura convencional da região. Entretanto, com o passar do tempo optou pela substituição do monocultivo pela diversificação da produção em sua propriedade, entretanto essa mudança de enfoque veio a ocorrer desde o ano de 2005.

A mudança nas formas de cultivo, a adoção da agricultura orgânica e a opção pela extinção do uso de veneno em seu lote, por seu Valdemar e outros agricultores, coincide com o momento no qual as práticas voltadas para a agroecologia começam a se efetivar de modo mais intenso no assentamento. A mudança de enfoque no modelo de produção encontra respaldo em várias cartilhas do MST, bem como em muitos autores vinculados ao movimento, entre os quais Ivani Guterres:

As monoculturas atraem cada vez mais doenças nas plantas. Isso é fruto do desequilíbrio do meio ambiente, da falta de biodiversidade, do empobrecimento do solo. Nesse modelo, os problemas tornam-se crônicos e sem solução dentro do arsenal de meios oferecidos pelo instrumental técnico-científico da “revolução verde”. Essas doenças são tratadas com meios químicos que aumentam os custos para o agricultor na mesma medida em que diminuem a eficácia. E se isso implica aumento de custos, está acrescentando insustentabilidade econômica ao esgotamento tecnológico.<sup>196</sup>

Assim sendo, um dos principais argumentos tecidos pelo MST, acerca da inviabilidade de se plantar soja, centra-se não apenas no seu alto custo para o pequeno produtor rural, mas também no excesso de males causados ao meio ambiente e a saúde humana, uma vez do elevado nível de agrotóxicos, adubos químicos e outros.

Esta representação social permeia vários documentos e discursos do MST, sendo utilizada para justificar a necessidade da implantação do modelo agroecológico. Ao pronunciar-se desta maneira, o MST objetiva construir na mentalidade do trabalhador a concepção de que o monocultivo conduz ao endividamento, devido aos altos custos para a manutenção do mesmo e os baixos

---

<sup>195</sup> SPIEKER, Valdemar Antoninho. Entrevista citada.

<sup>196</sup> GUTERRES, Ivani. (org). *Agroecologia militante*: op. cit.. p. 19.

valores pagos pelos compradores, normalmente grandes cooperativas da região, bem como os danos causados à saúde e o empobrecimento do solo.

A problemática aqui levantada não objetiva, não obstante importante, pontuar se o monocultivo e uso de adubos e venenos sintéticos são maléficos ao meio ambiente e à vida dos seres humanos, mas sim como o mesmo se torna discurso legitimador das ações do MST em sua luta contra o capitalismo e como é tecido de modo a ganhar aceitação entre os agricultores assentados, além de, através da difusão e visibilidade dessas ações, buscar respaldo junto à sociedade.

Nesse sentido, como explicitamos no primeiro capítulo, a disputa pelas representações sociais se estabelece entre as elites rurais, que há muito se apoderam das riquezas geradas pelo monocultivo associado ao latifúndio e à modernização da agricultura, sob a bandeira do agronegócio e da produção agroindustrial, difundindo a idéia de que se faz necessário, para um crescimento econômico-social mais fortalecido, o rompimento do modelo arcaico de produção agrícola e o fim da “desordem” no campo gerada pelos sem terra. Ao mesmo tempo, o MST elabora representações desqualificadoras do modelo agroindustrial vinculado ao agronegócio.

Muitas das representações presentes nas entrevistas realizadas, reproduzem vários elementos dos discursos da direção do MST, demonstrando como estas representações dissimulam relações concretas, instrumentos de poder, operando de modo a reforçar o olhar lançado pelo Movimento sobre o cultivo convencional e voltado para o agronegócio. Para Leandro Medeiros, estudante de Agroecologia do ITEPA:

O soja está até caindo nessa região. Porque ele não está dando lucro, eles tão percebendo que é inviável você plantar o soja. O soja, ele precisa um gasto muito grande pra você plantar. Um desgaste também enorme na terra e é uma produção que você não tem segurança que vai receber mesmo, que ela vai te trazer lucro.<sup>197</sup>

A narrativa de Leandro Medeiros, articulada num discurso primordialmente baseado nas perspectivas defendidas internamente no curso de Agroecologia, parte das representações constantes nas publicações do MST. O monocultivo é aqui representado como inviável principalmente no que tange à sustentação econômica e à manutenção do trabalhador. Entretanto, devemos observar que estas representações não podem ser analisadas de maneira homogênea, como se atingissem a todos do mesmo modo, uma vez que muitos agricultores não compartilham da mesma visão e continuam a optar e a obter seus

---

<sup>197</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

ganhos a partir da monocultura e do plantio extensivo de soja. Nesse sentido, o agricultor seu Antonio Plaza Gonçalves, ao falar sobre as possíveis desvantagens no plantio de soja, assegura que:

Olha, eu acho que não. Que o soja, embora ele quebrou bastante o preço, o custo pra produzir ele hoje não está tanto, não está tão caro. De primeiro sim, estava um custo muito alto. Mas se ele se manter na média de uns 35 a saca ele dá mais ou menos. E tu colhe aí uns 120 por alqueire, o custo, que nem dos meus dois alqueire e meio de soja não dá 3000 de custo. E eu colho sempre 300, 300 e poucas sacas. Só que também tem que saber conduzir uma lavoura. Então, acho que, sei lá, que nem te falei, esse orgânico aí não é fácil. Seria ótimo pra nós. Mas, e se nós não consegui produzi nós passamos fome<sup>198</sup>.

Na visão deste agricultor, o cultivo de soja voltado para a revenda de uma cooperativa não se faz inviável economicamente, mas ao contrário. Em sua aceção, o problema do endividamento de muitos agricultores não está em produzir visando à comercialização em primeiro plano – lógica esta combatida no atual discurso da agroecologia do MST, que defende a produção primariamente para o consumo familiar e a comercialização dos excedentes –, mas no fato que muitos dos companheiros, talvez, não tenham a habilidade necessária para conduzir uma lavoura. O trabalhador pontua ainda que a mudança para uma agricultura orgânica é que acabaria conduzindo os trabalhadores a passar fome. Seu Antônio menciona um certo interesse pelo orgânico, mas quanto a fazer uso do mesmo diz que *“por enquanto não. Só a mandioca essas coisas , isso aí não vai... nós temos. Olha, pra tocar a parte orgânica da coisa, não é fácil não...”*. Na concepção deste trabalhador a região oferece alguns empecilhos que o levam a continuar com o cultivo de soja e com o uso de venenos: *“Aqui é o inseto. O inseto, isso aí Deus o livre, e inço. Aqui tem inço pra alguns anos se deixar”*<sup>199</sup>.

Em outro momento da conversa, seu Antônio faz um relato curioso, que revela vários elementos que estruturam sua mentalidade e caracterizam muitas de suas concepções enquanto trabalhador rural, uma vez que, como já referenciado, os assentados mantêm vínculos com o mercado. O assentado nos relata:

Tem até o vizinho, sempre ajudo ele. Ele vai fazer uns plantio esse ano, vai plantar pepino, essas coisas. Você viu esses abacaxis que ele tem plantado ali, mais pro fim. Aquele abacaxi ali é bom. Esse

---

<sup>198</sup> GONÇALVES, Antônio Plaza. Entrevista citada.

<sup>199</sup> Idem.

ano eu vendi pra ele que ele tá meio adoentado, mas se não botar o veneno lá, mais da metade estraga. Aí você já pode ver, perde. Ele tem ali, que fura, aqueles bicho, as broca. Dá na fruta, ali, apodrece tudo e não dá. E a turma da cidade não querem saber, querem ver a fruta bonita. E eles não importam se tá usando veneno ou não tá, eles querem saber da fruta. E a gente come ali e sabe que se é uma fruta que não tem veneno é bem melhor. E produzi que nem eu falei?<sup>200</sup>

A narrativa, que destaca pontos da ajuda mútua desenvolvida entre os assentados, aspecto esse bastante difundido como base para a adoção da agricultura familiar e para a agroecologia, articula ações de seu Antônio a uma dinâmica atrelada ao mercado, uma vez que, para esse agricultor, o cultivo tem de se dar em grandes quantidades e voltado para a venda. Sua fala explicita uma preocupação de garantir a saída do produto, pois “a turma da cidade não querem saber, querem ver fruta bonita”. Nesse sentido, este aspecto é usado como legitimação ao uso de agrotóxico. O próprio agricultor fecha esta sentença, assumindo que consumir um produto sem veneno seria melhor, entretanto tal produção encontra-se imersa em dificuldades bem maiores.

Tendo por intuito a substituição dessa mentalidade no interior dos assentamentos, o ITEPA vem desenvolvendo uma série de práticas juntos aos assentados para demonstrar a viabilidade da produção voltada para a agroecologia. Estimula ações como a “adubação verde”, o piqueteamento das áreas de produção, a rotação de culturas, a diversificação da produção e a otimização dos espaços da propriedade.

Se, por um lado, alguns trabalhadores optam por permanecer no plantio convencional, por outro, seguindo pelo caminho da diversidade, o agricultor Zenildo narra as conquistas que vem obtendo a partir da implantação do modelo de agroecologia em sua propriedade:

Até pouco tempo um dos alimentos que ainda tirava, hoje parei, mas quero voltar, é a farinha. Busco no mercado o sal, um macarrão volta e meia, porque a gente tem o caseiro também. Daí faz em casa. Mas, enfim, isso são poucas coisas. Porque você tem ovos, tem a carne, tanto bovina quanto suína, e aves, isso tem bastante aqui. Você tem o leite que eu falei. O queijo nós fazemos aqui. Você tem verduras, mandioca, batata doce, frutas... enfim, outras coisas mais pra complementação, que é o sal, a própria farinha de vez em quando, quando a gente não produz o trigo e deposita no moinho. E outras coisinhas quando você vai fazer uma coisa diferentzinha, mas o básico mesmo nós temos aqui. Hoje, dentro do assentamento, falando de mim mesmo, se eu tiver que comprar um saco de sal, pode ter certeza que eu não passo fome, porque o resto das coisas

---

<sup>200</sup> GONÇALVES, Antônio Plaza. Entrevista Citada.

tem a complementação aqui dentro. Tendo um saco de sal, você já não passa fome, você tem diversificação.<sup>201</sup>

A fala de Zenildo apresenta os resultados positivos os quais o MST caracteriza ao fazer a defesa da agroecologia. Ao narrar sua condição de vida e seu sustento como fruto de seu trabalho na terra, Zenildo nos revela os pontos favoráveis de optar pela lógica avessa ao agronegócio. Ao optar pela produção orgânica, o trabalhador, para além do consumo próprio, não apenas se autonomiza em relação às grandes empresas multinacionais do ramo de sementes e herbicidas, como também em relação a necessidade da aquisição de produtos e alimentos industrializados. É o caso do seu Ademar, que afirma praticamente não precisar ir ao mercado e quando vai compra “*pouca coisa, mais é o que a gente não consegue mesmo produzir, que nem sal, essas coisas, açúcar, essas coisas tem que comprar, mas carne, coisarada a gente produz em casa.*” A produção orgânica, nesses casos, não apenas garante o sustento da família como também gera excedentes que são revendidos para fora:

A gente consegue vender um pouco de milho que sobra. A gente consegue vender um feijãozinho também, muito pouco, mas o feijão a gente planta mais pro consumo da casa. Mas, a gente vende um porquinho de vez em quando, leite. Mas, o que mais vende, o que mais sai da propriedade é a mandioca, mandioca também produz bem.<sup>202</sup>

Experiências como essas são expressões do modelo de luta no qual o MST vem procurando se pautar. Nestes termos, nos é possível chegar a conclusões bastante próximas às que E. P. Thompson explicitou em “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”, quando procura demonstrar, além do movimento constante, complexo, contraditório e inacabado da formação da classe operária, que a luta de classes não se dá somente no enfrentamento direto, mas também em lutas cotidianas e na mudança de hábitos e nas relações culturais.

Nesse sentido, se por um lado as forças do capitalismo estabeleceram relações que desagregaram e continuam a desagregar relações familiares, de produção, sentimentos de pertencimento à terra, relações de vizinhança e solidariedade, entre outros, a proposta da agricultura orgânica e familiar oferece um contraponto que resiste a aquele processo, fixando o homem no campo. Esta

---

<sup>201</sup> ZENILDO. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>202</sup> SAQUES, Ademar. Entrevista citada.

agricultura opera de modo a lhe criar condições de vida e trabalho, em grande parte autônomas, além de promover práticas de enfrentamento que atuam em outros campos, para além da ocupação de terras, como forma de combater à lógica do capital.

No sentido acima exposto, o estudante de agroecologia e filho de assentado da fazenda Antonio Companheiro Tavares, Reginaldo, observa que o trabalho da agroecologia tem por objetivo garantir a

continuidade do trabalho e manutenção da categoria camponesa no campo, como uma forma de organização. Porque vendo a forma como que está organizada a nossa sociedade capitalista, excluindo muitas vezes os camponeses do campo e a agricultura familiar se extinguindo, a gente tomou como base a agroecologia<sup>203</sup>.

E nessa perspectiva, num primeiro momento, procurando garantir a sobrevivência do homem no campo, não obstante a luta mais ampla, contra as grandes empresas e latifúndios que proletarizam e excluem os homens e mulheres da terra, gerando miséria e mortes, é que o MST passa a organizar sua luta em favor do meio ambiente, procurando desenvolver relações orientadas pela agroecologia. Para tal, faz-se necessário um amplo trabalho de conscientização dos trabalhadores acerca da preservação da água e do solo, bem como da utilização correta de muitos artificios que, além de serem ecologicamente corretos, barateiam a produção. Assim, o ITEPA, não apenas desenvolve pesquisas em agroecologia, mas também atua na formação dos trabalhadores rurais:

Esse trabalho, que é um trabalho, como educador daqui, essa é uma das intenções desse trabalho. Então, trabalhar a agroecologia num agroecossistema de qualquer produtor e nós tentamos pegar essas pessoas que realmente tão enterradas ou, talvez, algumas que tem um pé nessa condição<sup>204</sup>.

As reuniões, realizadas com os grupos de assentados, e as visitas às propriedades visam esclarecer o agricultor quanto aos perigos do uso de venenos, maquinário pesado, bem como questões políticas que conduziram a este cenário. A partir dessa diretriz, Leandro esclarece que nesses encontros com as famílias,

É sempre discutido, principalmente, não um enfoque único, não existe um assunto único, porque nada está desligado nesse nosso

---

<sup>203</sup> REGINALDO. Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>204</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

mundão... Se for na área de agricultura, são discutidos os problemas que nós temos no campo. Quais os problemas que nós temos hoje no campo. Em alguns casos é feito um resgate de como era antes, como que tá hoje, como que pode ser depois, qual as nossas possibilidades de mudança, que objetivo que nós temos com a nossa agricultura, e tal<sup>205</sup>.

Muitas dessas ações vêm obtendo ampla aceitação entre várias famílias de assentados. Conforme Leandro assevera, o “voltar a fazer como era antes”, em muitos casos é um fator que facilita o trabalho devido à identidade que muitos trabalhadores possuem com vários elementos da proposta orgânica, principalmente entre as famílias mais velhas e que possuem uma trajetória de vida ligada à terra. Sobre as reuniões e encontros promovidos, seu Valdemar faz considerações em defesa do trabalho que vem sendo feito:

Eu acho que o que eles teriam que fazer tá fazendo... eu, com uma reunião, já vi que chega. Aí fui na segunda porque eu gostei. Tive lá palestra, e tal. Então, eu achei que a mudança estava na hora. Eu tinha a idéia sempre de mudar antes, mas o problema é que muitas pessoas ficam ali me jogando veneno na cara. Comentamos até com o INCRA, quando tivemos medindo os lotes, eu fui com eles. Nós falamos sobre agricultura orgânica. Ele falou aqui não vinga... Motivo: primeiro lugar, os lotes são pequenos. Você trabalha na agricultura orgânica, tu tem que te proteger do veneno, teu vizinho não pode passar veneno. Aí ele passa veneno, você vai ter que plantar árvores, aí, logo, tu vai perder teu lote tomado em árvore. Não tem como. Tem que cada um se conscientizar pra chegar num ponto desses. Era isso que a gente tava comentando e tal. Tem que se concentrar do que está fazendo, porque eu acho que trabalha com veneno é trabalhar dentro do erro e o cara que continuar... Tudo o que eu puder mexer sem veneno, que nem pastagens, não boto veneno de jeito nenhum. Os animais tão tudo comendo... então tem lugar que não pode entrar veneno.<sup>206</sup>

Na percepção de seu Valdemar, os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes do ITEPA caminham no sentido correto. Entretanto, sua narrativa se constrói a partir de elementos de quem reivindica seu lugar na História, como quem adere e participa ativamente das decisões e manifesta a consciência de seu papel na sociedade e na questão da agroecologia. As falas de seu Valdemar sempre parecem buscar enfatizar sua participação ativa no processo, recorrendo a conversas e participações com instituições que legitimam sua conduta. Talvez, por encontrar algumas críticas entre os vizinhos mais próximos, cuja maioria planta soja e utiliza venenos. O ato de narrar a própria experiência se transforma, assim, num ato de

---

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> SPIEKER. Valdemar Antoninho. Entrevista citada.

reivindicar para si parte da memória que se tece ao longo do processo, como quando o trabalhador conta com orgulho da sua participação como convidado especial da Itaipu, no encontro “Cultivando Água Boa”:

Eu, por exemplo, tive o encontro Cultivando Água Boa, na Itaipu... Fui convidado especial pelos cara da Itaipu, fui lá e, hotel, tudo livre... Participei de tudo. Apesar que eu nunca fui a favor do veneno. Mas, sabe, tu tá no meio de 70, tu vai fazer o que se ficam te jogando veneno na cara? Daí tivemos uma porção de coisa. Não sei dos outros se mudaram muito, eu, pelo menos, tive vontade de mudar. Nós temos que conservar a natureza, cuidar da água. Tudo faz parte. Natureza é nós tudo. Não existe... desde uma abelha, os pássaros... eu sou a favor da agroecologia...<sup>207</sup>

Importa destacar, na fala acima, o modo como seu Valdemar narrou a sua participação no processo. Como ele mesmo formulou a sua consciência da necessidade e da gravidade da questão ambiental, em detrimento daqueles que “ficam te jogando veneno na cara”. As falas deste depoente mostram um outro lado do papel que a agroecologia desempenhou em sua vida. Portador de uma trajetória de vida de exclusão e privações, a luta pela terra e opção pelo cultivo ecologicamente correto, lhe possibilitaram um reconhecimento que coroa seus esforços, por outras vias, talvez nunca tivesse conseguido, sendo encarado como a premiação por ter feito as escolhas certas.

As falas deste trabalhador são bastante profundas e abarcam vários elementos que devem ser problematizados. Suas memórias expõem diversas concepções pessoais, bem como inúmeros momentos nos quais sua visão se assemelha aos referenciais do MST:

Nós, na época de criança, trabalhava em casa, certo, não usava veneno pra nada. Uma que não precisava usar veneno pra nada, bicho nenhum atacava. Parece que bicho começou a vir depois. Na verdade... tinha a roça, tinha o mato, todo mundo entrava roçando mato e derrubando, roça queimada, terra nova, vai arrancando toco, vai lavrando. O pior foi, acho, quando entrou de estoque e foram avançando, tirando capoeira, tirando tudo. Pra mim, foi ali que não teve, daí usou de veneno, maquinário... vamos produzir bastante. E, na verdade, não. Sempre deixou muito a desejar, pra frente. E, hoje, o povo tão aí, atolado no veneno. Eu, pra mim, não é riqueza pra mim. Dizer vou fazer tal e tal... Quero ter vida. Quanto melhor tiver a natureza melhor pra mim.<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> idem.

<sup>208</sup> Idem.

Ao desenrolar os fios da memória, merece muita atenção a maneira como seu Valdemar assumiu as rédeas da narrativa para procurar explicitar, e mesmo legitimar, a necessidade da postura assumida por ele. A narrativa, aqui permeada por situações do presente, além de localizar as tensões que se apresentam no campo das dificuldades de implantação da agroecologia no assentamento, o trabalhador mais uma vez se coloca como agente ativo no processo. A representação aqui construída vai ao encontro das discussões e críticas tecidas pelo Movimento, no que tangencia os motivos que levam à degradação ambiental: “usar veneno pra nada”, “roça queimada”, a entronização de novas tecnologias e elementos que facilitam o trabalho, como por exemplo “entrar de estoque” e tirar a capoeira, o uso de maquinário, entre outros.

Entretanto, seria simplista visualizar a fala de seu Valdemar como mera representação de valores que buscam ser suplantados pela direção do MST junto aos trabalhadores. O trabalhador, filho de pequenos agricultores e que passou a vida inteira no campo, criou-se e viveu os processos acima relatados. Como o próprio ato de narrar-se de seu Valdemar nos demonstra, ele aprendeu desde criança a cultivar o solo de maneira saudável, sem usar veneno e outros produtos sintéticos. Assim como seu Valdemar, os modos de vida e os elementos culturais, próprios dos camponeses referendam várias outras narrativas e práticas desenvolvidas no assentamento. Ao rememorar experiências passadas, o agricultor expressa bem esse amálgama entre vida, terra e trabalho, do modo de vida camponês - a terra é sinônimo de vida e viver bem consiste em estar na terra: *“Quero ter vida. Quanto melhor tiver a natureza melhor pra mim”*.

Embora as falas dos trabalhadores mencionem a atuação efetiva do ITEPA na orientação de práticas que conduzam à melhoria das condições de vida, através do cultivo agroecologicamente correto, não podemos incorrer na visão simplificadora de caracterizar as ações do ITEPA como homogêneas e harmônicas no perímetro do assentamento. Uma vez que as representações sociais construídas pelos agentes de agroecologia nem sempre têm a aceitação dos assentados, muitos desenvolvendo até mesmo uma visão através da qual o Instituto não lhes altera em nada a situação vivida, como para o agricultor que assevera: *“Olha, o Itepa, ali eu acho, leva mais pro lado deles e pronto. Pra nós aqui...(silêncio)”*<sup>209</sup>.

---

<sup>209</sup> Entrevista realizada em 13 de maio de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel, na qual o trabalhador optou por não identificar-se.

Embora muitas ações, desencadeadas a partir das propostas gestadas nos cursos do ITEPA, tenham visualização clara no Assentamento, para muitos as atividades desenvolvidas não contribuem muito, postulando uma certa separação entre ITEPA e assentados, como se observa no relato:

Pra nós o Itepa não refresca. Nós somos mais separados, o assentamento e o Itepa. Eles fazem os estudos deles lá, eles tem a área pra eles conduzir ali, que eles tem uma área pra tocar ali. Mas é bem diferente já do nosso, falei. Bem diferente nosso jeito de cultivar uma lavoura. Daí não vamos. Se nós depender disso aí e der uma zebra na lavoura, nós passa fome, porque até agora não veio recurso nenhum... o que precisa mesmo é o recurso. Veio o recurso da casa.<sup>210</sup>

A presença de diversos sujeitos, com múltiplas e desencontradas trajetórias de vida, coloca-nos aqui diante de uma contradição: até que ponto a ampliação da noção de camponês, defendida por Stédile<sup>211</sup>, realmente consegue efetivar o projeto do MST de agricultura camponesa? Uma vez que a defesa da agricultura orgânica e familiar, que se faz bandeira atual de luta do movimento se pauta na afirmação de que o próprio trabalhador carrega consigo as noções necessárias para o cultivo orgânico, como fica explícito na fala do estudante de agroecologia Leandro:

é isso que nós estamos tentando fazer, hoje, principalmente, neste curso. É resgatar esse conhecimento que tem. Não é ir lá e nós sermos o sabe tudo, porque estudou, ir lá ensinar pra eles. Esse nosso trabalho é um diálogo, é uma conversa, sabe, as vezes nós aprendemos muito mais com eles do que uma semana, um mês, um ano aqui de aula, porque eles sabem, ... não tem incentivo do governo, não tem incentivo da região, nada<sup>212</sup>.

O depoimento caracteriza o assentado como portador de um “saber fazer” próprio de sua condição. Os princípios da produção orgânica são aqui representados como inerentes a muitos trabalhadores, como algo próprio da cultura camponesa, conflitando assim com a noção defendida por Stédile, uma vez que nem todos os novos camponeses terão essa leitura necessária para promover um resgate de práticas que se voltam para o cultivo familiar, fazendo-se necessário, assim, um amplo projeto de educação ambiental entre os trabalhadores sem terra.

---

<sup>210</sup> GONÇALVES, Antônio Plaza. Entrevista citada.

<sup>211</sup> Ver nota 174.

<sup>212</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

Entretanto, também devemos observar que nem todos os trabalhadores se encontram receptivos a esta proposta, bem como não têm clareza em relação do que realmente se trata o modelo agroecológico ou, ainda, nutrem certa desconfiança no tocante às propostas econômicas apresentadas pela direção. Quando perguntado a um trabalhador se ele concorda que o modelo agroecológico é uma proposta interessante para os assentados, ele responde:

Não. Não porque eles só trocaram o nome. Por exemplo, vamos falar no sistema cooperativismo. Que é mais ou menos o primeiro. Se formava o coletivo, não, associação. Depois veio o coletivo. Depois veio o coopera... eu não sei falar. Tudo a mesma coisa e já trocou quatro nome, cinco nome. Eu dei um grito numa reunião, aí: 'Só troca o nome e a coisa continua de mal a pior'. Não precisa ficar trocando o nome, é fazer e acontecer aquilo que é... Então, não sei bem se é isso que tu pergunto...<sup>213</sup>

De uma maneira muito direta e franca, como que um desabafo construído em uma resposta àquilo que não era o foco central da pergunta, o trabalhador relata algumas de suas angústias em relação ao movimento. Sua memória do processo de organização social da produção, nesse caso, expõe o mesmo como local de tensões e imposições, onde as relações apreendidas são representadas a partir de uma relação conflituosa entre assentados e direção. Outros depoimentos diagnosticam uma certa relação de desconfiança e aqueles que seriam portadores de uma condição privilegiada, logo para estes a mudança para o sistema agroecológico não acarretaria prejuízo algum:

É por isso que eu digo, eles acho que tão ganhando o salário deles, da direção. Agora nós, nós não. Pra eles tanto faz se colher ou não colher, eles tem da onde sobreviver, mas nós, não tem jeito. Se der uma zebra numa safra, nós passa fome. Se tivesse algum recurso que viesse, alguma coisa. O "X" faz tempo que não vejo, depois que deu aqueles problemas nele<sup>214</sup>.

No pequeno trecho de sua entrevista, este agricultor procurou validar sua opção pela permanência no modelo de agricultura convencional, alegando um suposto beneficiamento de algumas lideranças, que não teriam nada a perder caso desse "zebra numa safra", uma vez que as mesmas não têm sua sobrevivência ligadas única e exclusivamente à terra, por receberem salários da direção do

---

<sup>213</sup> Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel, na qual o trabalhador optou por não identificar-se.

<sup>214</sup> Por razões de preservação da identidade do depoente e da liderança citada em seu relato, optamos por não identificá-los, apenas substituindo nome citado pela alcunha "X".

Movimento. A seleção desse fato pelo depoente nos suscitou a dúvida sobre a procedência ou não desta informação. O confronto da insinuação acima com uma pergunta direcionada a outro agricultor, se o sr. “X” teria alguma ajuda para investir na sua produção orgânica, conduz a reflexões bastante próximas a esta: *“É, ele acho que tem bastante. Ele faz projeto e... sei lá também. Não falam pra gente. Eu acho que vem uns troco pra ele. Que nem pra investir naquele predinho ali. Eu já nem desço muito ali, porque não gosto de andar...”*<sup>215</sup>.

Esta abordagem demonstra que muitos assentados não conseguem elaborar uma separação nítida do ITEPA e de seus dirigentes, como se os estudos e implementos ali desenvolvidos se circunscrevessem a um determinado grupo. O próprio agricultor explicita nesta fala uma certa “separação”, uma vez que “já nem desce muito ali”. O cotejamento destas falas com a de algumas lideranças possibilitou-nos a percepção de que existem alguns favorecimentos, como na expressão que segue:

teve um período que outros companheiros vieram pra cá ajudar. Então tava acampado, daí teve um período de quase um ano, a gente ficou, praticamente, só eu e minha companheira. A gente tinha um pouco de dificuldade de tá militando. Então, por exemplo, tinha que tratar dos animais, tirar o leite primeiro, tinha que depois tratar os animais. Daí você saía pra militar e chegava atrasado na reunião, então tu acaba tendo constrangimento, não consegue fazer nem uma coisa nem outra. Não cuida bem do lote. Uns vinte, trinta dias veio um outro rapaz, acampado, que veio contribuir aí. Tá contribuindo, voluntário. A gente tá ajudando ele nessa questão mais de alimentação, higiene, coisarada. Então, o que tem aqui é pra ele também. O que produz aqui é dele também e nesse sentido dá mais liberdade pra gente sair. Então a gente consegue avançar mais na militância<sup>216</sup>.

Nesta entrevista, Gilberto faz menção a uma prática não muito comum nos assentamentos, a convocação de um acampado para cultivar suas terras durante os dias e semanas que permanece envolvido com seu trabalho de militante. Em outros momentos de sua fala, Gilberto dá entender que recebe salário da direção do Movimento, justamente pelo motivo de não conseguir tempo para se dedicar ao cultivo do seu lote. Verificamos a partir desta amálgama que muitas das críticas e desconfianças de trabalhadores se assentam sobre esta questão, pois embora optem pela agroecologia, em caso de uma frustração com a produção, estas

---

<sup>215</sup> GONÇALVES, Antonio Plaza. Entrevista citada.

<sup>216</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista citada.

lideranças teriam uma complementação econômica advinda dos “salários” que recebem.

Em torno dessas conflituosidades, têm-se outras imagens de fundo que demonstram um certo despreparo dos trabalhadores a ser superado em relação à manutenção e preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, o estudante de agroecologia Luiz Ozório, o “Boi”, menciona como se procurou lidar com um caso onde se evidenciou a derrubada da mata ciliar<sup>217</sup> de uma nascente por um assentado:

A questão de nascentes tem área permanente. A recomendação que muitos fazem pra ver se consegue voltar. Porque, muitos lugares, detonaram a nascente, a fonte velha, não limpa. Daí eles pedem pra que a gente chegue conversar com assentado, que definição ele tomou e derrubou a mata ali. Que foi que aconteceu. Pra ver se ele em si se torna a pensar o que ele fez. E, assim, derrubando a mata da nascente dá pra acabar com ela, seca, muitas vezes seca. Daí tem umas recomendações, assim, se for uma área muito devastada plantar árvores nativas e se for um espaço grande uma bananeira também é muito bom.<sup>218</sup>

Em torno dessas qualificações diferenciadas de ações que promovem a preservação ambiental e outras que caminham em direção contrária, embora apareça nas falas e nas ações de muitos agricultores a preocupação com a agroecologia e a preservação do solo, a resistência de muitos a mudança devido à insegurança ainda é grande. Do mesmo modo, em função da área inicialmente ser praticamente toda voltada para a agricultura convencional, o trabalho de esclarecimento dos agricultores se torna bastante tortuoso, como aparece na descrição de Luiz Ozório Ripper Bueno:

Eu acho que logo que é conquistado é melhor. Porque daí o povo vai pegar esse rumo. Você pega um assentamento velho que nem esse aqui, a Fazenda Antônio Tavares, você vai começar, os caras já tão todos totalmente voltado pro convencional. Até tu chegar e tentar convencer uma pessoa não é fácil. Eu acho que num assentamento, a terra recém conquistada já é melhor, porque aí pega um rumo, já vai implantar ali, já vai seguir.<sup>219</sup>

Alguns valores combatidos pelo MST em sua proposta agroecológica aparecem bastante enraizados nas práticas produtivas dos assentados, dificultando

---

<sup>217</sup> A mata ciliar é uma área de preservação permanente que, segundo o Código Florestal (Lei 4.771/65), deve ser mantida intocada, e uma vez sofrendo qualquer tipo de dano ou degradação deve ser recuperada imediatamente, sob pena de multas progressivas frente aos danos causados.

<sup>218</sup> BUENO, Luiz Ozório Ripper. Entrevista citada.

<sup>219</sup> Idem.

ainda mais o trabalho de implantação do modelo agroecológico. O uso de adubos químicos e de venenos sintéticos, aliados ao monocultivo é persistente e aparece como uma característica natural nas colocações de muitos agricultores. Uma vez estabelecidos em uma prática que lhe proporciona a renda necessária para o sustento de sua família, sendo que muitas vezes o trabalhador experimenta uma situação nova frente à posse de sua terra, a de ser o “senhor de seu destino”, operando escolhas que segundo ele conduzem à sua manutenção junto à terra. Nesse sentido, o medo do novo conduz muitos assentados a optarem pela permanência no modelo do qual já dominam as várias etapas do processo produtivo e, embora nem sempre obtenham os resultados esperados, têm o controle sobre a situação vivida.

Sob este prisma, muitos trabalhadores elaboram suas representações acerca do tipo de produção que desenvolvem, criando elementos que justifiquem suas escolhas e permanências no modelo convencional, bem como o uso de produtos químicos em sua propriedade. Como o sr. Antonio, que em oposição às falas dos companheiros que criticam o uso de veneno, pontua que: *“Nem é tanto. Parece que de primeiro ia mais veneno. Usa um veneno pro inseto e pro inço um pouquinho. Até esse ano eu passei acho que uma vez só. Minha terra já é meio, bem baqueada já”*. Embora se diga esclarecido dos males causados pelo uso destes produtos químicos, o agricultor se justifica de modo a projetar nos outros parte de sua opção: *“Claro. A gente concorda que faz mal. Mas se fosse só nós aqui dentro, mas isso aí é o mundo inteiro que produz isso aí. Se fosse só a questão de nós aqui a gente dava um jeito”*<sup>220</sup>.

Ao longo das visitas no assentamento, uma, em especial, chamou a atenção para a rejeição em relação às propostas da agricultura orgânica. Durante o Seminário de Avaliação, Divulgação de Dados e Estratégias de Continuação do Projeto em Agroecologia, de 29 de março a 01 de abril de 2007, quando o Conferencista Paulo Mayer, de uma ONG relacionada à produção orgânica, de Curitiba, solicitou aos cerca de 400 participantes que levantasse a mão quem era assentado na fazenda Antonio Tavares, poucos braços se viram estendidos, cerca de 3 ou 4. Sobre o episódio, a liderança Jair Costa Silva, justifica que:

Sempre tem aquele elemento que santo de casa não faz milagre. Então houve pouca participação mesmo do assentamento, aqui, internamente, porque tem ainda essa desconfiança da Agroecologia de como tá sendo implementado. As famílias estão encarando o

---

<sup>220</sup> GONÇALVES, Antonio Piazza. Entrevista citada.

processo de forma mais lenta. Nem todos tão no mesmo impulso. Então, por isso, pessoas de fora, que tão praticando nos acampamentos e nos assentamentos, é que foi quem deu maior núcleo de pessoas. Internamente teve um desfalque desse assentamento, por esses motivos. Como era uma área totalmente voltada antes a agroquímica, que usava muito, muitas famílias vem dessa vertente ainda, de tá passando veneno ou usando adubo químico. Então dentro do área, poucas pessoas tão se desafiando nesse processo de transição pra Agroecologia. Muitos estão nessa transição e nem sabem, porque na medida do possível que tu passa propriedade a investir no leite, é uma forma de tá trabalhando a Agroecologia, porque já diminui o uso de veneno, diminui o uso de agrotóxico. Essa é uma forma como a gente tá fazendo aqui dentro do assentamento, incentivando no gado leiteiro, pra dar suporte pra todas as necessidades básicas das famílias. Mas, ainda, há uma aparência muito grande, mas vamos trabalhando aí dentro dos núcleos e os próprios técnicos pra dar essa volta por cima, pra todas as famílias ter esse entendimento da Agroecologia<sup>221</sup>.

A leitura dos documentos do MST, que tematizam a produção agroecológica nos assentamentos rurais, nos apresentam um conjunto de representações, valores e objetivos políticos da luta pela terra e de elementos que denotam outros mecanismos de cooperação que se manifestam no cotidiano dos assentamentos. Assim, o cotejamento desta documentação com os vários depoimentos analisados possibilitou-nos apreender as mais diferentes experiências e reações dos trabalhadores frente às propostas da direção do Movimento. Nesse caso, é preciso considerar que embora as falas iniciais das lideranças e os documentos do MST apresentem a agroecologia como uma proposta acabada, a mesma vem se desenhando paulatinamente dentro do fazer-se do Movimento, por meio de conflitos, tensões, continuidades e permanências e inerentes ao processo.

Percebendo essas dificuldades, principalmente no que concerne às resistências de alguns agricultores em permanecerem com suas produções voltadas à produção para o mercado, a direção do Movimento tem uma grande preocupação em conduzir ações que comprovem a eficiência do sistema agroecológico. Para tanto, em fins de 2001, promoveu a permuta entre uma família de assentados que possuía parentes no Sudoeste do Estado, pelo Sr. Alfredo, que tivera experiências bem sucedidas, trabalhando dentro da agroecologia. Ele assim descreve sua atividade:

Dentro desse coletivo de 10 famílias, fazia parte e aí a gente começou a defender e a trabalhar essa questão do orgânico, pra agroecologia. Então começou a se trabalhar bem e as famílias se

---

<sup>221</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

saíram bem, e o Movimento também ficou sabendo, porque a gente teve um companheiro que era da direção estadual, e conversa com a coordenação, e eles ficaram sabendo que a gente tinha essa habilidade de tá contribuindo aqui em São Miguel do Iguaçu, no Itepa. A gente tá aí hoje há 5 anos e meio, trabalhando pra tentar mudar o pensamento do povo, pra parar de usar agrotóxico.<sup>222</sup>

A preocupação da coordenação do movimento, ao realizar tal permuta, se deve ao fato de boa parte dos assentados ainda não aderirem total ou parcialmente à Agroecologia. As vozes discordantes ao sistema são latentes e facilmente visualizadas numa caminhada pelos lotes. Embora as lideranças digam que *“aqui dentro se vê ter em torno de uns trinta, quarenta por cento, que vão, na monocultura, então ainda tem essa resistência”*<sup>223</sup>, as conversas com os assentados e um panorama do local, nos levam a acreditar que atualmente esses números possam beirar a casa dos setenta por cento.

Na análise até aqui empreendida, procurou-se tomar o cotidiano não de modo estável e homogêneo, mas enquanto dinâmico e portador de um fazer político da categoria. Nesse sentido, as relações sociais e de trabalho, as representações, bem como os conflitos e tensões devem ser situados no lugar material que lhes corresponde, como forma de podermos evidenciar como estas várias esferas encontram-se perpassadas por dinâmicas próprias do capitalismo, mas que ao mesmo tempo reproduzem valores de uma “cultura camponesa”.

Assim, as práticas e representações socialmente construídas pelos camponeses devem ser compreendidas como estruturadas e estruturantes, à medida que se constroem a partir do vivido. Deste modo, os sujeitos não são vistos como meros atores, mas como protagonistas de sua própria história, reinventado seu mundo a partir de múltiplos referenciais que são formulados a partir de suas experiências.

A partir dessa dimensão, percebe-se que as representações socialmente compartilhadas pelos assentados acerca dessas experiências em agroecologia e dos valores da vida cotidiana constituem um terreno bastante fértil para compreensão dos significados que os mesmos atribuem às suas práticas. Desse modo, pode-se depreender que muitas das ações desencadeadas no assentamento e que se voltam para a

---

<sup>222</sup> ALFREDO. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>223</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista citada.

agroecologia partem de elementos que surgiram dentro do próprio modo de vida camponês. Segundo o relato das experiências do seu Alfredo, os arranjos de plantas cooperadas que desenvolve no assentamento foram aprendidos na prática e dentro da vivência familiar:

A gente conseguiu fazendo mais na prática mesmo. Porque a gente teve mais uns cursos aprendendo um pouco mais. E sempre a vivência familiar. Desde criança, em casa, sempre fez assim e deu certo. A gente vai aprendendo com a vida. A vida ensina a gente. Por isso que a gente diz que não é só a sala de aula que você vai ter o conhecimento, você fazendo na prática e analisando e fazendo<sup>224</sup>.

Seguindo neste mesmo pensamento, o estudante de agroecologia, após desenvolver vários projetos entre as famílias de assentados, percebeu que muitas técnicas de cultivo difundidas na agroecologia já permeiam há tempos o cotidiano de muitos agricultores:

E aí eles sabem quando que deve ser cortado uma madeira, quando que deve ser armazenado um milho pra num pega caruncho, eles sabem que plantando milho com feijão ele vem mais bem do que o feijão sozinho. Eles sabem de tudo isso, só que no dia-a-dia<sup>225</sup>.

Em conformidade com a narrativa acima, as proposições do MST objetivam retornar à terra e resgatar o sentido de coletividade e solidariedade nos assentamentos, bem como os modos da produção orgânica. Ao dominar essas etapas da produção, o trabalhador rural conquista sua autonomia em relação ao mercado de sementes e herbicidas, constituindo uma classe de trabalhadores que, tendo domínio sobre seus meios de produção, cultiva a terra com base no trabalho familiar. Resgatar práticas que se remetem a elementos de natureza e conhecimento camponês que, embora não detenha os conhecimentos técnicos sobre os cultivos, possui uma rede de conhecimentos agregados por meio da empiria, ou seja, da observação e da vivência, como aparece na fala do seu Ademar:

A própria mandioca. A rama da mandioca a gente tá plantando mais, tinha adubação de um pedaço que tinha mandioca e lá eu tinha mucuna. Tinha nabo forageiro, então a gente plantou a mandioca nesse pedaço, sem se preocupar com o veneno(...) Já vinha desde o tempo que morava com o meu pai, aonde a gente morava, um pedaço era muito dobrado, era só a base da enxada, boi

---

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

ou arado. Então, desde lá a gente já vinha, com os pais da gente. A gente tá tentando melhorar, pra ter a comida, pra ter uma alimentação mais saudável. Desde a horta, desde o porquinho que a gente tem é quase sem ração, sem nada assim.<sup>226</sup>

A proposta da agricultura familiar e orgânica dentro do MST, não se baseia apenas em alterar os princípios e os modos de cultivo, promovendo uma agricultura ecologicamente correta. A proposta é mais ampla e visa à retomada de uma série de elementos que perpassam a economia e a cultura do camponês, representada por vários pesquisadores<sup>227</sup> do Movimento como voltada para a produção e consumo, moradia e trabalho familiar, principalmente as relações de trabalho e a forma de produção na unidade familiar, bem como ancorada em relações de solidariedade e reciprocidades horizontais.

A construção dessas representações é observada em meio ao modo de vida e nas entrevistas dos agricultores não como algo descolado da realidade, mas que se constrói em meio ao vivido, que se tece em meio a uma rede de situações cotidianamente experimentadas e interpretadas pelos sujeitos, sendo, portanto, historicamente constituídas. Assim, podemos observar que as representações, constitutivas do imaginário da luta pela terra, são elaboradas em meio ao vivido, ao ato de experimentar situações em diversos processos engendrados na sociedade pelos mais diferenciados atores sociais e trajetórias particulares a cada um. Essa compreensão de como as representações são produzidas, não permite que se incorra em um modelo reducionista, que vislumbra as representações como algo que se configura para além das relações vividas:

(...) entre as representações umas são engendradas pelas relações e pelo modo de produção e se põem a serviço de ambos, elaborando-se em ideologia e cientificidade. Outras vêm de mais longe, do mais profundo, de sociedades anteriores, de mitologias, de religiões. Bastante modificadas, tendo perdido na aurora dos tempos modernos o caráter profundo dos arquétipos simbólicos ao se

---

<sup>226</sup> SAQUES, Ademar. Entrevista entrevista citada.

<sup>227</sup> Para MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*. Op. cit., o camponês não deve ser compreendido apenas a partir do seu sistema econômico, voltado para a produção e consumo, bem como para a produção centrada em torno do trabalho familiar, mas também a partir de uma série de elementos de cunho cultural e político que fraturem com a imagem do camponês passivo frente ao mundo. Já para CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, os laços de sociabilidade entre os camponeses são fruto dos sentimentos de pertencimento e da necessidade de ajuda mútua. Nesse sentido, desenvolvem práticas de vizinhança e solidariedade próprias. Outra visão importante é a de DUARTE, Hélio G. *Do mutirão à ocupação ...* op. Cit. Este autor apresenta o campesinato enquanto uma classe constituída por trabalhadores que baseiam sua produção no trabalho familiar, bem como estabelecem vínculos com o mercado e sem deixar de levar uma vida ligada ao meio rural.

tornarem representações, servem para dissimular, simulando outra coisa. Estão em todas as mentes<sup>228</sup>.

Tal afirmação pode ser constatada numa análise das diversas formas de solidariedade e resistência desenvolvida nos assentamentos, nas quais diferentes formas de reciprocidades horizontais, próprias do modo de vida do campesinato, são desenvolvidas, estabelecendo redes de sociabilidade entre os agricultores, suas famílias, sua vizinhança e outras.

Tradições como a troca de dias de serviço, em que uma família auxilia a outra na execução de tarefas que exigem um maior contingente de trabalhadores, como a colheita, por exemplo, se apresentam como um bom exemplo da situação acima observada. A dívida de um indivíduo ou de uma família para com a outra, nesses casos, não envolve relações contratuais, mas sim uma dívida moral, algumas vezes estabelecida simbólica ou verbalmente.

O agricultor Rudi, comenta outra prática tecida entre os assentados, a roça comunitária:

A gente plantou tudo junto, separamos e dividimos tudo bonitinho. Todo mundo trabalhou igual e depois da colheita a gente dividiu tudo certinho entre nossas famílias<sup>229</sup>.

Então sobre o que nós tava falando, sobre animais, sobre viver aqui em cima. Eu, desde que moro aqui, desde 99 que viemos pra cima do lote, eu nunca comprei um quilo de carne. Ontem mesmo inclusive matamos um boi de 205kg, daí emprestamos carne um pro outro. Sempre tem carne dum pro outro aqui, durante o ano. O que nós puder dividir um com o outro, dividimos sempre. Então é uma vida diferente. Porque a carne que vamos comprar lá não sabemos o que estamos comendo, mas essa aqui nós sabemos. Pode comer a vontade que é bom.<sup>230</sup>

O mutirão, as festas em torno da colheita e outras formas associativas e cooperativas de trabalho, a troca de alimentos, as compras conjuntas, a troca de sementes, a economia camponesa, são elementos muito presentes no cotidiano dos assentados. Ou seja, existe uma rede solidariedade nas atividades produtivas, no atendimento de necessidades específicas, como as alimentares e vestuário.

---

<sup>228</sup> MARTINS, José de Souza (et. al.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. Hucitec: São Paulo, 1996.

<sup>229</sup> RUDI. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

<sup>230</sup> SPIEKER. Valdemar Antoninho. Entrevista citada.

Evidenciamos, na análise dos depoimentos dos assentados, a existência de diferenciadas formas de cooperação. Essas formas perfazem muitos valores existentes na moral camponesa, nas relações igualitaristas defendidas pelo MST, bem como expressam reciprocidades as quais reforçam redes de solidariedade recriando laços e valores de proximidade e ajuda mútua. Essas representações vão ao encontro das relações que Klaas Woortmann aponta com elementos fundantes de sua identidade:

Os sem-terra apresentam maior ou menor grau de campesinidade segundo a trajetória de vida de cada um e a forma anterior de integração à sociedade moderna capitalista. A campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionadas entre si e tem como princípios organizativos centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade ...<sup>231</sup>

Assim, a crítica analítica das fontes nos levou a perceber que, muito embora os discursos sejam construídos de forma a representar uma certa singularidade do MST frente à agroecologia, internamente, o mesmo foi construindo historicamente seu posicionamento. Deste modo, o MST cria uma idéia de unidade e coesão, pronunciando-se sempre de maneira categórica e taxativa, primando pela demonstração de uma ação eficiente para sanar os problemas relativos à manutenção interna dos assentamentos rurais, bem como oferecer uma proposta que atenda às demandas sociais referentes aos problemas no meio ambiente. Desse modo, a caracterização esboçada nos revela não um MST “a-histórico”, mas, sim, construindo-se de maneira dialógica com a sociedade na qual se encontra inserido, ora tendo seus discursos aceitos, ora rejeitados. Ora sendo contrariado, ora afirmando-se.

Em meio a todo esse cenário, complexo e contraditório, apresentado nas páginas anteriores, de posicionamentos às vezes paradoxais e bastante distintos, o MST vai construindo paulatinamente sua práxis. E, como num processo de eleição, apropria-se de múltiplos pontos de vistas acerca da questão, modelando sua ação de forma a responder aos mais distintos interesses e necessidades que se apresentam. Não obstante, articulando-se o conjunto das experiências de organização social da produção, bem como os esforços e contradições para a implementação do sistema agroecológico no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, devemos atentar para alguns pontos importantes. Primeiro, embora a opção dos assentados pela posse individual da terra em detrimento das formas

---

<sup>231</sup> MARQUES, *De sem-terra a “posseiros”*. Op. cit. p. 25; WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguecia*. O campesinato como ordem moral. Série Antropologia n. 69. Brasília: UNB, 1990. Mimeo.

coletivas, não devemos visualizar esta questão de forma isolada, sob o risco de perder a totalidade do processo. Tal observação se faz necessária, uma vez que, embora prevaleça a propriedade individual, tem-se o fluxo de uma série de formas coletivas de trabalho, ajuda mútua e participação política que se sobrepõe a mesma, bem como aberturas que conduzem a formas mais democráticas de existência.

Em segundo lugar, ao lançar olhar do ponto de vista social e político, talvez devêssemos compreender as experiências de tentativa de organização interna da agroecologia no Assentamento com suas possibilidades, êxitos e contradições, não como uma derrota do modelo pensado pelo MST, mas como um conjunto de experiências que se tecem e vão sendo re-tecidas ao longo do processo. Nesse sentido, a leitura aqui realizada parece nos conduzir a afirmação de que se trata de um processo ainda em formação, uma vez que se observam continuidades e descontinuidades, bem como a rearticulação de valores e práticas do modo de ser camponês, estabelecidas a partir da relação com novos elementos, e que nunca estará inteiramente completo.

Assim, no capítulo seguinte, tais práticas tecidas no interior da MST, serão investigadas enquanto ações políticas de enfrentamento e de resistência no campo. Também, procurar-se-á compreender como a organização da terra e do trabalho se tece, articulando a agroecologia à educação. Outro ponto a ser analisado é o de como se estrutura a questão da educação para o MST dentro do assentamento e quais os possíveis da produção agroecológica para agregar valor a produção e melhoria das condições de vida do trabalhador.

## **O MST, OS ASSENTADOS E A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA**

### **1. A educação e a agroecologia: aproximações e divergências**

A Agroecologia aparece no MST como uma proposta com amplo significado. Muito além da conservação e preservação dos recursos naturais, abarca toda uma proposta política que tem por objetivo o combate ao modelo convencional e as grandes empresas capitalistas que atuam no meio rural, bem como a manutenção do homem no campo, viabilizando as condições necessárias para sua sobrevivência digna e seu desenvolvimento.

Nesse sentido, algumas entrevistas oferecem uma visão bastante interessante sobre as mudanças ocorridas no modo de vida do trabalhador rural e sua organização econômica no interior do Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Um dos principais chamativos aos trabalhadores para que ingressem no modelo de produção agroecológico é a melhoria das suas condições de vida, a partir da geração de renda, da viabilização econômica e do aumento da qualidade de vida.

De acordo com esta proposição, ouvimos vários agricultores que abandonaram o modelo de agricultura convencional e optaram pela agricultura ecológica. Em sua fala tímida, o agricultor Sr. Edemar, pontua que:

Ah! Muita coisa! Melhorou desde a saúde, a alimentação. Acho que já vem da alimentação que a gente já consome, já vem melhorando

e, não sei o que eu posso dizer, né... a gente acha que tá melhorando. Espero que vai melhorar mais pra frente<sup>232</sup>.

As falas retraídas e breves do Sr. Edeмар, característica marcante ao longo de toda a entrevista, relatam que existiram mudanças para melhor depois da opção pelo cultivo orientado pela agroecologia. Até certo ponto esta fala poderia nos parecer reproduzir um dos principais argumentos favoráveis à agroecologia, o de uma alimentação saudável e seus reflexos na saúde. Porém, não podemos deixar de observar a realidade objetiva de suas palavras, como quem fala comparando diferentes temporalidades de sua vida.

Seus parâmetros talvez sejam o fato da opção pela agroecologia ter lhe garantido um nível mais apropriado de alimentação, que se reflete na melhor disposição para sua jornada de trabalho bastante longa e intensa, como ele mesmo descreve: *“quando a gente trabalha assim com vaca, tirando leite tem que levantar cedo, por causa do leiteiro que passa cedo, né. Cinco e meia, mais tardar quinze pras seis nós tem que pular... não tem frio, teje chovendo ou não temos que pular”*. Rotina de trabalho intensificada pelas exigências dos outros cultivos de sua propriedade: mandioca, feijão, milho, batata doce e outros. Outro ponto que leva a este posicionamento, é o fato do agricultor já ter experimentado a produção convencional de soja voltada para a venda para uma cooperativa da região. Entretanto, mesmo trabalhando e produzindo em grandes quantidades, *“Chegou a endividar, fiquei devendo três anos na firma, pra poder pagar. Depois, a gente pagou e não plantou mais né, e plantou só mais o que a gente precisa”*<sup>233</sup>.

Outros trabalhadores também oferecem em suas falas argumentos que explicitam que a agroecologia lhes proporciona uma melhora nas condições de vida e o aumento da renda. Gilberto Brides, uma das lideranças do assentamento, que em sua propriedade também acolheu a proposta da agroecologia, assim descreve sua experiência com o pluricultivo:

Tem a horta, tem o consumo, aqui tem mandioca, o milho que é pra tratar os animais tudo. Do leite a gente tem uma renda. Então a gente chegou a ter mil, mil e poucos reais de leite. Então, isso é uma renda que dava sustentação, sem contar com as outras coisas: abóbora, melancia e outras coisas. Esse ano que passou, a gente não tem mais usado veneno no lote, não é partir mais pra monocultura, mas, sim, plantar um milho pra subsistência dos

---

<sup>232</sup> SAQUES, Edeмар. Entrevista citada.

<sup>233</sup> Idem.

animais e tá partindo pra esse lado. O excedente a gente vende. Por exemplo, eu tenho um alqueire e pouco de mandioca, que se fosse vender hoje, eu teria um ganho aí de dois, três mil reais. Poderia tá saindo disso. Então a gente não tá levando lá na empresa pra ter esses dois mil de lucro, mas, sim, tratando os animais, tratando as vacas, tirando, de repente, até mais que esses dois, três mil (...) <sup>234</sup>.

Na fala de Gilberto se verifica, além da geração de uma maior renda advinda de sua opção pelo modelo agroecológico, um controle mais eficaz que lhe permite decidir a maneira como vai aplicar a renda que a propriedade lhe proporciona, sem depender de cooperativas ou outras empresas. Devido à grande diversidade na produção, sua família tem a garantia de que os gêneros necessários para sua sobrevivência estarão presentes à mesa, bem como a de que a revenda de excedentes e a comercialização dos demais produtos irão lhes possibilitar uma renda extra para satisfazer outras necessidades materiais.

Outra narrativa que expõe a viabilização econômica das famílias que optaram pela produção orgânica é a do agricultor Zenildo, que fala com orgulho da diversidade de hortaliças, legumes, vegetais e animais em sua propriedade:

(...) é isso que eu falava, é diversificação, é um milho, não pensando em comercializar daí, mais interno, uma mandioca e toda diversificaçãozinha, que é a batata, essas coisas que eu citei antes né. Sempre trabalhando isso, de ir mudando pra questão agroecológica <sup>235</sup>.

Conforme verificamos no capítulo anterior, Zenildo gerou grandes benfeitorias em sua propriedade, bem como elevou seu padrão de vida a partir da aquisição de uma série de eletrodomésticos, instrumentos de trabalho, carro, entre outros. A possibilidade dessa maior qualidade de vida e desse crescimento econômico são resultados de uma maior autonomia em relação ao mercado, uma vez que, além da segurança de sempre ter o essencial para sua sobrevivência, o dinamismo de sua produção agrícola independe das flutuações dos preços no mercado, como explica Pelinski, do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar):

A principal vantagem da diversificação está na redução dos riscos e incertezas de uma exploração agrícola. A sua adoção pode gerar ganhos econômicos diretos e indiretos vinculados, principalmente, à redução dos custos de produção, à obtenção de vantagens ambientais e à redução do impacto econômico oriundo de diversas

---

<sup>234</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista Citada.

<sup>235</sup> Zenildo. Entrevista Citada.

crises no setor rural. Assim, a diversificação é a melhor forma de evitar as incertezas e vulnerabilidades referentes ao clima, mercado, pragas e doenças<sup>236</sup>.

O autor atenta para o fato de que a diversificação pode ser uma alternativa para diminuir custos e incertezas no meio rural, tornando a propriedade menos vulnerável a alterações, tanto do clima, como do próprio mercado. Esta autonomia do trabalhador em relação às grandes empresas de sementes, adubos, insumos e outros é um dos principais pontos defendidos pelo MST, na luta contra o grande capital, como avalia José Batista de Oliveira, integrante da direção nacional do Movimento, em entrevista ao *Jornal Sem Terra*:

A agroecologia é uma filosofia de relação entre homem e natureza. Produzir de forma que não agrida o meio ambiente e a natureza é produzir a favor de potencializar a biodiversidade. A agroecologia protege as sementes e usam-se menos produtos químicos. Pensar nossa produção de alimentos é pensar em que matriz tecnológica vamos produzir sem degradar o meio ambiente. Essa lógica de lucro que é colocada pelo capital não nos interessa. O que nos interessa é a lógica onde a vida esteja acima do lucro. A produção da vida das famílias assentadas e das comunidades dos assentamentos, não deve ser com base na exploração do trabalho, monocultura e muito menos na produção de alimentos envenenados para as pessoas que vão consumir. Pensar em agroecologia é pensar cada vez mais em diminuir a dependência de compras de insumos, venenos e semente<sup>237</sup>.

Na avaliação da liderança, a proposta agroecológica combate o circuito do capital em várias frentes, principalmente no tocante à soberania do produtor rural. Nesse sentido, para José Batista de Oliveira: *“O que nos interessa é a lógica onde a vida esteja acima do lucro”*. Isto não quer que dizer que não possa existir uma margem de renda. Ao contrário, há necessidade de ampliar a geração de renda para a manutenção das atividades e para o sustento da família. Outro ponto importante aparece na seqüência da entrevista da liderança, ao destacar que:

O nível de enfrentamento e de luta é muito forte, tendo em vista que os inimigos da Reforma Agrária avançam. Logo todos os assentamentos podem participar da luta diariamente. De que maneira? Por meio da produção agroecológica, da diversificação, do enfrentamento contra o capital. Que o assentamento possa ser um espaço de relação com a sociedade, por meio do fornecimento de alimento, debate político, valorização da cultura, do gênero e

---

<sup>236</sup>PELINSKI, A. (et. Al). *A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica*. In: [www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/Trab011Diversif.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Trab011Diversif.pdf).

<sup>237</sup> Assentamento, espaço de organização. Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da direção nacional do MST. In: *Jornal Sem Terra*. 30 de maio de 2008.

solidariedade naquele território. As famílias agindo dessa forma, estão inseridas no projeto político do MST<sup>238</sup>.

Grande parte das propostas políticas do MST aparecem traduzidas na fala de José Batista de Oliveira: a Reforma Agrária, a manutenção do camponês no meio rural, o combate às grandes empresas do setor agrícola, a diversificação da produção, proteção ao meio ambiente, entre outras, tendo por mola-mestra a agroecologia. Nesse sentido, a proposta política do modelo de Agricultura Ecológica defendido pelo Movimento articula-se ao seu Setor de Educação, visto como uma das principais bases para o êxito do projeto.

As ações agroecológicas no interior MST fazem parte de um conjunto de transformações sociais mais amplas e estão dentro da sua proposta política da Reforma Agrária. São ações que contribuem para a formação de uma nova mentalidade acerca da luta pela cidadania. Nesse sentido, as práticas agroecológicas vem acompanhadas de medidas que se voltam ao campo educacional, como forma de fomentar novas dimensões da vida social, orientadas para a valorização do ser humano e à transformação social, bem como para o trabalho e à cooperação.

Neste capítulo, abordaremos as relações entre o MST e o projeto educacional que foi sendo construído ao longo de sua trajetória. O setor de educação do Movimento, criado para atender as crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos, cumpre uma função específica dentro dos projetos dos sem terras. Assim sendo, estaremos problematizando quais são os referenciais que orientam a educação dentro do MST, procurando relacionar as ações agroecológicas e suas contradições e avanços em relação aos seus objetivos de luta política coletiva e sua concepção de educação.

Esta discussão parte da análise da proposta de educação do Movimento expressa em seus cadernos de formação e nas resoluções de seus Congressos Nacionais, nas quais se evidenciam valores e objetivos a serem alcançados neste âmbito. Cotejaremos este material com as ações desenvolvidas no ITEPA para explicitar como os estudantes dos cursos de Agroecologia e Saúde Comunitária interpretam e tecem seus objetivos de vida e luta política entre diálogos, aproximações e distanciamentos das propostas do MST.

---

<sup>238</sup> Idem.

A educação sempre esteve presente nas ações do Movimento. Da maneira formal ou na rotina das discussões de acampamentos e assentamentos, a formação de uma consciência de direitos e deveres, bem como noções políticas elaboradas nas realidades vividas pelos sujeitos da luta pela Reforma Agrária, explicitam esses princípios. As cartilhas e cadernos de formação do MST e da CPT, já nos primeiros anos da organização do Movimento, trazem essa preocupação, visando à politização dos trabalhadores nos mais variados espaços do seu viver, independente das condições e da falta de estrutura.

Nesse sentido, o conhecimento e a discussão pelos trabalhadores das várias dimensões sociais representam um processo contínuo de abertura para a formação e a transformação do ser humano e da busca de relações sociais mais justas. Assim, na medida em que a vida cotidiana nos acampamentos e assentamentos impunha novas necessidades aos trabalhadores rurais, como um engajamento maior na luta, muitas vezes demandando um longo e árduo tempo de espera até ser contemplado com um lote de terras, várias novas necessidades começavam a se apresentar: a necessidade de um sistema de alfabetização como forma de melhorar o nível de vida dos trabalhadores; a necessidade de inserção dos filhos dos sem-terras no universo escolar; o aumento do nível de escolaridade e conseqüentemente do nível técnico da produção; dentre outros aspectos que se fazem condição necessária para a reprodução social e da cidadania.

A professora Roseli Salete Caldart acena para o fato de que, ao encontro das circunstâncias acima expostas, tem-se na luta pela terra um processo amplo e complexo perpassado pela participação de toda a família. Este fato amplia e potencializa algumas necessidades, o que, provavelmente, tem íntima ligação com a incorporação da educação como uma bandeira de luta do Movimento.<sup>239</sup> Davi F. Schreiner, ao debater o surgimento das preocupações com a educação no MST, pontua que:

O início da articulação nacional em torno da educação no MST ocorreu em 1987 com a criação do *Setor de Educação*. Neste ano, no Estado de Espírito Santo, foi realizado o 1º Encontro sobre Educação, reunindo pessoas de sete estados. A partir de então, com a elaboração de uma pedagogia, o movimento passou a enfrentar o desafio de reduzir o analfabetismo e a baixa escolaridade entre acampados e assentados. Mas a preocupação com a educação é anterior. Nasceu do vivido nos acampamentos. A presença de crianças, em grande número, estimulou iniciativas de professoras e mães de reivindicar escola para os assentamentos. A primeira escola, ao que se sabe, começou a funcionar

---

<sup>239</sup> CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia...* op. cit.

em 1983, no Assentamento de Nova Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Na luta pela escola, a noção de direito à educação básica, a escola como direito de todos, se fortalece, e é incorporada como uma das bandeiras de luta do MST, ao lado da luta pela terra e pela reforma agrária. Trata-se de construir uma escola pública e de qualidade nos acampamentos e assentamentos, pedagogia, metodologias e práticas educativas, adequadas à realidade do meio rural<sup>240</sup>.

A partir da literatura acadêmica sobre o assunto, podemos perceber que as preocupações com a educação estão amalgamados a várias esferas do processo de Reforma Agrária e como elemento necessário à democratização das relações sociais. Nestes termos, a mesma passa a ser incorporada como uma das bandeiras de luta do Movimento. Para além do fomento de novas possibilidades que são descortinadas com a educação, no que tange ao acesso à cidadania, novas noções de direito, entre outros, tem-se também a necessidade construída a partir da experimentação de novas relações surgidas no interior do processo de conquista da terra, como, por exemplo, a formação de profissionais e técnicos capacitados a dar suporte às demandas existentes no processo de produção agrícola nos assentamentos de Reforma Agrária, bem como a melhoria da condição de vida e trabalho de acampados e assentados.

João Pedro Stédile delinea muito bem essa preocupação, explicitando, em sua entrevista a Bernardo Mançano Fernandes, ao mesmo tempo a processualidade histórica inerente ao movimento social que se constrói a partir de suas experiências, de erros e acertos, avanços e retrocessos, bem como traz à tona a percepção desenvolvida pelo MST acerca da amplitude da luta pela Reforma Agrária:

(...) como é normal dentro do movimento, tudo depende de um processo de construção. Assim o Setor de Educação também obedece a esse processo. Ele vem sendo construído há quase dez anos. Começa lentamente, um grupo pequeno vai produzindo alguns materiais e aí vai indo. Do ponto de vista interno, o ENERA<sup>241</sup> representou um salto de Qualidade no Setor de Educação. Não de qualidade teórica – aí já é outro viés –, mas do reconhecimento por parte da sociedade da importância que o MST dá à educação. (...) A frente de batalha da educação é tão

---

<sup>240</sup> SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão e a utopia...* op. cit. p. 357-358.

<sup>241</sup> Cf. STÉDILE, João Pedro. MANÇANO, Bernardo M. Brava gente. Op. cit. p. 74. O ENERA – Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, reuniu mais de 700 educadores, em sua maioria professores de 1º grau das escolas dos assentamentos. Foi realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília (UnB). Teve um impacto muito grande na comunidade acadêmica e educacional por ter aglutinado, pela primeira vez na história do Brasil, educadores do meio rural para debater educação e reforma agrária. Foi organizado pelo Setor de Educação do MST, com a colaboração da UnB, da Unesco e do Unicef.

importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital. Por outro lado, teve também um papel importante para a sociedade como um todo. De certa forma, já tínhamos recebido o reconhecimento da sociedade quando conquistamos o Prêmio Unicef/Itaú, pelo trabalho de educação que desenvolvemos nas áreas da reforma agrária.<sup>242</sup>

Ao afirmar que a frente de luta por educação é tão importante quanto a luta contra o latifúndio, o autor traz à baila a preocupação em formar profissionais dentro das próprias fileiras do MST, que possam, ao mesmo tempo, atender as demandas educacionais do Movimento e otimizar os espaços de produção e socialização, atuando como veterinários, engenheiros, agrônomos, entre outros.

Observamos, na fala de Stédile, que a Reforma Agrária envolve um processo de superação de outros obstáculos construídos em nossa sociedade e que vão para além das cercas que protegem os latifúndios. Pretende-se, segundo Stédile, à formação de uma nova mentalidade, que supere a ideologia burguesa presente na educação, que reproduz o ideário do capitalismo na vida social, e fracture com o binômio capital / propriedade privada, base da dominação política no país, uma vez que esta deriva do poder econômico gerado a partir da propriedade privada e não do trabalho<sup>243</sup>.

Stédile acena de modo muito fecundo para o fato de que a luta do Movimento abrange outros aspectos que se dinamizam e encontram-se intimamente ligados: o latifúndio, a ignorância e o capital. Estes três aspectos apontados pelo autor, podem ser melhor compreendidos se leiturizados a partir do processo de desenvolvimento conduzido pelas elites, chamado de modernização conservadora. O meio rural modernizou-se, incorporando novas tecnologias, equipamentos mecânicos, técnicas de controles de pragas, entre outros, promovendo um aumento da produção. Por outro lado, tivemos a expulsão de trabalhadores, o aumento da concentração fundiária e de renda, barrando o acesso a uma série de fatores que promovem o aumento do nível de vida do trabalhador rural – saúde, educação, segurança, entre outros.

---

<sup>242</sup> idem op. cit. p. 74-75.

<sup>243</sup> Sobre o assunto ver MARTINS, José de Souza. *Violência e expropriação...* op. cit. Nesta obra o autor delinea o modo através do qual o capitalismo assumiu um caráter político excludente na sociedade brasileira desde os tempos coloniais, sempre atrelando poder político ao poder econômico, sendo que este último derivado não do trabalho, mas da propriedade privada, que permitia a acumulação de capital, perpetuando uma mesma oligarquia de latifundiários a frente do poder político no Brasil.

No projeto das elites, não há preocupação com a agricultura familiar de subsistência, nem com o meio-ambiente de maneira mais efetiva, pois a preocupação se volta para uma agricultura patronal globalizada, em foco na exportação. Nesse sentido, o combate ao latifúndio, à ignorância e ao capital, tendem a contrapor-se à modernização conservadora, inviabilizando o seu crescimento ao mesmo tempo que promove a manutenção do homem no campo. O combate ao latifúndio impede o desaparecimento do camponês ou sua incorporação ao sistema. Ocupa a educação papel preponderante, nesse sentido, uma vez que possibilita não só a assimilação de tecnologias, como também a capacidade do desenvolvimento de tecnologias e propostas alternativas de resistência ao modelo capitalista. Assim sendo, o combate ao capital perfaz o eixo ocupação – educação – cooperação, desenvolvendo novas experiências que oferecem saídas para o auto-sustento e a não proletarização do homem do campo.

Com essa perspectiva, de acordo com os autores anteriormente mencionados, nos primeiros anos da década de 1990, surgiram vários cursos de alfabetização de jovens e adultos e educação infantil em vários acampamentos e assentamentos. Para o MST, a educação tem um papel fundamental para a consolidação da democracia e para a construção de um projeto de desenvolvimento para o país. O site do Movimento assinala os registros positivos e avanços conquistados neste campo até os dias atuais. Os dados do MST apontam para as conquistas da luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. Segundo o Movimento, até o momento, desde o início de suas reivindicações, foram conquistadas duas mil escolas em acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária em todo o país, garantindo o acesso à educação a aproximadamente 160 mil crianças e adolescentes. No tocante à formação de professores, os números chegam à casa de 4 mil novos professores. Em linhas gerais, o MST acena para a marca de mais de 50 mil pessoas que aprenderam a ler e escrever nas escolas existentes no interior de acampamentos e assentamentos<sup>244</sup>. A importância da inserção da educação nas ações do MST aparece bem delineada na entrevista de uma das Coordenadoras do Setor Nacional de Educação:

*‘O movimento chegou à conclusão de que para implementar um processo de reforma agrária com mais qualidade, onde as famílias*

---

<sup>244</sup> Cf. [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

*possam melhorar a qualidade de vida é preciso elevar a escolarização dos trabalhadores', acredita a integrante do setor de educação, Izabel Grein.<sup>245</sup>*

A alfabetização de crianças, jovens, adultos e idosos desenvolveu a percepção de que a luta pela Reforma Agrária ultrapassa os limites da redistribuição de terras. Esta realidade se constitui num importante marco do processo educativo, demonstrando que a educação não deve ficar restrita à escola, mas todos os espaços do MST devem ser explorados de maneira a demonstrar que todos os trabalhadores podem ir além da educação básica e para além de aprender também ensinar, utilizando-se de suas experiências como fonte de conhecimento. Os ideais de educação dentro do MST objetivam que os trabalhadores desenvolvam sua capacidade crítica a partir da apropriação de novas formas de conhecimento que serão confrontadas com os conhecimentos vivenciais de cada um.

Torna-se importante a menção de que os trabalhadores rurais são, ao mesmo tempo, objetos dos discursos do MST sobre os projetos para Reforma Agrária e sobre a Educação, mas também participam da feitura desse discurso de maneira direta e indireta, seja pela maneira que estes discursos se tecem a partir das realidades vividas nos diversos acampamentos e assentamentos, ou ainda, através do modo pelo qual estes trabalhadores, à sua maneira, se apropriam deste, elaborando um discurso próprio.

Assim, a formação de uma mentalidade que se volta para a Educação de modo geral e para a Educação Ambiental, dentro do MST, encontra-se atrelada à produção de práticas e representações sociais. É importante observar que estas não são criadas de antemão ao vivido, mas se tecem em meio a relações sociais, socialmente compartilhadas, revelando interesses dos sujeitos e grupos que as forjam.

Na esteira deste pensamento, a investigação que conduzimos aponta a emergência de uma noção de educação e agroecologia, vinculada a uma cultura que se visa socialmente constituída. Não podemos deixar de mencionar que a constituição dessa noção é construída e reconstruída a partir de várias práticas e representações atreladas às cartilhas e discursos do Movimento e nas ações e narrativas dos trabalhadores rurais sem terra.

---

<sup>245</sup> Idem.

Devemos, assim, atentar para o conteúdo dos documentos elaborados pelo MST no que tangencia a Educação. No Caderno de Formação nº 02<sup>246</sup>, intitulado “Alfabetização”, vemos uma série de noções que tendem a ser observadas ao longo do processo educacional em acampamentos e assentamentos. Entre eles temos as proposições “*Educar para transformar*” e “*Educar a partir da prática, do trabalho*”. Esses ideais revelam em muito a postura do MST frente a questão. São princípios inspirados no método Paulo Freire<sup>247</sup>. Uma das principais propostas da pedagogia de Freire acena para a necessidade de educadores e comunidade atuarem igualmente na educação do indivíduo, pensando na melhoria do mundo e da sociedade.

Outros materiais confeccionados pelo MST também trazem a idéia da educação com bases no vivencial<sup>248</sup>, ou seja, na realidade vivida pela população camponesa, a partir dos conhecimentos e necessidades cotidianas de cada acampado e assentado, de modo que os mesmos possam aliar teoria e conhecimentos empíricos, tendo a visibilidade da aplicação daquilo que foi aprendido. As cartilhas apontam para o fato de ser mais fácil aprender a partir da prática. Outro argumento do MST, em defesa dessa proposta, é de que a educação também pode e deve ser produtiva.

O Caderno ainda assevera a necessidade de “*Educar a partir da realidade*”. Esse princípio se confunde em muito com a proposição acima; entretanto, tem maior aplicabilidade no ambiente de sala de aula, como, por exemplo, quando o educador propõe um método comparativo, objetivando que em determinada situação estudada seja resolvida uma questão do cotidiano do educando, do grupo ou até do assentamento.

Outro ponto apontado como fundamental para uma boa educação na visão do MST é “*Educar com autonomia do aluno*”. Esse princípio perfaz a maioria

---

<sup>246</sup> MST. Caderno de Formação nº 02 - Alfabetização. 4ª ed.: 1998.

<sup>247</sup> Paulo Freire delineou uma *Pedagogia da Libertação*, intimamente relacionada com a visão marxista do Terceiro Mundo e das consideradas classes oprimidas na tentativa de elucidá-las e conscientizá-las politicamente. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos operários, chegando a influenciar em movimentos como os das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). No entanto, a obra de Paulo Freire ultrapassa esse espaço e atinge toda a educação, sempre com o conceito básico de que não existe uma educação neutra: segundo a sua visão, toda a educação é, em si, política. Palavras (articuladoras do pensamento crítico) e a pedagogia da pergunta, são princípios da pedagogia de Paulo Freire.

<sup>248</sup> Entre os títulos sobre a educação no MST analisados, destacamos: MST, O que queremos com as escolas do acampamento. *Caderno de formação número 18*. 3ª edição. São Paulo: Pares, 1999; MST, Alfabetização de Jovens e Adultos – Como organizar. *Caderno de formação número 3*. 3ª ed. São Paulo: Pares, 1998.

dos materiais sobre educação produzidos pelo Movimento. A autonomia é bandeira de luta em várias esferas do social, desde a autonomia econômica, alimentar, política, até educacional, muitas vezes sendo compreendida enquanto elemento que conduz à soberania. Assim, a autonomia deve ser colocada em prática a partir de um processo construtivo em que, desde os primeiros anos escolares a capacidade produtora e criativa da criança seja desenvolvida, criando assim jovens e adultos autônomos e capazes de pensar por si próprios, com opiniões conscientes e preparados para enfrentar a vida.

Em complementaridade com o item acima, “*Formar sujeitos históricos*” é também um dos pontos bastante debatidos nesses materiais. Significa ampliar as formas de participação política e social dos indivíduos, formando assim, pessoas capazes de se enxergar enquanto seres produtores de história e cidadãos ativos na sociedade. Nesse sentido, o trabalhador deve desenvolver uma leitura crítica de seu contexto histórico como forma de adquirir ciência de si mesmo e seu povo, vislumbrando as possibilidades de construir a realidade, uma vez que a mesma não deve ser percebida como algo pronto, mas em permanente construção.

A todos esses objetivos e a outros postulados nos Cadernos de Formação “Alfabetização”, tem-se ainda a proposição “*Ensinar a real história da pessoa e a real situação desta*”. O documento assevera a necessidade de ensinar a história do povo, não a das elites, primando por um viés que contemple os “esquecidos” na História, os negligenciados de participação, como forma de forjar uma consciência histórica capaz de demonstrar a realidade dos movimentos sociais e apresentar que a história se constrói a partir de lutas populares e resistências, não apenas de conchavos políticos e tramas arquitetadas por grandes personagens normalmente pertencentes aos setores políticos atrelados à elite.

Depreende-se da proposição acima, a recorrência da necessidade formar cidadãos ativos na vida política, sendo esta compreendida de maneira ampliada, afirmando a necessidade da luta pela igualdade social e desmistificando o ocultamento das contradições sociais e da participação do povo na história. Ou seja, desconstruindo os argumentos liberais a partir dos quais a desigualdade entre os indivíduos não é vista como fruto das contradições sociais de uma sociedade excludente, mas de atributos diferenciados e próprios da natureza humana; sendo assim, uns são tidos como mais capazes que os outros.

Evidencia-se, pois, nos argumentos das proposições dos Cadernos de Formação do MST, a representação de uma nova ordem social, ancorada em valores mais democráticos e igualitários. A partir disso, cria-se uma rede de significações, objetivando colocar o homem como portador de direitos e deveres, bem como responsável pelo seu devir histórico. Analisar essa realidade, que vai se tecendo no processo de luta, implica trabalhar de modo direto com as representações, compreender os meios utilizados para a criação de um sistema de símbolos que são decodificados, reelaborados e convertidos em dado “modus vivendi”.

Assim, as cartilhas, seguem evocando representações sociais fundamentadas em uma sociedade mais justa e igualitária e com a ampliação das formas de participação política e econômica. Objetivam fornecer subsídios para a luta política alicerçada em posturas que resguardem valores estabelecidos a partir da aplicabilidade do materialismo marxista na educação, conforme a ótica de Karl Marx. Segundo ele,

A doutrina materialista que afirma serem os seres humanos produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, existirem seres humanos modificados, enquanto produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos seres humanos e que o próprio educador deve ser educado. (...) A intersecção do modificar das circunstâncias e da atividade humana pode ser apreendida e racionalmente compreendida apenas enquanto práxis revolucionadora<sup>249</sup>.

Para Marx, a escola tem um papel muito bem definido dentro das preocupações proletárias, como forma de democratizar o acesso aos saberes socialmente construídos. Na sociedade capitalista, a escola é uma instituição burguesa, à medida que reproduz a dinâmica dessa sociedade, atuando como uma microestrutura do modelo social burguês. Nesse sentido, Marx vê a necessidade de inversão dessa lógica, de modo a fomentar saberes a serem apropriados pelas classes sociais exploradas para que, assim, a escola cumpra seu papel dentro da caminhada emancipatória do proletariado.

Os referenciais educacionais acima problematizados, podem ser melhor compreendidos quando leiturizados a partir do confronto com as linhas políticas adotadas pelo MST e expressas nos documentos confeccionados durante seus Congressos e Encontros Nacionais, uma vez que esses referenciais

---

<sup>249</sup> MARX, Karl Heinrich. Teses sobre Feuerbach (1845), in: *Obras de Marx e Engels*. Berlim: Dietz, 1961, Vol. 3, pp. 533 e s. APUD:

têm uma aplicabilidade real dentro das bandeiras de lutas, bem como da construção do modelo social pretendido pelo Movimento.

No IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000 e tendo por lema: “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, foram criadas e reafirmadas novas linhas políticas para o MST. O texto elaborado ao final do Congresso informa vários compromissos que abrangem a terra e a vida, à medida que também estabelece pontos que orientam a ação educacional a ser desenvolvida. Entre os principais pontos elencados, destacamos alguns para o debate:

3. *Combater o modelo das elites*, que defende os produtos *transgênicos*, as importações de alimentos, os *monopólios* e as *multinacionais*. Projeta na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: *trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro*.
  - Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc.
  - Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.
  - Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.

Depreende-se da proposição acima o caráter de enfrentamento ao atual modelo social e de produção no campo, colidindo com as ações das grandes multinacionais do setor agrícola e dos latifundiários, uma vez que o Movimento não apenas acha necessária a defesa de suas propostas, mas a negação e a desconstrução da proposta provida pelo modelo das elites. Nesse sentido, para que tal objetivo seja atingido, faz-se necessário, segundo o documento,

4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um *novo modelo tecnológico*, que seja *sustentável* do ponto de vista *ambiental*, que garanta a produtividade, a *viabilidade econômica* e o *bem estar social*. (...)

Aqui fica mais evidente o modo pelo qual se estrutura a alternativa do MST ao modelo convencional, já discutido e analisado nos capítulos anteriores. Sua proposta está embasada na viabilidade econômica da propriedade, garantindo o sustento e a manutenção do homem no campo, bem como a geração de renda para que o mesmo possa não apenas atingir um melhor nível de bem estar, mas também investir no desenvolvimento tecnológico voltado para uma preocupação ambiental mais intensa.

Mediante à proposição 6, a proposta de uma nova sociedade, engendrada na mudança das relações sociais e de produção no campo, é apresentada da seguinte forma:

6. Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra.
- Organizar calendários para as atividades solidárias.
  - Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países(de todo mundo).
  - Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas.
  - Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades.
  - Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades.
  - Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais.

A caracterização de um novo modelo de produção, amalgamado ao reordenamento das relações sociais no campo, ancoradas em princípios e valores que primam por condições sociais mais justas, bem como uma preocupação mais holística com a questão humanitária aparecem neste item. Os principais pontos defendidos pelo MST se voltam para a generosidade, a solidariedade, a distribuição econômica mais eqüitativa, a liberdade, entre outro. Não se pode visualizar tais ideais como mero instrumento do MST, para adquirir respaldo às suas ações ou exercer controle sobre uma massa de trabalhadores, parte da qual, vêem nesse discurso a realização de muitos de seus anseios. Isto se deve ao fato de que os princípios e as ações do MST são constituídas a partir da ação dos sujeitos, podendo essas práticas ser evidenciadas em vários momentos e posturas desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos do país.

O item 7 pode ser considerado, segundo o nosso entendimento, como uma preocupação que se desenhou, ao longo dos anos, no MST, de modo a pensar o problema da terra e suas articulações e desdobramentos mais complexos, não apenas vinculado ao universo rural, mas, também, atrelado aos problemas enfrentados no meio urbano:

7. Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular.
- Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas.
  - Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora.
  - Apoiar os movimentos de luta pela moradia.
  - Organizar acampamentos. (...)

A articulação das lutas de trabalhadores do campo e cidade aparece como mola-mestra dessa proposição. O modelo capitalista nos meios urbanos é responsável pelo estabelecimento de mazelas sociais como o desemprego, a miséria, a exploração, as favelas, as péssimas condições de vida e moradia, levando muitos trabalhadores urbanos a se engajarem em sua luta por melhores condições de vida. Esse processo, por vezes, também se fez no sentido de reverter o “êxodo rural” intensificado nas décadas de 1960 e 70, uma vez que a cidade não mais oferecia condições de abrigar tantos trabalhadores. A idéia que se desenvolve junto ao MST é de que a medida que a Reforma Agrária for se concretizando de maneira mais intensa e direta, concomitantemente se desenvolva um processo de Reforma Urbana, promovendo também uma maior inserção dos trabalhadores das cidades.

Outro argumento estabelecido no documento volta seu olhar para as questões relativas à preservação do meio ambiente:

- 10 . Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: *meio ambiente, biodiversidade, água doce*, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.
- *Articular-se com os demais setores sociais* para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos.
  - Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões.
  - Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos.
  - Promover o desenvolvimento de políticas específicas a situação do cerrado e do semi-árido<sup>250</sup>. (*itálico meu*).

Em síntese, o Movimento defende a construção de um modelo político, social e econômico ancorado em princípios mais justos e igualitários, preocupado em centralizar-se no ser humano e em relações mais harmônicas para com a natureza, por intermédio da utilização ecologicamente correta da agricultura e dos recursos naturais.

Ao fazer uma leitura analítica das resoluções do Movimento e seu comparativo com as proposições estabelecidas no campo da educação dentro MST, percebemos uma amálgama muito forte. As articulações de lutas e bandeiras políticas do Movimento partem de premissas básicas do referencial marxista de luta de classes, promovendo reivindicações que visam “combater o modelo das elites”. Voltamos, nesse sentido, a enfatizar as discussões no Capítulo 01, sobre

---

<sup>250</sup> MST. “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”. IV Congresso Nacional do MST. 2000.

transgênicos, agricultura convencional, monopólios, multinacionais, entre outros, e ressaltando melhorias básicas nas condições de vida do campesinato, bem como para toda a classe trabalhadora: “*trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro*”. Além de primar pela “*construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social*”.

Vemo-nos diante da tessitura de um discurso que se articula a uma práxis política, que partindo do modelo socialista objetiva estabelecer novas relações sociais ancoradas em práticas de *solidariedade, generosidade e reciprocidades horizontais* como crítica à mentalidade individual, engendrando, assim, novos valores, como caracteriza Schreiner:

A crítica do MST à mentalidade individual não é só o ponto de partida para a discussão e implementação de projetos cooperativos, mas também é nela que se fundamenta a intervenção do MST junto aos assentados para que criem consciência política e mantenham viva a utopia de uma sociedade transformada (nova) construída pela prática política dos próprios trabalhadores<sup>251</sup>.

Não obstante, há que se destacar, conforme mostramos no Capítulo 02, que no plano interno o Movimento ainda esbarra em dicotomias profundas quanto ao estabelecimento desse modelo. Entretanto, no que se refere à proposta política de luta pela Reforma Agrária e por transformações das relações sociais desiguais, essa ainda é alternativa mais coerente.

Os objetivos constantes nos discursos do MST, de matriz socializante, constroem representações que, além de ir ao encontro de demandas ambientais mundiais, como o respeito à biodiversidade e ao meio ambiente, também abarcam noções do pensamento humanista, ambientalista e sócio-construtivista, no qual se orienta seu projeto de educação. Nesse sentido, é conferido à educação um papel estratégico no que tange à formação de um novo indivíduo, imbuído de uma postura de classe, responsável pela transformação social, ou, como entenderiam os marxistas mais ortodoxos, a revolução.

Essas são apenas algumas das resoluções do IV Congresso Nacional. A partir dos pontos aqui destacados, podemos perceber uma série de preocupações em torno do meio-ambiente e da “*elevação da consciência política dos trabalhadores Sem Terra*”. As diretrizes, acima mencionadas, que delinham as ações do MST e dos trabalhadores rurais, pretendem a formação, correção e manutenção de uma

---

<sup>251</sup> SCHREINER, Davi F. Entre a exclusão... op. cit. p. 357-358.

coletividade adequada aos princípios socializantes do MST. Esses referenciais aparecem direta e indiretamente nos discursos da direção do Movimento, nas pautas de reivindicações, nas ações educacionais, nos atos e pronunciamentos da diretiva nacional, nas escolas, nas publicações, em palavras de ordem e cânticos, bem como nos espaços de acampamentos e assentamentos. Os discursos não têm o poder de determinar o pensamento e a criatividade dos trabalhadores, entretanto tem uma forte capacidade de sugestão, fomentando diversas ações dentro da luta pela Reforma Agrária.

Para Eliane Cardoso Brennesein, a matriz claramente marxista-leninista, que serve de orientação às ações do MST, exerce uma nítida opressão frente aos acampados e assentados, sendo que “*pouco difere (ou em nada difere) do sistema de opressão e alienação imposto pelo sistema capitalista*”. A autora, destaca ainda, que:

Esse arcabouço conceitual tem sido responsável (nas suas variantes, em maior ou menor grau, autoritárias), por sucessivos equívocos que tem sido cometidos no processo de organização camponesa na América Latina, tanto no período anterior às ditaduras militares, como na atualidade, com o restage da democracia e a (re)emergência dos movimentos sociais. Inspirados nos manuais leninistas, e numa determinada leitura da própria concepção marxista, parte da esquerda latino-americana, principalmente no período que antecede as ditaduras militares, nas suas diferentes facções e variações, concebia o operariado como principal agente da revolução socialista. Como esse era incipiente em países pré-industriais, viam no campesinato o novo elemento a ser incorporado no processo revolucionário (...) criado assim, as condições necessárias para a revolução socialista<sup>252</sup>.

Concordamos com a autora no que se refere ao radical marxista-leninista, que serve de orientação às ações do MST, haja vista que os mesmos aparecem nitidamente na base das ações e diretrizes desenvolvidas. Esses referenciais tem raízes profundas dentro do Movimento e são frutos de sua experiência histórica, sendo elaborados a partir de uma multiplicidade de antagonismos e lutas desenvolvidas ao longo da luta pela Reforma Agrária ou, como informa Juraci Portes de Oliveira, integrante do Setor Nacional de Produção do MST, em entrevista ao Jornal Sem terra: “*Nós do Movimento já estudamos várias experiências em diferentes países, tanto socialistas quanto capitalistas (...) no MST, buscamos as referências (...) socialistas, porque propomos um modelo diferente. Queremos combater a propriedade privada*”<sup>253</sup>.

---

<sup>252</sup> BRENNESEIN, Eliane Cardoso. *Relações de poder...* op. cit. p. 90.

<sup>253</sup> O desafio estratégico do trabalho em cooperação na luta contra o neoliberalismo. In: *Jornal Sem Terra*. 31 de julho de 2007.

Na esteira desse pensamento, sobre a formação histórica no campo educacional, no MST, Stédile pontua que:

As origens dessa preocupação vieram de várias fontes. Uma delas é a própria necessidade que sentíamos nos assentamentos. Se o assentamento desenvolve formas de cooperação agrícola, se começa a desenvolver a agroindústria, a trabalhar com cooperativas, a ter entre os seus militantes técnicos agropecuários, agrônomos, veterinários, começa a gerar a necessidade de ter esse tipo de gente, imbuída da ideologia que o movimento quer. Outra fonte de inspiração é o que aprendemos com todas as outras organizações e com esses velhos militantes. (...) A terceira fonte é essa inspiração ideológica que eu falei antes. Existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Esta última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas. O desenvolvimento depende disso. Uma quarta fonte que impulsionou essa preocupação foi a própria evolução do programa agrário. O programa deu um salto qualitativo de imaginar o futuro com uma forma superior de organização da produção: nem manter o molde camponês nem aderir ao mercado capitalista. (...) Nem cair no coletivismo ou só ficar esperando pelo socialismo, que iria resolver todos problemas. Estes seriam, digamos, os dois desvios da esquerda: achar que o coletivismo resolve tudo ou ficar esperando pelo socialismo. Há também um desvio de direita, atrasado ou basista, que defende deixar que o camponês por si só resolva os seus problemas ou que simplesmente se integre ao mercado e vire um pequeno capitalista. Nosso programa agrário procura superar ideologicamente essas dicotomias.<sup>254</sup>

Os métodos educacionais implementados em acampamentos e assentamentos também sofrem questionamentos por parte de setores conservadores da sociedade. Muitos veículos de imprensa, com posição política marcadamente liberal, questionam e difundem idéias que desqualificam os esforços do MST no campo da educação, à medida que também fomentam questões importantes sobre os modelos adotados, bem como sobre até que ponto essa perspectiva desenvolvida nas escolas do Movimento é integralmente democrática. Os trechos a seguir foram extraídos da Revista Veja, em sua edição 1870, de 08 de setembro de 2004, e apontam para vários elementos importantes a serem pensados sobre a educação dos sem terras:

O MST implementou um sistema de ensino paralelo, sobre o qual o poder público não exerce quase nenhum controle. O Ministério da Educação desconhece até mesmo quantas são e onde estão exatamente as escolas públicas com a grife do movimento. E as

---

<sup>254</sup> STÉDILE, João Pedro... op. cit. p. 75-76.

secretarias estaduais e municipais de ensino, embora sustentem as escolas, enfrentam dificuldades até para fazer com que professores não ligados aos sem-terra sejam aceitos nas salas de aula. "O MST torna a vida do educador que vem de fora um inferno", diz Gislaine do Amaral Ribeiro, coordenadora estadual das escolas de assentamentos na região de Bagé, Rio Grande do Sul. Nos assentamentos, pelo menos a metade do corpo docente vem do MST. Já nos acampamentos, todos os professores pertencem ao movimento. Muitos não têm o curso de magistério completo – pré-requisito básico para a contratação na rede pública –, e alguns não chegaram sequer a terminar o ensino fundamental. "A realidade é que há pessoas atuando como profissionais da educação nessas escolas sem o mínimo de preparo para exercer a função", reconhece o secretário estadual de Educação do Rio Grande do Sul, José Fortunati. O governo gaúcho diz que está de mãos atadas diante da situação, porque herdou um grande número de professores contratados pelo governo anterior, do PT. Pela proximidade com o MST, a antiga gestão teria sido mais complacente na contratação do corpo docente. A secretaria diz estar pleiteando junto ao MEC verbas para implantar um programa para dar a esses professores o nível básico de estudo para que possam lecionar.

Não podemos fechar os olhos à análise pautada na defesa panfletária dos ideais da direita brasileira e nitidamente comprometidos em desqualificar o governo de esquerda, fundamentando em argumentos segundo os quais o Partido dos Trabalhadores (PT) seria responsável por grande parte dos conflitos e agitações sociais, vistas por muitos cidadãos e pela própria revista como transgressão da ordem pública e violação do Estado de Direito. Entretanto, devemos observar que a revista traz dados importantes sobre a realidade da educação nos acampamentos e assentamentos. A falta de formação profissional de muitos integrantes do MST que se disponibilizam a atuar como educadores é bastante evidente em vários pontos do Brasil.

Conforme Caderno de Formação n. 18, os monitores e educadores no MST devem possuir no mínimo a quarta série completa, disponibilidade de tempo, disposição para trabalhar, bem como reunir conhecimentos básicos em história e dos princípios do Movimento. Segundo o Caderno, a formação e capacitação dos professores deve ser permanente, aprofundando alguns aspectos da educação que deverão ser aprimorados com os educandos, como a proposta de alfabetização do MST, os princípios do MST, bem como reforço em português e matemática. Outro aspecto importante a ser ressaltado é a importância da participação ativa do aluno

na construção dos saberes, ou seja, educar fazendo, devendo, portanto, o professor/monitor ser apenas um facilitador do aprendizado<sup>255</sup>.

Nesse sentido, os professores e professoras das escolas do MST, embora imbuídos de boa vontade e experiências de vida muitas vezes bastante ricas, esbarram em limitações de nível teórico e metodológico. Essas limitações tem incidência na contraposição de teoria e prática, isso nos moldes da educação proposta pelo Movimento. Embora muitas discussões realizadas no interior do MST se pautem por caráter socialista, muitas ações e experiências desenvolvidas pelos trabalhadores se contrapõem a essa proposta. Nessa direção, entre outros exemplos, já evidenciados nos outros capítulos, está a opção de muitos assentados pelo cultivo convencional, bem como no modo pelo qual, em alguns momentos, a agroecologia se encontra perpassada por elementos próprios da dinâmica de mercado.

Deste modo, ao retomar a análise dos parágrafos seguintes da Revista Veja acima citada, vê-se que a idéia que este veículo tenta vender é a de uma escola comprometida com ideais políticos de esquerda, através dos quais “*Nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do MST, crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a ‘desenvolver a consciência revolucionária’ e a cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara*”, comparando as escolas do Movimento aos internatos muçulmanos – os madraçais – onde se estaria fomentando entre as crianças e adolescentes o ódio e a revolução.

A reportagem de Veja, segue fazendo sua descrição

Em seu *Caderno de Educação* de número 8, o MST deixa claro que a educação que pretende dar a seus alunos deve ter "o compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária". A rigor, nada impede que uma organização como o MST queira propagar sua ideologia para crianças que mal aprenderam a escrever o próprio nome. O problema é fazer isso dentro do sistema de ensino público e com dinheiro do contribuinte. A legislação brasileira preserva a autonomia das escolas, desde que cumpram o currículo exigido pelos Estados e estejam em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que prega o "pluralismo de idéias" e o "apreço à tolerância" – elementos básicos para que as crianças desenvolvam o raciocínio e o espírito crítico. Não são os critérios adotados no território dos sem-terra. "Essas escolas estão aprisionando as crianças num modelo único de pensamento",

---

<sup>255</sup> Cf. MST, O que queremos com as escolas do acampamento. *Caderno de formação número 18*, 3ªed. São Paulo: Pares, 1999.

observa a pedagoga Sílvia Gasparian Colello, da Universidade de São Paulo.<sup>256</sup>

Devemos observar que isso também se deve ao fato de que as idéias de vanguarda, com matriz marxista-leninista, defendidas nos ideais do Movimento, muitas vezes, se contrapõem aos interesses dos próprios sujeitos da Reforma Agrária, gerando pontos conflitivos entre direção e base, como fora observado no segundo capítulo.

Assim sendo, as ações do MST, em muitos momentos se revela bastante ambivalente. De um lado propõe uma importante luta que extrapola seus limites e objetivos iniciais, organizando os trabalhadores para lutarem pelos seus direitos, demonstrando que são portadores de direitos e que sem sua organização não existe cidadania. Nesse sentido, a práxis do MST direciona-se para a luta de ideais democráticos e participativos, como tem feito em muitas de suas lutas e reivindicações e como aparece claro em seus objetivos enquanto Movimento Social. De outro lado, percebe-se, paradoxalmente, em muitos momentos, a reprodução de relações autoritárias, em certo grau, fruto de suas concepções político-ideológicas, bem como por reminiscências de ações do passado no próprio Movimento.

Entretanto, não podemos desenvolver tal crítica, esquecendo-nos que o MST é um movimento que propõe um projeto político e social para a sociedade, não podendo sofrer alterações no enfoque de suas ações simplesmente para agradar este ou aquele sujeito que não compactua com a ação proposta e construída pela coletividade do Movimento. Deste modo, em meio a todo esse cenário complexo e contraditório, apresentado nas páginas anteriores, o MST vai construindo paulatinamente sua práxis. Como poderemos observar no item seguinte, os discursos e posicionamentos adotados pelo MST vão ter ressonância no interior dos assentamentos, neste caso, no Assentamento Antonio Companheiro Tavares, em seu Instituto de Tecnologia e Pesquisa em Agroecologia – ITEPA –, nos cursos de Agroecologia e Saúde Comunitária. Nesse sentido, a questão que se coloca é como os estudantes e assentados, a partir das suas referências, interpretam as propostas do MST.

---

<sup>256</sup> Revista Veja, Edição 1870. 8 de setembro de 2004. In:[http://veja.abril.com.br/080904/p\\_046.html](http://veja.abril.com.br/080904/p_046.html)

## **2. Tecendo a prática: a ação educacional e agroecológica no Assentamento.**

As questões até aqui destacadas e que fazem parte do florescimento das preocupações com o setor de educação entre os sem-terras, motivando ações mais diretas nesse setor, também são constantes no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, como bem observa Jair Costa Silva, um dos coordenadores do Assentamento, para quem os problemas relativos a educação e ao baixo índice escolar são grandes:

As dificuldades principais são no campo da educação dos nossos assentados e nossos acampados. Porque o nível escolar é muito baixo hoje, tem um grande número de analfabetos e a gente está tentando ao longo da sua trajetória do movimento que tudo se oportunize e a educação seja a porta aberta pra todos e não pra uma pequena minoria da sociedade<sup>257</sup>.

A fala de Jair, reforça o que observamos ao longo da pesquisa de campo, bem como as observações de Eliane C. Brenneisen. A pesquisadora, em sua tese de doutorado, afirma que *“o nível de escolaridade dos agricultores deste projeto de assentamento especificamente e de outros já analisados, de uma maneira geral é muito baixo, especialmente entre os agricultores da base”*<sup>258</sup>. A autora demonstra dados nos quais a média escolar dos assentados é a de terem cursado até a terceira série. Essa situação não se alterou até o momento da pesquisa, haja vista que os investimentos maiores em educação, para estas famílias, têm sido na educação de seus filhos, uma vez que todos os filhos de agricultores entrevistados encontram-se freqüentando a Escola. As crianças que freqüentam a escola se deslocam a pé, algumas perfazendo a caminhada interna no assentamento de uma distância entre 4 a 5 quilômetros, até a rodovia onde tomam o ônibus escolar até a cidade de São Miguel, onde cursam o Ensino Fundamental.

Desde o início da ocupação da antiga fazenda Mitacoré, uma grande responsabilidade recaía sobre o MST, bem como uma grande necessidade de desenvolvimento de uma nova proposta política. Os projetos para a área mencionam a construção de uma escola que atenda as demandas internas do Assentamento, entretanto tal anseio ainda não tem perspectiva de realização. As principais atividades educacionais no Assentamento se voltam para as ações

---

<sup>257</sup> SILVA, Jair Costa. Entrevista citada.

<sup>258</sup> BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder...* op. cit. p. 194.

desenvolvidas nos cursos técnicos do ITEPA. Nas palavras de Gilberto Brides, uma das lideranças locais, o Instituto surgiu da proposição dos assentados e, ao mesmo tempo, do MST:

surgiu a proposta de ser um centro de formação do Movimento Sem-Terra. Então, seria montada uma escola, a Escola José Gomes, que viraria um instituto, que hoje é o ITEPA. Na verdade que dá sustentação aí na questão da formação, e tudo isso é um pleito não só da área, mas enquanto movimento. Tem algumas divergências internas, mas isso tudo é ultrapassado pela proposta maior que tem a organização, o movimento que é amplo<sup>259</sup>.

A fala de Gilberto está permeada pelas cisões surgidas ao longo de toda história do Assentamento, inicialmente, em torno da tentativa da imposição do modelo cooperativo e coletivista, e que, atualmente, não são diferentes no tocante à criação do ITEPA e às ações desenvolvidas. Observamos que muitos assentados nutrem um certo receio em relação ao ITEPA, visto como um instrumento, até certo ponto, clientelista, àqueles que se enquadram nos interesses ditados pela direção do Movimento.

O MST postula, em seus documentos sobre a formação dos Técnicos em agroecologia, que esta deve se voltar a um enfoque que contemple uma visão sócio-ambiental orientada por uma racionalidade complexa e interdisciplinar, que visualize o meio-ambiente enquanto espaço de interações de natureza também cultural. Assim sendo, os Técnicos em Agroecologia

(...) têm por objetivo trabalhar o desenvolvimento sustentável através da agroecologia das unidades de produção camponesa ou agroecossistemas, em específico a região sul do Brasil, para isso a necessidade de trabalhar com a formação de Técnicos(as) em Agroecologia que se dará num processo contínuo de construção do conhecimento: pesquisa, observação, leituras, debates, registros, ações práticas... com o objetivo de proporcionar aos(as) educandos(as) as condições para clarearem sua concepção de agroecologia e terem avanços enquanto seres humanos, tornando-se agentes transformadores da realidade em que vivem, entendedores de que o conhecimento deve ser ferramenta dessa transformação e não mercadoria que pode ser comercializada. Isso se dará em regime de alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade.

A construção do conhecimento será embasada no entendimento técnico científico alternativo sustentável e também humanista socialista, tendo como principal ação a apropriação desse conhecimento para intervir na realidade<sup>260</sup>.

---

<sup>259</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista citada.

<sup>260</sup> MST. 6ª Jornada de Agroecologia. *Terra Livre de Transgênicos e Agrotóxicos*. Cascavel. p. 28-29.

Coincidentemente, o trecho do documento acima citado, veio à tona quando da visita ao Assentamento para coleta de dados em outubro de 2007, enquanto proposta de discussão dos estudantes de agroecologia do ITEPA. Observamos parte do debate em torno do texto e, neste ínterim, percebemos entre os estudantes que, quase de modo consensual, essas diretrizes vinham sendo estudadas pelos mesmos ao longo do curso.

Em linhas gerais, o conteúdo do documento e as ações educacionais realizadas junto aos educandos compartilham com as propostas e orientações presentes nos planos de educação defendidos pelo MST a nível nacional. Os enfoques de contínua produção de conhecimento, ações práticas, desenvolvimento humano, entendimento técnico alternativo sustentável, valores humanistas e socialistas, permeiam as demais fontes já debatidas neste capítulo.

Numa perspectiva bastante semelhante, Stédille assinala que a postura pedagógica de grande parte dos cursos de ciências agrárias não incluiu, nas dimensões de suas preocupações, as demandas da sociedade, bem como dos sujeitos e movimentos sociais. Assim, a atuação destes volta-se unicamente para o desenvolvimento de novas tecnologias na produção agrícola e para a otimização e aumento da produção.

O MST vai contra toda uma corrente que existe no mundo inteiro hoje, que defende que o campo vai acabar. Ao criar uma outra política, cria, conseqüentemente, uma nova concepção. O Setor de Educação passa a ter uma grande responsabilidade, porque o professor daquela escola rural é um trabalhador rural. Os pesquisadores que vão trabalhar em determinado assentamento também são trabalhadores rurais. Essa escola rural desenvolve conhecimentos voltados para o benefício e o bem-estar dos trabalhadores a partir de uma nova concepção de vida rural. Em decorrência disso, o MST enfrenta uma luta difícil, que é a de tentar explicar aos educadores, aos governos, enfim, às pessoas que desenvolvem políticas públicas, que a escola não pode ser na cidade, que a escola tem que ser no assentamento<sup>261</sup>.

Na esteira deste pensamento, o êxito de algumas experiências voltadas para a Agricultura Ecológica e familiar passou a influenciar de maneira decisiva o processo de organização social da produção do Assentamento, voltando-se para uma nova visão acerca do planejamento do território, bem como da elaboração de

---

<sup>261</sup> STÉDILE, João Pedro. Brava gente. Op. cit. p. 77-78.

projetos e programas destinados ao desenvolvimento da Agroecologia. A partir desta dimensão, o ITEPA desempenha um papel fundamental para que se alcance a consolidação de uma práxis que objetiva estabelecer a substituição do modelo convencional pela Agricultura Ecológica, bem como encontrar mecanismos que denotem a viabilidade econômica e sustentabilidade do modelo.

Nesse sentido, a educação das famílias e a valorização dos saberes dos próprios camponeses se fazem necessários para que ocorra a chamada “Transição Agroecológica”<sup>262</sup>. Esse processo tem por objetivo a construção de uma nova matriz sócio-ambiental, que vise a compreender e explicar a realidade agrária a partir de uma visão não apenas técnica e economicista, mas também pensando as possibilidades, riscos e avanços ambientais e sociais. Destarte, o foco do projeto contempla temas como meio ambiente, agroecologia, ruralidades, bem como as demandas sociais dos diversos sujeitos presentes no processo.

Há que se observar que a preocupação com a Educação no Movimento é também base filosófica de muitas ações gestadas no processo de luta pela Reforma Agrária. A proposta de educação do MST atualmente, extrapola o nível de uma educação formal, voltada para o mercado de trabalho ou para a superação do analfabetismo, conforme debatido no início deste capítulo. Os princípios filosóficos da Educação no MST trazem como elemento norteador “*a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente*”<sup>263</sup>.

Seria reducionista acreditar que, neste momento, a Educação atinge tais objetivos do ponto de vista humano, social e ecológico, pois como bem destaca Loureiro, tem-se na sociedade atual uma compreensão ainda escassa sobre o conceito de educação ambiental:

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categóricas teóricas centrais da educação. E mais, a ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou a incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes, estabelecendo ações educativas entre o social e o natural,

---

<sup>262</sup> A Transição Agroecológica é o processo de “ecologização das agriculturas”, que envolve as mudanças técnicas no manejo dos agroecossistemas, bem como mudanças sócio-ambientais, considerando as ações coletivas desenvolvidas pelos agricultores e suas organizações, redesenhando a produção e o consumo, na busca de viabilizar um novo projeto de agricultura e desenvolvimento rural. In: ZONIN, Wilson João, *Transição Agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba*. UFPR: Curitiba, 2007. p. 22.

<sup>263</sup> MST, Princípios da Educação no MST. *Caderno de Educação n°8*. S/ ed. São Paulo, Julho de 1996.

fundamentadas em concepções abstratas de ser humano e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental. Portanto, houve a possibilidade institucional e histórica de concretização de uma Educação Ambiental que ignorou princípios do fazer educativo e a diversidade e radicalidade inserida no ambientalismo, perdendo o sentido de educação como vetor da transformação social e civilizacional<sup>264</sup>.

Nesse sentido, percebemos no depoimento de alguns assentados e lideranças uma leitura social de suas ações que ultrapassa em alguns pontos essa idéia, como a fala de Gilberto Brides, que dentre outros assentados, traduz estas aspirações:

Nessa questão mais educacional, pegando, não só na formação, mas nessa questão da educação do ser humano, o movimento é muito mais, como se diz, ético, moral, enquanto pessoa você anda mais de cabeça erguida, não se limita aos desvios, você sabe que não pode entrar em tal desvio, porque você acaba, então, tendo isso como uma clareza muito mais ampla, de construção realmente de família e tudo mais. E o movimento zela pelo que é coisa do bem comum, que é do ser humano. Então, isso, acho que é de maior importância ainda, apesar de tudo que vem de benefício dentro da reforma agrária<sup>265</sup>.

As preocupações expostas no depoimento extrapolam os limites da educação formal ou da preocupação simplista no tocante à preservação ambiental. Gilberto constrói seu discurso a partir de uma visão holística da educação voltada para parâmetros éticos e abrangentes da formação humana, relacionado a valores que promovam a plenitude da cidadania. Entretanto, não podemos tomar esta fala de Gilberto, que exerce papel de liderança no Assentamento, para homogeneizar o pensamento dos trabalhadores da localidade<sup>266</sup>. No entanto, a mesma demonstra uma compreensão ampla sobre as preocupações que tramitam entre muitos membros do Movimento sobre a educação.

---

<sup>264</sup> LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 81.

<sup>265</sup> BRIDES, Gilberto. Entrevista citada.

<sup>266</sup> Vemos a fala de Gilberto bastante amarrada as perspectivas de autores que defendem a ação da Educação Ambiental no MST, como GUIMARÃES, Mauro. *A formação de educadores ambientais*. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 80., ao afirmar que: “É dessa forma que a educação ambiental crítica, voltada para a formação da cidadania ativa e planetária, poderá ser um importante instrumento que contribua para a gestão de relações sustentáveis, em qualquer que seja o espaço, entre sociedades humanas e a natureza, já que é intrínseca, a essa concepção de educação ambiental, a conquista de espaços de participação e mobilização, nas diferentes escalas de gestão”.

As ações no Assentamento e do ITEPA, no que diz respeito à superação de uma mentalidade rasa sobre a ação agroecológica, ainda se demonstram em uma fase bastante inicial, mas que já possibilitam, dentro uma leitura histórica, a visualização de algumas mudanças de perspectivas construídas pelo Movimento e que já foram objeto de crítica em outras pesquisas.

A leitura do Movimento sobre as questões que se voltam para a “Transição Ecológica”, dentro do seu *fazer-se* histórico, abarca a concepção que a “*transformação da sociedade acontece realmente quando as pessoas participam da construção do processo, tornando-se sujeitos da sua própria história*”<sup>267</sup>. Os argumentos lançados nos documentos e cartilhas do Movimento distribuídos durante a 6ª Jornada de Agroecologia, em Cascavel – Paraná, em julho de 2007, e que são manuseados pelos assentados e acampados, para além de experiências que incorreram em êxitos para os trabalhadores e exemplos de construção de cisternas, filtros, irrigação racional, proteção de fontes, construção de biofossas, entre outros, também traz orientações importantes, sobre os objetivos destas ações defendidas, como por exemplo:

A referida proposta traz ainda outro enfoque: o resgate da cultura camponesa em seus diversos aspectos que contribuíram para o avanço do desenvolvimento da sociedade sem grandes impactos ao ambiente e as culturas, dando maior ênfase ao resgate das sementes crioulas e de animais rústicos, bem como seu cultivo e criação e o melhoramento genético dessas variedades e raças<sup>268</sup>.

A partir desta proposição, vemos que na formação técnica e política dos estudantes do ITEPA, esses valores têm sido observados tanto nas falas quanto nas ações desenvolvidas no Assentamento:

Nós estamos com manejo de solo, alguns estudando um pouco experimentos, plantas consorciadas e... Estamos mexendo no negócio de fruticultura, póda, essas coisa. Só que é nessa questão, que, no meu ponto de vista tá sendo fraca essa parte técnica pra nós. Nós tivemos umas aulas de produção animal<sup>269</sup>.

---

<sup>267</sup> MST. 6ª Jornada de Agroecologia. *Terra livre...* op. cit.. p. 29.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> RIPPER, Luiz Ozório. Entrevista citada.

O estudante de agroecologia, ao mencionar alguns dos principais focos de estudo desenvolvidos no Curso de Agroecologia, não deixa de tecer sua visão sobre o processo ainda em fase inicial e que, como ele mesmo pontua, “*tá sendo fraca essa parte técnica*”, nos mostrando que ainda existem defasagens e ajustes a serem feitos à proposta. Por outro lado, também podemos observar que as ações e estudos executados pelos estudantes se voltam para a retomada de algumas práticas camponesas, propriamente ditas, como o plantio de plantas que interagem entre si no seu processo de adubação, as chamadas culturas consorciadas e adubação verde<sup>270</sup>.

Um trabalho que está para ser iniciado, porém, neste momento se encontrava parado, é o de fazer uma experimentação em um pequeno espaço da sede do Assentamento, aplicando a utilização do modelo de cultivo em agrofloresta, onde árvores nativas e frutíferas seriam plantadas no mesmo espaço onde se cultivava hortaliças, leguminosas e outras plantas, bem como aproveitando condições naturais de adubação e cultivo. Essas iniciativas têm como referência outras experiências, como a de um Assentamento em Adrianópolis – PR, onde o sistema agroflorestal vem gerando bons resultados, com a auto-suficiência de alimentos. A referência também vem do próprio material do MST, segundo o qual, “*esse trabalho gera impactos positivos, como o retorno às atividades próprias de agricultores que trabalhavam fora da propriedade, como diaristas para conseguir renda mínima para a sobrevivência*”<sup>271</sup>. Entretanto, devido à indisponibilidade de possuir estudantes em tempo integral no local, o projeto ainda se encontra parado.

No entanto, outros projetos vêm sendo desenvolvidos pelos estudantes do ITEPA, como a construção de cisternas para o melhor aproveitamento e armazenamento da água das chuvas, de modo a amenizar o problema de falta de

---

<sup>270</sup> Segundo MALUF, Wilson R. e SAMPAIO, Marcelo Tadeu. Adubação verde: como contribuir para a saúde da horta, do homem e ainda obter lucro. In: *Boletim Técnico de Hortaliças* Nº 38, 1ª edição, Novembro 1999, UFLA. A adubação verde é utilizada pelos agricultores há mais de mil anos, em distintas regiões do mundo, para melhorar as propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos agricultados, muito antes, pois, do advento da adubação química. A eficiência da adubação verde é comprovada também no controle de nematóides, quando se utilizam leguminosas específicas, problema para o qual os produtos químicos, além de caros, não apresentam resultados satisfatórios. O adubo verde promove ainda a reciclagem de nutrientes de camadas profundas do solo para a superfície, em formas assimiláveis pelas plantas cultivadas, quando utilizadas espécies com sistema radicular profundo. Alguns estudos indicam que, por essa característica, tal prática promove o rompimento das camadas de compactação sub-superficiais do solo resultantes da mecanização (pé-de-grade), o que melhor explorado poderia se constituir em uma excelente alternativa aos atuais métodos mecânicos de subsolagem, de elevado custo e consumo energético.

<sup>271</sup> MST. 6ª Jornada de Agroecologia. op. cit. p. 41.

água. Além disso, os estudantes têm desenvolvido ações para a preservação de fontes e recomposição da mata ciliar<sup>272</sup>.

A atuação junto aos assentamentos também visa a sua orientação na prática de uma agricultura sustentável, no manejo apropriado do solo, na preservação ambiental e na transformação da mentalidade do mesmo, voltando-se para a agricultura ecológica. Nesse sentido, o estudante Leandro, do curso de Agroecologia, nos explica tecnicamente qual o trabalho desenvolvido e a viabilidade e importância do mesmo:

Esse trabalho é mais ou menos isso, é de você saber fazer o policultivo, fazer consórcio. Por exemplo, fazer uma mucuna-anã com milho, nabo forageiro, fazer plantar feijão com cebola, feijão com milho, que são plantas companheiras. Tipo a mucuna, ela fixa nitrogênio na raiz, o milho precisa de nitrogênio, precisa de setenta e poucos de nitrogênio, o feijão também precisa de nitrogênio, precisa de quarenta e oito por cento de nitrogênio. Então, não é simplesmente porque, essa pega mais bem com essa planta, tal planta fica bonita com essa, mas é porque uma se beneficia da outra, entende? Tipo aquela que fixa nitrogênio, ela não precisa ela fixa, tira do ar e a outra tira dela e coloca pra cima, tem as plantas que não precisam de tanto sol e tem as plantas que precisam de mais sol. Então, você põe uma planta que precisa de sol junto com aquela que não precisa de sol, então essa vai ficar sombreada pela que não precisa e a que precisa de sol vai ficar por cima. Você explora o máximo da sua produção, além de não ficar esse vácuo de terra, um vácuo de terra onde pega o sol, a chuva, tudo o que faz com que, principalmente, o fósforo (seja liberado)<sup>273</sup>.

Numa narrativa construída a partir de exemplificações e determinantes de natureza científica, Leandro constrói sua fala, e a proposta do próprio Movimento, como autorizada e avalizada pela ciência. O depoente levanta uma série de dados de natureza orgânica e química que sustentam sua fala e a importância da agroecologia para o pequeno agricultor. Para ele, além de melhorar o solo e preservar a natureza, a agroecologia também é fundamental para garantir a diversidade de culturas, o auto-consumo das famílias e a garantia de estar livre de adubos sintéticos, herbicidas e transgênicos, bem como a ampla sustentabilidade do produtor.

A partir da perspectiva acima mencionada, o trabalhador rural Zenildo afirma que as recomendações do trabalho dos estudantes de Agroecologia e a

---

<sup>272</sup> A respeito ver p. 105.

<sup>273</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

organização da sua vida econômica está atrelada à produção das sementes das culturas:

Sempre baseado em você produzir as tuas próprias sementes. Nós, hoje, aqui, temos o que bateu o assentamento e eu mesmo específico também a questão do gado de leite. Então a gente tem umas vaquinha aí pra ter uma renda mensal, e todas as sementes que a gente produz economicamente aqui, é a semente crioula. Você tira aquilo que eu falei antes, de ir lá na empresa buscar sementes, que é um absurdo na verdade (...). E a gente tá vivendo é de leite, milho, só pro gasto, e mandioca é o que eu planto. Isso, pra você ter uma rendinha, de volta e meia ir comercializando, e o resto a gente tem diversificação, feijão, amendoim, batata doce<sup>274</sup>.

As experiências narradas por este trabalhador mostram seus êxitos e contentamento a partir da mudança para o modelo agroecológico. A sua fala vem revestida da satisfação da sua sustentação econômica, mas também de uma satisfação que lhe permite romper, em parte, com a dependência das grandes cooperativas, para quem, em outros momentos de sua trajetória de trabalho, era obrigado a entregar a produção para sanar as dívidas. O agricultor mostra com alegria a casa que construiu, os bens adquiridos como carro, móveis, freezer, televisor, geladeira, após as mudanças de modelo de produção.

A maneira como organiza a vida econômica e a produção no lote é assim narrada:

Milho, isso que eu falei, milho pro gasto que é pra galinha, que é pro porco que é um pouquinho para vaca, tem mandioca e essa é pro consumo e comercialização também, um pouco. Tem leite, porco quando sobra, ou vendo alguns, galinha também tem a vontade aí, e aí a diversificação que eu falo, que é a hortaliça (...). Tenho horta, tem alface, tem repolho, tem beterraba, tem couve-flor e mais... tem mais coisas, tem banana, tem mamão, tem acerola, tem jabuticaba, tem laranja, tem diversas coisas... e planto o milhinho, pipoca, batata doce...<sup>275</sup>

O modelo de produção para consumo, com a venda de excedentes, promove uma certa integração ao mercado, o que possibilita ao trabalhador gerar renda. Parte desta renda é revertida em benfeitorias na propriedade, o que se traduz numa melhoria no padrão de vida. Ao mesmo tempo, este modelo contrapõe a dinâmica do capital, inserindo o assentado numa resistência ao grande capital,

---

<sup>274</sup> ZENILDO. Entrevista citada.

<sup>275</sup> Idem.

ou seja, na luta de classes, mesmo quando este não tenha uma leitura consistente disso.

Outro aspecto importante no que concerne a esta ruptura proposta pelo MST com o grande capital é verificado no Curso Técnico de Saúde Comunitária. Para o MST, faz-se necessária uma ampla soberania, não apenas alimentar, mas também no tocante à saúde. A saúde está intimamente ligada à mudança do modo de produzir para os cultivos agroecológicos. Partindo dessa premissa, é que foi desenvolvida a proposta de um curso que visa a formar agentes de saúde comunitários para atuar junto a acampamentos e assentamentos. A estudante Maria Patrícia Meura, assim relata sua visão sobre o Curso:

O nosso curso de saúde é mais voltado pra ervas medicinais mesmo. Nada de químico. Até nos nossos encontros estaduais, qualquer encontro, todas as brigadas de 50 e a brigada de 500, que é uma brigada total, aí leva os seus medicamentos medicinais e não está mais sendo inserido medicamentos químicos nos nossos encontros. Nas nossas farmacinhas de dentro de acampamento, assentamento, só medicamento de ervas. A gente, todas as brigadas, todos os acampamentos, já estão tendo suas hortas de plantas medicinais e a gente trabalha mais voltado pras ervas medicinais mesmo<sup>276</sup>.

O depoimento explicita a concepção mais ampla do MST que vem inserida em seus debates sobre a Reforma Agrária. A luta em torno da dignidade do ser humano passa pela sua saúde. Nesse sentido, saúde não fica resumida ao tratamento de doenças, mas envolve vários outros aspectos como o meio-ambiente, a alimentação, as condições de vida sociais e políticas. Conforme debatido no Capítulo 01<sup>277</sup>, onde evidenciamos a vinculação de várias gigantes do ramo de sementes e herbicidas, fundando fusões com indústrias do ramo farmacêutico.

A partir dessa constatação, também como forma de primar por um estatuto de qualidade alimentar e de pureza em relação aos medicamentos, desenvolveu-se no MST uma visão que não desvincula a saúde do processo de Reforma Agrária, uma vez que esta envolve uma gama de condições que promovem a dignidade humana. Em entrevista para o Jornal dos Sem Terra, Dirlete Dellazeri, uma das coordenadoras do Setor de Saúde Nacional do MST, assinala algumas características dessa compreensão:

---

<sup>276</sup> MEURA, Maria Patrícia. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

<sup>277</sup> Sobre esta discussão ver p. 35.

Saúde não significa ausência de doença. Consideramos o adoecimento um processo. Ele não acontece repentinamente e envolve as condições de vida que eu coloquei. Para nós, os pobres do campo, ter saúde significa realizar a Reforma Agrária. Hoje, para quem mora no campo, ser uma pessoa saudável passa necessariamente pela mudança desse modelo econômico, voltado para a produção da monocultura extensiva, destrutiva do meio-ambiente e predadora dos recursos naturais. O agronegócio é voltado apenas para exportação, não para a alimentação do povo, e ainda usa amplamente produtos químicos na lavoura. Essa agricultura hoje produz doença.

Nas discussões que nós temos feito nos acampamentos e assentamentos, falamos justamente sobre como cuidar do meio-ambiente, das nossas casas e do entorno. Colocamos também a questão da alimentação e como produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Nós pensamos muito sobre a agroecologia, que é tão essencial quanto a discussão acerca das políticas públicas de saúde<sup>278</sup>.

A fala de Dirlete aponta para alguns eixos de considerações centrais a respeito dos motivos dos investimentos do MST na Saúde Comunitária e no cultivo e estudo de plantas medicinais, abrangendo também a relação desse tema com o desenvolvimento do modelo agroecológico.

(...) temos também o desafio de resgatar e incentivar as práticas não convencionais, conhecidas como terapias alternativas. Nós, Sem Terra, temos muita tradição em usar plantas medicinais para consumo humano e animal. Isso é bastante tradicional para o povo do campo, que sempre produziu seus próprios medicamentos. Procuramos estimular o plantio e o uso correto dessas plantas, levando a informação e o conhecimento aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais. Além das plantas, utilizamos a barro-terapia, a acupuntura e a bioenergética, entre outras. São terapias que dão bons resultados<sup>279</sup>.

De outro modo, as narrativas acima também informam que a capacitação de agentes na área de saúde tem uma relação bastante próxima com a agricultura ecológica, uma vez que associa os saberes populares e científicos. Devemos atentar para o fato de a fitoterapia ser utilizada como mais uma opção no tratamento de doenças e não como instância única e substitutiva à medicina convencional. A luta

---

<sup>278</sup> MST. “Saúde significa realizar a Reforma Agrária”. Entrevista com Dirlete Dellazeri, integrante do setor de saúde do MST. 20/07/2006. in: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1497>.

<sup>279</sup> Idem.

por acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) fica latente nas discussões do Movimento<sup>280</sup>.

A preocupação em fomentar práticas que venham a atender as necessidades imediatas das comunidades é o foco principal deste projeto. A idéia central tem por objetivo difundir a utilização de chás, geléias, xaropes e pomadas naturais, para auxiliar no tratamento de problemas de pele, verminoses, resfriados, dores corporais, entre outros. Como moradores da área rural, as famílias de trabalhadores rurais têm um acesso bastante fácil às plantas medicinais, portanto, a idéia é promover a instrução adequada do uso correto dessas plantas, como caracteriza Maria Patrícia:

Porque as pessoas, por não ter conhecimento sobre as ervas medicinais, pensam: aquele mato ali ou vai fazer muito mal ou não vai fazer bem, ou que podem tomar qualquer quantidade. Mas não é bem assim. Cada tipo de planta tem a sua forma de estar preparando. Ai tem que ser controlado igual medicamento químico, por exemplo de gota: tem tantas gotas que uma idade de uma pessoa pode tomar. E o medicamento medicinal, de ervas medicinais também. Você não vai dar o mesmo tanto de gotas pra uma criança e pra uma pessoa adulta<sup>281</sup>.

A estudante assinala para uma série de preocupações, as quais devem ser observadas quanto ao manejo e a posologia dos remédios naturais. A narrativa também informa sobre o receio de muitos trabalhadores em relação aos resultados da medicina natural. Em assim sendo, a ação desenvolvida também é um processo que aos poucos vai se construindo e envolve uma mudança de mentalidade, e, não raras vezes, a reafirmação de valores dos próprios camponeses.

---

<sup>280</sup> MST. “Saúde significa realizar a Reforma Agrária”. Entrevista com Dirlete Dellazeri, integrante do setor de saúde do MST. 20/07/2006. in: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1497>. A entrevistada segue em sua fala ilustrando concepções que o MST defende em relação a saúde pública: “O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma política avançadíssima no texto da Constituição Federal. Nós não temos, em nenhuma outra área, uma política de saúde igualitária e humana como é a do SUS, que prevê o atendimento universal, sem discriminação. Só que na prática, isso não acontece porque estamos em um Estado que não tem interesse em atender à população. O Estado, que deveria ser o executor dessa política pública, está essencialmente voltado aos interesses do capital. O orçamento do Ministério da Saúde foi aplicado, em sua maior parte, para atender as doenças. Como esse foco, ele privilegia as indústrias farmacêuticas, as de equipamentos hospitalares e os laboratórios, sem discutir como nós somos atendidos. Nós temos que defender o SUS, mas precisamos entender que isso não significa apenas brigar com o prefeito, o secretário de Saúde ou o Ministério. Infelizmente existe uma política hegemônica para atender ao capital, especialmente o internacional. O nosso sistema de saúde precisa ser resgatado e retirado das garras das empresas transnacionais para ir para as mãos do povo”.

<sup>281</sup> MEURA, Maria Patrícia. Entrevista citada.

Ao narrar suas percepções sobre os trabalhos desenvolvidos, Luiz Ozório acena para o fato de que em muitas ações os próprios camponeses já são conhecedores das técnicas e ensinamentos que estão sendo transmitidos:

Porque muitos que a gente conversa falam que não, nós, o meu pai, o meu vô, há tantos anos atrás, plantavam isso aqui já, faziam esse tipo de trabalho na terra. Mas, não sabiam que um dia deveria levar esse nome de agroecologia. Eles fazem esse questionamento, eles fazem pra nós às vezes, que eles já faziam isso, mas não sabiam que era isso<sup>282</sup>.

Destarte, vemos que ao longo da construção dessa proposta Agroecológica do MST, fundem-se elementos novos e inteiramente desconhecidos pelos camponeses, que chegam a gerar uma certa desconfiança e receio de alguns, como também fazem parte dessa proposição o rearranjo de antigas práticas já conhecidas dos trabalhadores, mas agora embasadas numa visão mais técnica dos estudantes de Agroecologia.

Assim, a partir das experiências vivenciadas entre os assentados e acampados, o MST vai paulatinamente tecendo sua práxis. Descobrimo e relacionando diferentes trajetórias e concepções dos sujeitos da Reforma Agrária e incorporando as mesmas em suas lutas e de modo lento consolidando o seu “fazer-se”.

Os relatos e experiências que se voltam para o campo da agroecologia para além de uma nova proposta de manutenção do trabalhador no campo, viabilizando-lhe renda, também tem uma conotação política e econômica importante, como bem observa Luiz:

No caso o pequeno agricultor, o camponês, que é esse o termo que nós usamos, muitas vezes, ele pensa que está sendo uma ilha, né cara. Porque ele tá cercado pelo grande, em muitos lugares. E na questão do uso de agrotóxico, essas coisas, porque isso, pra avaliar, é um dano muito grande pra saúde da pessoa, da humanidade. E, no caso, o resgate da agricultura camponesa, na década de 60 a revolução tomou ela.<sup>283</sup>.

---

<sup>282</sup> RIPPER, Luiz Ozório. Entrevista citada.

<sup>283</sup> Idem.

A narrativa do estudante de Agroecologia indica, também, uma dimensão dos trabalhos da memória, na qual o depoimento, ao traduzir as ações desenvolvidas pelos futuros técnicos em Agroecologia, encontra-se perpassado por vários elementos da memória hegemônica desenhada pelas cartilhas e lideranças do MST. Embora construindo sua fala a partir de muitos elementos próprios dos argumentos e conceitos defendidos pelo MST, não podemos descaracterizar que o próprio trabalhador pense dessa maneira, uma vez que o mesmo acredita no trabalho que faz e participa da construção dessa proposta.

A interpretação de outros depoimentos nos permitem chegar a conclusões bastante próximas, por exemplo, ao analisarmos os conteúdos presentes nos documentos do Movimento e nas falas das lideranças, relacionando-os a construção da memória engendrada nas relações, nas experiências individuais e coletivas dos trabalhadores. A Narrativa de Reginaldo, estudante de agroecologia, filho de assentados e militante do MST, é neste sentido significativa:

(...)o trabalho na terra, como uma perspectiva de vida e manutenção da classe, da classe trabalhadora camponesa no campo e até a manutenção da nossa organização como parte, sabemos que ela é um espaço onde os camponeses conseguem trabalhar e, sem ela, dificilmente, a organização existe. Então a gente tem essa tarefa aí de trabalhar com os camponeses<sup>284</sup>.

A apropriação de conceitos da literatura marxista e de manuais e cartilhas do Movimento é evidente em vários momentos da entrevista de Reginaldo. Noções como “manutenção da categoria camponesa”, “luta contra o capitalismo”, “organização de classe”, entre outras que aparecem no decorrer da fala do estudante, nos revelam a matriz do discurso. No entanto, outra dimensão a ser explorada é a do nível de consciência de classe sustentado na fala do estudante e que orienta muitas das ações desenvolvidas no Assentamento.

Assim como destacou Pierre Bourdieu<sup>285</sup>, os relatos muitas vezes acabam sendo construídos de modo que sejam mais coerentes que a própria trajetória de vida do trabalhador, prenhe de re-significações do passado pelo presente. Entretanto não devemos ver nisso um empecilho ou um elemento que deslegitime a narrativa, mas, ao contrário, como um fator de grande importância ao constante

---

<sup>284</sup> REGINALDO. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçú.

<sup>285</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Condição de classe e posição de classe*. Economia das trocas simbólicas. Série Estudos, n. 20. São Paulo: Perspectiva, 1998.

refazer-se da memória, incorporando novos significados a trajetória de vida do narrador, produzidos em vários conflitos no presente.

Nesse sentido, embora tendo o sentido acolhido pela e na proposta política desenvolvida no Movimento, ao longo da narrativa de Luiz observamos não só a importância do trabalho cooperado para a sua inserção social, mas valorização de saberes não determinados pela rotina escolar na vida do camponês.

Acho que todas funções que um agente de saúde faz, como tem na cidade, nas cidadezinhas próximas. Fazem palestras, com as mães, com as gestantes, com os bebês recém-nascidos, como as mães podem estar cuidando, prevenindo, várias coisas também. Como DST's, principalmente com os jovens. E com as adolescentes sobre a gravidez indesejada. Até na vida dos casais a gente trabalha muito, que, muitas vezes, existe um pouco do machismo ainda, aliás existe muito, principalmente nos acampamentos. As pessoas mais analfabetas assim, não aceitam muitas coisas. No casal, o marido na hora da relação não aceita usar o preservativo, porque são casados, porque existe aquela coisa da confiança. Mas, isso nunca é o certo. Então a gente tenta trabalhar a esse respeito também, com eles, com elas também, que às vezes ficam envergonhadas de estar pedindo. Então a gente trabalha também com os casais, independente da idade<sup>286</sup>.

### **3. Espaço de Socialização e de Projeções Pessoais.**

Analisar as diferentes histórias de vida de trabalhadores e estudantes do ITEPA, procurando estabelecer uma conexão entre os sentidos atribuídos ao seu viver, faz entrelaçar uma rede de trajetórias e diferentes anseios que orientam seus itinerários no processo de construção das ações do MST. Esses sujeitos, em suas narrativas, informam sobre um campo de múltiplas possibilidades daquilo que os motiva a enfrentarem a luta pela terra. A análise de suas falas nos descortina muitos das diferentes expectativas de vida e de luta que os movem em múltiplas aspirações, com significados de esperança e sonhos da conquista da terra, do trabalho e de uma profissão. Desvendar os processos de afirmação dos interesses desses sujeitos e sua relação com os objetivos do MST são objetos passíveis de análise nesse momento.

---

<sup>286</sup> MEURA, Maria Patrícia. Entrevista citada.

Ao adentrar o universo das expectativas e motivos que movem as experiências dos estudantes e trabalhadores, visualizamos um pouco mais sobre suas ambições relativas se luta pela sobrevivência e trabalho, bem como os processos e fatores inerentes a ela. O estudante Luiz Ozório, assim registra em seu depoimento suas expectativas para depois de concluído o Curso de Agroecologia:

Nós estamos aqui com uma proposta de sair daqui formado, março de 2008, com um trabalho garantido pra 3 anos, pelo Incra. Aí vamos esperar essa proposta, ver as condições que eles nos oferecem. Se for condições que dá pra seguir bem, vamos continuar na luta, nos movimentos sociais<sup>287</sup>.

O depoimento dá voz a trama de experiências que se tecem no fazer-se dos sujeitos que compõem a classe. Não é apenas de uma visão idílica da construção de uma sociedade ancorada em valores socialistas que se compõem a luta pela Reforma Agrária. As narrativas, algumas vezes, agem de forma a reivindicarem uma outra compreensão desse processo social, principalmente no que tangencia os mundos do trabalho e a gama de aspirações, motivações, frustrações e sonhos que se entrelaçam no interior das distintas trajetórias dos indivíduos.

Outras dimensões do vivido entrecruzam-se no “fazer-se” dos trabalhadores. Verifica-se a construção de novas redes de relações sociais com os integrantes mais antigos do Movimento, mas, principalmente, com os estudantes de Agroecologia. Entre vários episódios vivenciados, Luiz selecionou uma angústia acerca das dificuldades encontradas e o desejo, às vezes, de abandonar o Movimento e procurar novas maneiras de fazer a vida:

Tem vezes que dá vontade de abandonar. Mas aí tu pensa, faz uma reflexão. Aí tu vê, tô abandonado, mas nós estamos em 28 que estudam aqui. Mas quando se formar, nós vamos estar todos extraviados por esse mundão, cada um na sua brigada, na sua região trabalhando. Aí tu pensa assim, abandonar, mas quantos companheiros tu conquistou, e como é que a gente vai abandonar assim e sair no mundo. E jamais tu vai conseguir, né, aonde de novo? Tu vai ter que entrar num movimento de novo, fazer toda uma batalha como eu fiz, pra ver se tu consegue de novo. E jamais tu vai conseguir as mesmas pessoas que tu fez, que se fez companheiro aqui dentro, encontrar de novo<sup>288</sup>.

---

<sup>287</sup> RIPPER, Luiz Ozório. Entrevista citada.

<sup>288</sup> Idem.

A vida pessoal e a de trabalho interpenetram-se na trajetória como integrante do MST. Luiz Ozório, desde muito cedo engajado em uma vida de andanças e peregrinações em busca de trabalho e sobrevivência, encontrou no MST coisas além da realidade da luta por justiça social, mas um lugar de enraizamento enquanto ser humano, desenvolvendo relações afetivas que se revelam igualmente fortes quanto os compromissos de luta pela terra. As fronteiras dessa relação são expressas por seu sentimento, embora contraditório, em relação ao medo de perder os laços e a identidade construída junto aos companheiros.

O engendramento de outras expectativas acerca da inserção na luta pela terra também aparecem em algumas narrativas. Importa sublinhar que, muitas falas, embora desconexas dos aspectos estabelecidos como pertinentes dos sujeitos da Reforma Agrária, todas essas contradições fazem parte do processo de construção do Movimento Social, uma vez que este avança a partir destas vozes dissidentes, sendo as mesmas muito importantes para a crítica interna das ações do Movimento. Nesse sentido, outros sujeitos tecem expectativas de vida que são muito mais de natureza pessoal. Leandro afirma que:

Se fosse só pelo ensino médio, não teria vindo, pois eu já fiz ensino médio na escola convencional, e devido a essa parceria com a Universidade Federal não foge muito do convencional. Vem educadores aqui que trazem mais um enfoque político dialético sobre a realidade, que não seja esta reprodução do sistema e acaba ainda quase caindo no sistemão. Então, se fosse só por isso eu não teria vindo<sup>289</sup>.

Nesse pequeno trecho de sua entrevista, Leandro procurou validar alguns dos princípios que norteiam suas escolhas, como o investimento em si mesmo. Embora inserido na luta pela Reforma Agrária e depositário de uma expectativa do MST, uma vez que o Movimento espera dos mesmos retornos no tocante ao desenvolvimento de novas ações da luta coletiva, Leandro assegura que a escolha deu-se a partir do que pensa para seu futuro.

No mesmo sentido da fala de Leandro, porém de maneira mais atrelada ao crescimento pessoal no interior da luta pela Reforma Agrária, outra narrativa nos chama a atenção. Quando indago sobre qual o valor que atribui ao curso técnico que fazia, Maria Patrícia, assim construiu sua resposta:

---

<sup>289</sup> MEDEIROS, Leandro. Entrevista citada.

É que nem eu te disse: pra mim ele é só um degrau, onde eu vou estar concluindo o segundo grau, adquirindo já um curso, o que é muito bom pra mim. Só que eu quero fazer medicina. Pra depois, com a faculdade de medicina, estar contribuindo um pouco mais com o MST. Ai, é claro, que eu não vou ficar só no Paraná ou na minha região, porque o militante formado pelo MST, por Brigada, é pra um todo. Não só pro MST, como agora, também pela Via Campesina. Ao mesmo momento que estamos aqui, podemos estar indo pra outros países, porque o MST agora não está isolado<sup>290</sup>.

A narrativa de Maria Patrícia se tece num sentido de movimento retrospectivo e prospectivo, à medida que a luz do passado projeta interesses futuros. Tal afirmação assume maior sentido quando confrontada com os relatos seguintes de sua narrativa:

Logo depois da Marcha Nacional, não sei se você soube, eles me colocaram no curso, pra minha família e eu ficar mais ligada ao Movimento, por causa de toda a história dele e tal. E daí escolheram esse curso pra mim. Era uma coisa que eu já gostava, referente à saúde. E daí eu vim. Eu estou no curso. Uma por causa do segundo grau que eu não tinha concluído. E daí, é um curso, como se fosse, eu vou estar preparada pra ser um agente de saúde, só que daí eu quero fazer medicina, logo após. Daí eu termino esse curso e sempre vai aparecer vagas, porque nós somos de movimento social. E, daí, surgindo vagas pra fazer medicina, eu quero ir pra Venezuela ou outro lugar, ou aqui que seja. Então é só um degrau<sup>291</sup>.

Uma possibilidade que se descortina na análise do depoimento é a da rememoração de um período traumático e turbulento em sua história de vida e na de sua família, como elemento que possibilita um novo caminho em suas vidas. A memória não silenciou frente às pesadas sombras do passado, mas, ao contrário, potencializou as mesmas através de significados que definem seu espaço de reinserção social e superação pessoal.

O feixe de sentidos da decisão de ingressar no MST aparece aqui como uma multiplicidade de interesses dos sujeitos da Reforma Agrária e dos estudantes de Agroecologia. As falas dos depoentes historicizam outra dimensão que não aquela intermediada completamente por noções de justiça social ou acesso à terra, mostrando-nos que, internamente, a heterogeneidade do movimento, continua a produzir sujeitos sociais que, a partir de suas demandas pessoais, não se sujeitam ao projeto social do Movimento.

---

<sup>290</sup> MEURA, Maria Patrícia. Entrevista citada.

<sup>291</sup> Idem.

Em linhas gerais, o capítulo dialogou com representações tecidas no interior do processo de luta pela terra em relação as novas proposições do MST no tocante a Educação Agroecológica. Uma atenção especial foi dispensada ao Setor de Educação e a maneira com o qual as diretrizes do Movimento se relacionam com os múltiplos sujeitos que compõem a luta pela Reforma Agrária.

Algumas considerações merecem um destaque especial, como, por exemplo, a maneira pela qual o debate é estabelecido pelo MST sobre a Educação e o modo pelo qual suas propostas, não raras vezes, conflitam com os interesses dos sujeitos da Reforma Agrária. Entretanto, seria reducionista visualizar este fato apenas como sendo uma relação de poder na qual uma nova relação de dominação e resistência se faz no interior do Movimento. A nosso ver, esta configuração conflituosa faz parte do processo de construção da categoria e do seu constante movimento de crítica interna, como forma de encontrar caminhos que contemplem o problema de forma mais abrangente. Nesse sentido, concordamos com José de Souza Martins ao asseverar que:

O que principal permanece da crítica socialista ao capitalismo é, em primeiro lugar, a crítica ao próprio socialismo, enquanto teoria e prática, nas sociedades capitalistas e nos países de Estado socialista. Crítica ao próprio socialismo nas sociedades capitalistas enquanto momento antagônico e contraditório engendrado pelo próprio processo de reprodução ampliada do capital, suas tensões e suas carências. <sup>292</sup>

O enfoque dialético que permeia a base da ideologia do MST, herança do marxismo, impregna o ideário da luta pela terra de uma capacidade de estar, com freqüência, revendo seus preceitos e diretrizes e, no diálogo interno da luta pela terra, bem como no diálogo com outras realidades da sociedade, vai reformulando sua prática em busca de respostas mais bem tecidas aos problemas enfrentados.

Nesse sentido, não obstante as inúmeras trajetórias de vidas distintas e das multifacetadas expectativas de vida que se encontram no interior do MST, este seria visto como um aspecto normal do fazer-se da classe, uma vez que, como afirma com propriedade E. P. Thompson:

---

<sup>292</sup> MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 156.

... os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desta idéia do termo (...) como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida tratam esta experiência em sua consciência e sua cultura, das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre suas situações determinadas<sup>293</sup>.

A partir deste prisma, os trabalhadores não são resultados únicos e objetivos de suas ações, mas também de outras formas de interação social, de modo mais abrangente, de todas as suas relações sociais, de produção e de poder as quais experenciam cotidianamente. Assim, os protagonistas da luta pela terra, são construídos em um processo complexo e contraditório, com uma multiplicidade de antagonismos, revelando temporalidades convergentes e divergentes e, ao mesmo tempo, desencontradas e contraditórias.

---

<sup>293</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria*. op. cit. p. 182,

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Agroecologia enquanto um campo repleto de significações mais amplas do que a sua aplicação enquanto ciência, mas também enquanto um projeto político de luta do MST, orientou esta pesquisa e possibilitou descortinar um pouco da complexidade e da multiplicidade de interpenetrações de diversas dimensões que se amalgamam ao tema.

Compreender o processo do *fazer-se* da Agroecologia dentro do MST foi o desafio desta que pesquisa. Durante a investigação histórica realizada procurou-se ir além das análises das práticas sociais de como se faz uma agricultura ecologicamente correta, procurando também analisar as relações com as novas demandas institucionais do MST e seu intercâmbio com a sociedade.

A partir da ampla rede de significações as quais orientam a prática agroecológica nos seus mais variados sentidos, percebeu-se que esta se faz a partir de múltiplos referenciais – políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais, teológicos, entre outros –, sendo necessário, nesse sentido, uma análise histórica mais crítica da formação desta proposta no interior do MST. Assim sendo, procuramos delinear os múltiplos fatores que perpassam, na perspectiva de processo histórico, o *fazer-se* desta ação dentro do Movimento Social.

Destarte, faz-se necessário, acerca da construção de uma práxis agroecológica, como bandeira política de luta do MST, atentar para os diferentes pontos que se situam na gênese desta estrutura: (a) tem raízes históricas, articulando diferentes momentos do *fazer-se* do Movimento e das trajetórias dos sujeitos da Reforma Agrária no país; (b) ela foi se tecendo a partir do referencial da *práxis* dos próprios trabalhadores rurais, bem como da relação dialógica com os vários sujeitos da luta e instituições mediadoras, possuindo raízes nos costumes, tradições, modos de vida e organização social da produção dos próprios trabalhadores, que já traziam consigo uma série de práticas que embasam a agroecologia e a agricultura familiar; (c) encontra forte embasamento teológico, uma vez que muitos documentos, falas e ações dos camponeses apresentam-na revestida de uma certa valorização religiosa da terra e do trabalho nela desenvolvido; (d) assume um forte significado político e econômico de enfrentamento ao modelo

convencional intimamente ligado à dinâmica do capitalismo, haja vista que se ancora em princípios que primam pela pequena propriedade familiar, a viabilização econômica e manutenção do homem no campo, a autonomia do trabalhador e a soberania alimentar; (e) encontra aceitação em várias camadas da sociedade que defendem o meio-ambiente e uma alimentação mais saudável e livre de venenos, herbicidas, adubos sintéticos, sementes transgênicas, entre outros.

A caracterização esboçada nos revela não um MST “*a-histórico*”, monolítico e fechado em si mesmo, mas, sim, atrelado a uma realidade mais abrangente, construindo-se de maneira dialógica com a sociedade na qual se encontra inserido.

Foi mediante esses cenário que pudemos visualizar uma prática agroecológica que se tece de modo a estabelecer diálogos com uma multiplicidade de realidades, vindo a se aproximar de vários elementos próprios da tradição camponesa, bem como de características voltadas à preservação ambiental, mas também de uma nova noção econômica ao mesmo tempo em que estabelece aproximações com elementos constitutivos com o marxismo. A historiadora Zilda Iokoi, baseada nos estudos de Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, caracteriza tais aproximações como “*afinidade eletiva*”, ou seja, elementos que, mesmo com pontos de vista e filosofias mesmo que distintas, revelam pontos comuns e importantes um para outro, aproximando-se a ponto de fundirem-se num único pensamento, numa espécie de simbiose. A partir de tal ótica, percebemos aproximações, críticas e superações do pensamento inicial do MST, abarcando, então, elementos destas doutrinas, articulando, assim, sua práxis.

Partindo dessa perspectiva a agroecologia é parte integrante do próprio processo, a própria constituição histórica, o próprio vivido. As ações dos trabalhadores do MST vistas dessa forma, passam a ser compreendidas enquanto um campo vivido materialmente e produzido num intenso embate entre múltiplos fatores, sejam do próprio modo de vida camponês, dos referenciais políticos marxistas-leninistas do MST, da mística religiosa, dos padrões de pertencimento e de outras redes simbólicas construídas no decorrer do processo de fazer-se do Movimento.

A partir dessa concepção mais abrangente da relação dialógica da Agroecologia com várias matrizes que se fundem no seu permanente constituir-se, a mesma passa a ser vista como uma prática política que objetiva possibilitar a

solidariedade, a autonomia, a geração de renda, a soberania alimentar, a viabilização da Reforma Agrária, bem como um nível mais elevado de igualdade de condições sociais.

Entretanto, a agroecologia também se apresenta repleta de novas possibilidades de geração de renda e de condições para a fixação do homem no campo, bem como para a continuidade do Movimento na luta pela Reforma Agrária, uma vez que oportuniza também o desenvolvimento de práticas econômicas que se voltam para a otimização da produção e uma maior produção de renda, tanto ao Movimento como para o trabalhador.

Não obstante, no interior dos assentamentos, as posições acerca da continuidade da luta e a adoção de um modelo agroecológico não são homogêneas. Os modelos econômicos engendrados ao longo do processo de fazer-se da luta pela terra no MST, nem sempre são compartilhados por todos os assentados, ou não condizem a heterogeneidade cultural dos trabalhadores rurais. Portanto, trata-se de um movimento social heterogêneo, no qual os sujeitos de suas ações são os mais diversificados, com escolhas e interesses múltiplos. A própria articulação em torno dos objetivos de luta e ideais políticos do Movimento é bastante perene, no sentido que está em constante diálogo com o seu momento histórico, permitindo infiltrações de novos saberes e tendências, constante abertura a novas dimensões políticas e sociais da reforma agrária, bem como a profundos (re)arranjos de sua práxis.

Em meio à multiplicidade de antagonismos presentes no processo histórico do *fazer-se* da agroecologia no MST, podemos evidenciar que, muito embora, o discurso sobre a implantação de um modelo agroecológico se apresente de modo coeso e consistente pela direção do Movimento e pelos seus, entre os assentados esta proposta sofre algumas contestações e resistências. No entanto, ao nosso ver, analisar estes elementos de modo isolado incorrem no risco de fragmentar a análise do processo, perdendo de vista uma noção mais abrangente da própria constituição histórica do MST.

Assim sendo, procuramos visualizar as variadas experiências sociais de organização da produção e suas contradições, não como uma derrota do modelo pensado pelo MST, mas como um conjunto ações que se situam no campo da experiência e vão se construindo ao longo do processo. A partir dessa perspectiva, quando o assentado coloca em prática ações agroecológicas, não está aceitando passivamente as orientações colocadas pela direção. Aderir à proposta agroecológica, nesse sentido, não significa que ele não a questione. Ele está participando da relação conflituosa e contraditória do processo.

Por outro lado, também constatamos que o fato de questionar ou resistir não significa que ele não concorde, uma vez que sua trajetória e modo de vida o levam a crer nisso. Muitos assentados demonstraram achar as propostas interessantes, terem consciência ambiental e no seu cotidiano desenvolverem práticas camponesas de reciprocidade e trabalho, mas também devemos compreender que os mesmos se prendem a resultados práticos como renda, produtividade e trabalho, surgidos a partir de pressões do vivido.

No que concerne à geração de renda e condições para a viabilização econômica dos assentamentos, a agroecologia também passa a ser pensada articulada à educação. Destarte, pudemos perceber que a educação agroecológica no Movimento não se volta unicamente aos estudantes, mas também aos assentados. Assim, a educação e a formação de uma consciência agroecológica superam os objetivos da educação formal, constituindo-se num processo político-pedagógico que acontece na práxis, revelando que tanto o MST quanto os assentados estão se auto-fazendo no processo de luta.

Nesse sentido, o *fazer-se* dos sujeitos individuais e coletivos, ao longo da trajetória do MST, está presente em todos os espaços de ação – escolas, cursos, assentamentos, ocupações de terras, entre outros – e engendra constantes elaborações de novas relações sociais, que, por sua vez, possibilitam mudanças nos referenciais culturais de toda uma práxis. O modo de vida do assentado, não se conserva o mesmo que era antes da luta pela terra, bem como não é um modo de ser inteiramente novo. Todavia, através do engendramento da relação entre passado e presente, o trabalhador passa a re-elaborar várias noções que orientam sua vida, recriando valores, tradições e relações que dimensionam vários elementos integrantes da luta pela terra. Nestes termos, às experiências tecidas entre os trabalhadores, são elementos importantes para a compreender que as realidades históricas se encontram em permanentes transformações, tanto em si próprias quanto em suas inter-relações.

**ANEXO 01**Planilha de Convênios ITEPA adaptado do site: [www.cgu.gov.br/convenios](http://www.cgu.gov.br/convenios)

<b>N*</b>	<b>Atividade / Evento / Aquisição</b>	<b>Convênio</b>	<b>Requerente</b>	<b>Valor</b>	<b>Data</b>	<b>Liberado</b>
<a href="#">468327</a>	Capacitação De Agricultores Familiares	Ministério Do Desenvolvimento Agrário	Itepa	107.540,00	16/12/2002	107.540,00
<a href="#">473051</a>	Reestruturação Da Escola Jose Gomes Da Silva, Para Educação E Capacitação Em Alternativas Sustentáveis De Produção, No Pa Companheiro Antonio Tavares, Município De São Miguel Do Iguaçu.	Ministério Do Desenvolvimento Agrário	Itepa	200.000,00	30/12/2002	200.000,00
<a href="#">487344</a>	Perfuração De 02 Poços Artesianos No Projeto De Assentamento Antonio Companheiro Tavares	Ministério Do Desenvolvimento Agrário	São Miguel Do Iguaçu Prefeitura	50.000,00	22/12/2003	50.000,00
<a href="#">497922</a>	Realização De Um Seminário Nacional, Com A Participação De 1.000 (Um mil) Trabalhadores Rurais Assentados, Dos Estados Do RJ, SE, SC, CE, PE, PI, DF, MA, BA, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PR, RN, PB, AL, TO, RS e RO, A ocorrer No Estado Do Paraná, Nos Dias 19 A 24 De Janeiro De 2004, Para discutir Novo Modelo De Projetos De Assentamento.	Ministério Do Desenvolvimento Agrário	Itepa	132.412,00	15/01/2004	132.412,00
<a href="#">491315</a>	Capacitação De Agricultores Familiares	Ministério Do Desenvolvimento Agrário	Itepa	109.300,00	21/01/2004	109.300,00
<a href="#">516820</a>	Ater - Autorizado Pelo Ofício Mda N[0488/2004].	Ministério Do Desenvolvimento Agrário	Itepa	180.250,00	25/01/2005	180.250,00
<a href="#">520762</a>	Resgate, Valorização E Disseminação De Praticas Agroecologicas Nos assentamentos De Reforma Agrária.	Ministério Do Meio Ambiente	Itepa	233.805,00	28/12/2005	81.068,00
<a href="#">522419</a>	Produto: Gestão Ambiental Fonte: Finep/Ministério Des Social (Antigo Mesa)	Ministério Da Ciência E Tecnologia	Itepa	569.384,25	16/02/2007	79.519,15

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCA/MMA. *A agroecologia como alternativa*. Brasília, 2006. p. 12.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.
- BACZKO, Bronislaw. Antropos-homem. *Enciclopédia Einaudi*, tomo 5. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Les imaginaires sociaux*. Mémoire et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. SP: Hucitech, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (3 vols.), São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEUS, Curtis E.; DUNLAP, Riley E. Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate. In: *Rural Sociology* v. 55(4), p. 590 – 616, 1990. APUD: JOELS, Liliane Miranda. *Reserva Legal e Gestão Ambiental da Propriedade Rural: Um estudo comparativo da atitude e comportamento de agricultores orgânicos e convencionais do Distrito Federal*. Brasília: UnB, 2001.
- BOFF, Leonardo. Entrevista. *Revista Caros Amigos*. Setembro de 1998.
- \_\_\_\_\_. *Música: Quando chegar na terra*. MST. Sem Terra: as músicas do MST. Porto Alegre. Unidade Editorial – Prefeitura Municipal, 1996. p. 27.
- BOURDIEU, Pierre. *Condição de classe e posição de classe*. Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva, Série Estudos, n. 20, 1998.
- BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência: A organização social e da produção em assentamentos rurais na região Oeste do Paraná*. São Paulo: PUC, 2000. Tese.
- \_\_\_\_\_. *Lutas pela terra no oeste paranaense*. Do movimento ao assentamento. São Paulo: PUC, 1994. Dissertação.
- BURKE, Peter. *Variedades da história cultural*. RJ: Civ. Brasileira, 2000.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Escola é mais que escola. Petrópolis, RJ. Vozes: 2000. p. 24
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. SP: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

- CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos*. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2006
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Edunicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Revista annales*, nov-dez. 1989, nº 06, p. 1505-1520.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Trad. Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro : Bertrand, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CRUZ, Heloísa de F. *Cultura, trabalhadores e viver urbano*. Projeto História. SP, PUC/SP, nº18, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores em serviços*. SP: Marco Zero, 1991.
- DAVIS, Natalie Z. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEITOS, Nilceu Jacob. *Representações pentecostais no Oeste Paranaense*. UFSC, 1996. [Dissertação de Mestrado em História].
- \_\_\_\_\_. (et. al.) *Arquidiocese de Cascavel: 25 anos de História*. Gráfica Palube. Cascavel, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A construção do imaginário católico (1930-1990)*. UFRGS. 2004. [Tese de Doutorado].
- D'INCAO, Maria da Conceição, Roy, Gérard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras: Manifestações camponesas contemporâneas em Goiás Velho*. São Paulo. USP. 1998. (TESE).
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.
- FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: Experiências de luta no Paraná*. Marechal Cândido Rondon, LGeo, 2001.
- FENELON, Déa R. *Muitas memórias, outras histórias*. In: KHOURI, Yara A. (et. al.). *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho d'água, 2004. p.12-13.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital: o extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. [Dissertação de Mestrado em História].
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8ª ed. Edições Loyola. SP. 2002
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba, Criar Edições, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 2ª Ed. Petrópolis; Vozes, 1990.

- GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante*. Contribuições de Enio Guterres. São Paulo; Expressão Popular, 2006. p. 86.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. BH: UFMG, 2003.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, T. *A invenção das tradições*. RJ: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. RJ: Paz e Terra, 1987.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. SP: Viramundo, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses – Teologia da libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Ed. Hucitech, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Descaminhos da modernidade: identidade e movimentos sociais no Brasil*. In.: Revista catarinense de história, nº 3. Florianópolis : UFSC, 1995.
- IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.
- JAMES, Daniel. *Culturas de classe*. Campinas, Edunicamp, 2004.
- KHOURI, Yara A. *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho d'água, 2004.
- LADURIE, E. Le Roy. *O carnaval de Romans*. São Paulo, Cia das Letras, 2004.
- LANG, Chris. *Árvores geneticamente modificadas*. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2006
- LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*. Trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Aos Quatro Ventos: Curitiba, 2005.
- LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*.  
\_\_\_\_\_. *Os comunistas e a reforma agrária no Paraná*. Novos Rumos. São Paulo, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura, 1983.
- LINHARES, Maria Yedda. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 81.
- MACRIDIS, Roy C. *Ideologias políticas contemporâneas*. Brasília: UnB, 1980.
- MANÇANO, Bernardo Fernandes. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST no Estado de São Paulo*. (dissertação). USP. 1994.
- MAYER, D. Antonio de Castro (et. al.). *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

- MARINS, José. *Comunidades Eclesiais de Base: Foco de evangelização e libertação*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. Hucitec. São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. (et. al.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Chegada do estranho*. Ed. Hucitech, São Paulo, 1993. p 110.
- \_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis. Vozes. 1981. pp. 25-26.
- \_\_\_\_\_. *O sujeito oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde. (et. al.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Edusp. São Paulo, 1994. p. 15.
- MEZZOMO, Frank Antonio. *Religião, nomos e utopia*. Práxis do catolicismo no Oeste paranaense. Cascavel : Edunioeste. 2001.
- MINC, Carlos. *A reconquista da terra*. Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MOSCHINI, Pe. Felipe N. *Cartilha da Reforma Agrária*. São Paulo, PUC, 1963.
- NIEDERAUER, Ondy H. Toledo no Paraná – *História de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo. Grafo-Set. 1992.
- PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. Rio de Janeiro: Loyola, 1985.
- PORTELLI, A. “A filosofia e os fatos”. In: Rev. Tempo. n.2 RJ:EDUFF, 1994.
- PÓS-HISTÓRIA: *Revista de Pós-Graduação em História* (Universidade Estadual Paulista). Assis, São Paulo. 1993.
- PRIORI, Angelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu*. Assis, 2000. [Tese] p.210.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. A guerra sertaneja do Contestado – 1912/1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião no Brasil. O imaginário em movimentos messiânicos nacionais. Revista USP, s/n.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SAUER, Sérgio. *Inserção e prática pastoral da igreja: acampamentos e assentamentos desafios da CPT*. CPT. Caderno de Estudo nº 6. São Paulo: Loyola, 1993.

- SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *Direito à terra e práxis católica: A ação mediadora da igreja no espaço agrário do Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2004. (TCC).
- \_\_\_\_\_. *Igreja e conflitos agrários: práxis católica no Oeste do Paraná*. In: Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura. Dourados: UFMS, 2003.
- SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação de uma cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná*. 2ª ed. Toledo : Ed. Toledo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Oeste / Sudoeste do Paraná). São Paulo: USP, 2002. Tese.
- \_\_\_\_\_. *Mística e Práticas: A intervenção da CPT na luta pela terra*. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional da ANPUH. Niterói/RJ, 2001.
- SONDA, Waldemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995): Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado). Niterói. UFF, 2003.
- SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso da Veja e o MST*. São Paulo: Editora Annablume, 2004.
- SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: A História*. Curitiba. Lagarto, 1992.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. Perseu Abramo. São Paulo, 1999.
- THOMÉ, Nilson. *Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado*. Caçador. INCON Edições/UNC. 1992.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria*. Rj: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. RJ: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A peculiaridade dos ingleses e outros estudos*. Campinas: EDUNICAMP, 2001.
- TORRENS, J.C.S. *Alianças e conflitos na mediação da luta pela terra no Paraná: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra 1979/1990*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. [Dissertação de Mestrado em História].
- WACHOWICZ, Rui C. *As frentes pioneiras*. In: *História do Paraná - Idéias em debate 5*. Biblioteca Pública - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Curitiba, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Obrageros, mensus e colonos - História do oeste paranaense*. Curitiba : Vicentina, 1982.
- WEBER, Max. *A ética Protestante e o espírito do capitalismo*. Martin Claret. São Paulo, 2002.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. (et. al.). *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Boletim do Departamento de História – UFPR, v. 7, p. 1 – 52, 1968.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *A cidade e o campo na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. SP: Boitempo, 2003.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negueia*. O campesinato como ordem moral. Série Antropologia, nº 69. Brasília. UNB, 1990. mimeo.

ZONIN, Wilson João, *Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba*. UFPR: Curitiba, 2007.

### **ENTREVISTAS ORAIS:**

RIBEIRO, Leopoldo. Entrevista. Lindoeste, 14 de dezembro de 2006. Assentamento Vitória.

SILVA, Jair Costa. Entrevista realizada em 19 de março de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

GONÇALVES, Antônio Plaza. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

HAAST, Frederico. Entrevista realizada em 06 de junho de 2007, no Assentamento José Celso Furtado, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

ALFREDO. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

MEDEIROS, Leandro. Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no ITEPA, Assentamento José Celso Furtado, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

MEURA, Maria Patrícia. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu. (A/A).

BUENO, Luiz Ozório Ripper. Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

MELO, Maria Patrícia de. Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

REGINALDO. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no ITEPA, Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

OLIVEIRA, Querino de. Entrevista. Lindoeste, 14 de dezembro de 2006. Assentamento Vitória.

SPIEKER, Valdemar Antoninho. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

BRIDES, Gilberto. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

SAQUES, Ademar. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

ZENILDO. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

SILVA, Idelmar Gonçalves. Entrevista realizada em 27 de março de 2007, no Assentamento Antonio Companheiro Tavares, Município de São Iguaçu.

SILVA, Carlos. Entrevista realizada em 04 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

BARBOSA, Celso Ribeiro. Coordenador Regional do MST. Entrevista realizada em 16 de março de 2007. Arquivo do Autor

\_\_\_\_\_. Entrevista. Cascavel, 10 de novembro de 2006.

RUDI. Entrevista realizada em 03 de agosto de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

Entrevista realizada em 13 de maio de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel, na qual o trabalhador optou por não identificar-se.

Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2007, no Assentamento Fazenda Capão Verde, no município de Lindoeste, na qual o trabalhador optou por não ser identificar-se.

Entrevista realizada em 01 de abril de 2007, no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel, na qual o trabalhador optou por não identificar-se.

## **RELATÓRIOS, BOLETINS E DOSSIÊS:**

*Ata da Assembléia do Movimento dos Agricultores Sem Terra do oeste do Paraná - MASTRO. Medianeira, 25 de maio de 1982.*

MST. *Conquistar a terra. Relatório do encontro nacional dos sem-terra. Cascavel, 20 a 22 de janeiro de 1984.*

\_\_\_\_\_. *Relatório do V Encontro Estadual dos Assentados do Paraná, 15 de novembro de 1985.*

\_\_\_\_\_. *Documento final do 1º congresso nacional dos trabalhadores rurais sem-terra. Curitiba, 29-31 de Janeiro de 1985.*

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional do MST (1989-1993). São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989. / MST. A luta continua. Caderno de formação n. 10. Como se organizam os assentados. São Paulo, junho de 1986.*

\_\_\_\_\_. *SCA: uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil. São Paulo: Secretaria Nacional, abril de 1991.*

\_\_\_\_\_. *Conquistar a terra. Relatório do encontro nacional dos sem-terra. Cascavel, 20 a 22 de janeiro de 1984.*

- \_\_\_\_\_. Documento Final do 1º Encontro do MST. Cascavel, 21 a 24 de Janeiro de 1984.
- \_\_\_\_\_. Documento Final do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba, 29 a 31 de Janeiro de 1985.
- \_\_\_\_\_. Documento final do IV Congresso Nacional, ocorrido em Brasília do dia 07 a 11 de agosto de 2000
- \_\_\_\_\_. /Via Campesina. *Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*. Editora Expressão Popular; São Paulo, 2003
- \_\_\_\_\_. /ITEPA. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Antônio Companheiro Tavares*. São Miguel do Iguaçu, março de 2002.
- \_\_\_\_\_. *Alfabetização*. Caderno de Formação nº 02. 4ª ed.: 1998.
- \_\_\_\_\_. *O que queremos com as escolas do acampamento*. Caderno de formação número 18, 3ª edição 1999. Editora Pares. Caderno nº 03 – Alfabetização de Jovens e Adultos – Como organizar. 3ª ed.: 1998.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*. IV Congresso Nacional do MST. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Terra Livre de Transgênicos e Agrotóxicos*. 6ª Jornada de Agroecologia. MST/Via Campesina.
- \_\_\_\_\_. *Princípios da Educação no MST*, No 8.
- \_\_\_\_\_. *Encontro Nacional dos Sem-Terra*. Cascavel, MST, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Caderno de Formação nº 25. Preparação dos Encontros Estaduais e 9º Encontro Nacional MST*. São Paulo, 1997. p. 34.
- \_\_\_\_\_. Biodiversidade. Organização Popular. Agroecologia. 5ª Jornada de Agroecologia: Construindo o Projeto Popular e Soberano para Agricultura. MST/Via Campesina.
- Ficha de Avaliação da 3ª Romaria da Terra - 5/7/87 – Lapa Pr. Arquivo da CPT/PR.
- Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. *Reforma agrária para democratizar o acesso à terra*, 1999. Mimeo.
- MASTES. *A terra é de todos disse Deus a Adão*. Francisco Beltrão: Assesoar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Nós conquistaremos a terra*. Roteiro para reuniões. Francisco Beltrão: Assesoar, 1986.
- MASTRO. *Queremos terra*. Caderno de Reuniões para Grupos de Base. São Miguel do Iguaçu, 1981.
- ASSESSOAR. *Concretizando nossa luta*. Francisco Beltrão, setembro de 1985.
- CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*- 18ª Assembléia da CNBB, em 14/02/80. in: <http://www.cnbb.org.br/documentos.php>
- \_\_\_\_\_. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. 1971.
- \_\_\_\_\_. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. 1973.
- CPT/ASSESSOAR. *Os direitos de terra que o trabalhador rural tem*. Francisco Beltrão, 1981.

CPT/ASSESSOAR. Boletim Cambota. Nº 154, ano XVII. Francisco Beltrão – PR, abril de 1989.

CPT/PR. *“Pequenos unidos, cidadãos da terra e do reino”*. Curitiba, 1987.

CPT/PR. *Boletim Poeira* – ano 1, n. 05. Curitiba, outubro de 1978.

\_\_\_\_\_. *Boletim Poeira*, ano II, n. 8, abril de 1979.

\_\_\_\_\_. *Boletim Poeira*, ano VII, nº 41 – setembro-outubro/85. Curitiba, 15 de novembro de 1985.

\_\_\_\_\_. *Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaípu*. Ata da Assembléia de 16 de outubro de 1978. Santa Helena, Paraná.

\_\_\_\_\_. Dossiê. *Pelo fim da violência e da impunidade no campo, contra a pena de morte - “Vida, Trabalho e Dignidade para Todos”*. Comissão Pastoral da Terra/PR. Curitiba, 02 de maio de 1991.

\_\_\_\_\_. *Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaípu*. Ata da Assembléia de 16 de outubro de 1978. Santa Helena, Paraná.

\_\_\_\_\_. *Os direitos de terra que o trabalhador rural tem*. Francisco Beltrão: Assessorar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Realidade agrária*. Foz do Iguaçu, 1981.

CPT. *Conflitos no campo - Brasil/90*. Goiânia, 1991.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no campo - Brasil/96*. Goiânia, 1997.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no campo - Brasil/98*. Goiânia, 1999.

\_\_\_\_\_. Dossiê. *A postura anticristã da UDR*. Goiânia, novembro de 1987.

CPT/CEM. *Relatório do encontro sobre colonizadoras*. São Paulo, 16 a 19 de janeiro de 1984.

Revista Lutas & Resistências. Dossiê: Dimensões da questão Agrária no Brasil. Publicação do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n. 1 (set. 2006) – Londrina: Midiograf, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Novo retrato da agricultura familiar. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2000.

Entrevista: *“O combate à pobreza é básico e depende da recuperação ambiental e da Agroecologia”* in: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3. n.4. ou t / dez 2002. p. 5-6.

Jornal Gazeta do Paraná, quinta-feira, 07 de março de 1997. Caderno Geral. p. 7.

Jornal Sem Terra. 30 de maio de 2008. Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da direção nacional do MST.

## **OUTRAS FONTES:**

[www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br)

[www.cptnac.org.br](http://www.cptnac.org.br)

[www.tfp.org.br](http://www.tfp.org.br)

[www.assessoar.com.br](http://www.assessoar.com.br)

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[www.syngenta.com.br](http://www.syngenta.com.br)

[www.oparana.com.br](http://www.oparana.com.br)

[www.clipping.planejamento.gov.br](http://www.clipping.planejamento.gov.br)

[www.globorural.globo.com](http://www.globorural.globo.com)

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)

[www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br)

[www.iapar.br](http://www.iapar.br)

[www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)